

**ANDRÉ FABIANO VOIGT**

## **A INVENÇÃO DO TEUTO-BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Cultural ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Bernardete Ramos Flores

**FLORIANÓPOLIS**

**2008**

# **A INVENÇÃO DO TEUTO-BRASILEIRO**

ANDRÉ FABIANO VOIGT

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do título de:

**Doutor em História, Área de Concentração: História Cultural.**

Banca Examinadora:

Dra. Maria Bernardete Ramos Flores – Orientadora e Presidente – UFSC

Coordenadora do PPGH/UFSC

Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN

Dr. Rogério Luiz de Souza – UFSC

Dr. Luiz Felipe Falcão – UDESC

Dra. Eunice Sueli Nodari – UFSC

Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – suplente – UDESC

Dra. Cristina Scheibe Wolff – suplente – UFSC

Florianópolis, 28 de Janeiro de 2008.

*Ameus pais, Rolf (in memoriam) e Crista, e à  
Alessandra*

## **Agradecimentos**

Toda tese ou dissertação é um trabalho extremamente solitário e silencioso. Entretanto, há pessoas que ajudaram nas várias etapas desta trajetória, cuja lembrança e agradecimento são importantes.

À orientadora desta pesquisa, Prof<sup>a</sup> Maria Bernardete Ramos Flores, que acreditou neste trabalho enquanto ainda era um projeto bastante vago e impreciso. Agradeço seu voto de confiança nesta pesquisa, assim como seu empenho em orientá-la, lendo e relendo várias versões como se fossem sempre a primeira.

Aos membros da banca, Prof. Durval Muniz de Albuquerque Jr., Prof<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari, Prof. Luiz Felipe Falcão, Prof. Rogério Luiz de Souza, pelas recomendações finais ao texto da tese.

Aos Professores Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães e Rogério Luiz de Souza, membros da banca de qualificação, cujas contribuições ajudaram na definição dos rumos desta tese.

Aos Professores Giralda Seyferth e Gerd Kohlhepp, com quem tive a oportunidade de uma breve conversa para elucidar algumas dúvidas surgidas na leitura de seus trabalhos.

Aos colegas da FURB, de todas as instâncias, que compreenderam a importância do meu pedido de licença de um ano para terminar a redação deste trabalho.

A Marcos Fábio Freire Montysuma. Ele pode não fazer idéia do porquê da sua presença nesta lista de agradecimentos; mesmo assim, agradeço-lhe pelas palavras de incentivo e de apoio, tanto nas conversas de corredor na UFSC como nos encontros fortuitos pela Trindade. Em

tempos de solidão, às vezes uma palavra de apoio é tudo que se precisa para respirar fundo e continuar de cabeça erguida.

A José Raulino Jungklaus que, com generosidade, emprestou-me materiais que eram imprescindíveis para a conclusão desta tese.

A Hermes Roberto Guedes da Fonseca, grande mestre e amigo, que de alguma maneira sempre reencontro às vésperas de completar uma etapa da vida. Foi ele o grande incentivador do meu ingresso no curso de História e sempre será o meu exemplo de um bom professor.

Aos amigos da UFSC, com quem compartilhei momentos bons e horas difíceis, tornando este trabalho um pouco menos solitário e silencioso. Marcos Stein, amigo que durante o mestrado e o doutorado em Florianópolis sempre esteve presente e, nos últimos meses antes da defesa da tese, esteve bastante próximo e me apoiou muito; Marlon Salomon, cuja distância nunca fez com que isto fosse um impedimento para a amizade, e que sempre encontrou tempo para que pudéssemos discutir os assuntos desta tese, desde o momento em que era uma idéia muito vaga.

Ao casal Rolf e Renate Odebrecht, por quem tenho um grande carinho, o qual sei que é recíproco. O apoio que recebi deles em Blumenau foi uma grande prova de generosidade e de consideração, rara nos dias de hoje.

A minha mãe, Crista, pelo apoio. Além de ter me recebido em Florianópolis quando mais precisei, deu-me palavras de conforto e de compreensão nos momentos mais difíceis, quando todo mundo parecia dar-me as costas.

A meu pai, Rolf (*in memoriam*), pelo exemplo de caráter e por sempre ter dito, ao contrário de qualquer identidade alemã, que era brasileiro. Agora entendo o que queria dizer, e vejo que estas são as melhores heranças que alguém poderia receber.

À Alessandra, companheira de toda esta trajetória. Na batalha do dia-a-dia, nos bons e maus momentos, aprendi muitas coisas e ainda quero aprender. Compartilho com ela a conclusão desta tese, com todo o carinho e cumplicidade de nossos anos de intenso convívio. Até hoje, ela foi a única pessoa que me disse verdadeiramente “eu te amo”. Jamais esquecerei disto.

A todos vocês, muito obrigado.

*A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos. [...] Em suma, a história é o que nos separa de nós mesmos, e o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos.*

*(Gilles Deleuze)*

## Resumo

O presente trabalho pretende realizar uma investigação histórica do conceito de teuto-brasileiro – categoria analítica amplamente empregada para as pesquisas a respeito das populações de imigrantes alemães e descendentes estabelecidas no Brasil. Tomada como noção *a priori* nos trabalhos acerca do tema, acaba por estabelecer uma abordagem histórica que confirma incessantemente a identidade teuto-brasileira como exemplo positivo de contribuição para o país, em contraponto à herança lusa da cultura nacional. Tem sido defendido, até então, um modelo essencializado de identidade teuto-brasileira, o qual seria fundamentado em um conjunto de traços característicos: a ética do trabalho, a religiosidade, a obediência às leis e à ordem, o desenvolvimento, etc. Por isso, não se trata, neste trabalho, de traçar uma linha histórica que levaria à origem do conceito de teuto-brasileiro, afirmando, assim, sua positividade científica e sua validade de aplicação em todos os setores do conhecimento e da vida social. De outro modo, pretende-se investigar, nos próprios discursos, quais foram as decisões tomadas, os caminhos trilhados, as incoerências, as aproximações e distinções realizadas, as quais institucionalizaram um saber em torno do conceito de teuto-brasileiro, introduzindo-o em diversas práticas discursivas e não-discursivas. Portanto, não se trata de reforçar sua objetividade e imparcialidade como conceito, mas sim, de colocá-lo em questão. Esta pesquisa abrange o período compreendido entre 1940 e 2005, sem a intenção de realizar um levantamento bibliográfico exaustivo de todos os trabalhos escritos acerca do tema, tampouco fazer uma revisão bibliográfica do assunto, mas sim, estabelecer um diálogo com a produção intelectual mais marcante acerca do tema.



## Abstract

The present work intends to carry out an historical investigation of the concept of “teuto-brasileiro” (German-Brazilian) – analytical category widely employed in the researches as to the populations of German immigrants and descendants established in Brazil. Taken like a beforehand notion in the works about the theme, it establishes a historical approach that confirms incessantly the German-Brazilian identity, like a positive example of contribution for the country, in counterpoint to the Portuguese inheritance of the national culture. An essentialized model of German-Brazilian identity has been defended, up to that time, what would be based on a set of characteristic aspects: the ethics of the work, the religiosity, the obedience to the laws and to the order, the development, etc. Therefore, it does not the question, in this work, of drawing a historical line at would lead to the origin of the concept of German-Brazilian, if what affirmed, so, his scientific positivity and his validity of application in all the sectors of the knowledge and of the social life. Otherwise, it intends to investigate, in the discourses themselves, what were the taken decisions, the well-trodden ways, the inconsistencies, the approximations and fulfilled distinctions, which set up a knowledge around the concept of German-Brazilian, introducing it in several discursive and non-discursive practices. So, it does not the question of reinforcing his objectivity and impartiality like concept, but putting it open to questions. This research includes the period between 1940 and 2005, without the intention of carrying out a bibliographical exhaustive lifting of all the works written about the theme, neither making a bibliographical revision of the subject, but, establish a dialog with the most outstanding intellectual production.

## Sumário

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>ix.....</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>xiii.....</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>ix.....</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11.....</b>
<b>Capítulo 1. O teuto-brasileiro: a formalização discursiva de um conceito.....</b>	<b>29.</b>
1.1. Um novo fenômeno populacional e a invenção de uma região: Artur Hehl Neiva, Leo Waibel, Jean Roche.....	30
1.2. Uma cultura própria: Emílio Willems, Egon Schaden, Jean Roche, Carlos H. Oberacker Junior.....	54
1.3. Uma nova classe: Leo Waibel, Egon Schaden, Carlos H. Oberacker Junior.....	90
1.4. Da caracterização conceitual para a institucionalização do conceito: a organização de um evento.....	104
<b>Capítulo 2. Os Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros: a institucionalização do conceito....</b>	<b>105</b>
2.1. O I Colóquio: a articulação dos estudiosos sobre o teuto-brasileiro no Rio Grande do Sul .....	106
2.2. Entre o I e o II Colóquios: a ênfase na contribuição teuta ao desenvolvimento econômico regional e o elogio de Gilberto Freyre à pequena propriedade.....	129
2.3. O II Colóquio: a ida a Recife, terra de Gilberto Freyre.....	136
2.4. O III Colóquio: o retorno ao Rio Grande do Sul e a comemoração do sesquicentenário da imigração alemã no Brasil.....	145
2.5. A institucionalização conceitual do teuto-brasileiro como exemplo a ser seguido no país .....	154
<b>Capítulo 3. Após os colóquios: a caracterização de uma permanência identitária teuto-brasileira .....</b>	<b>156.....</b>
3.1. A identidade teuto-brasileira como expressão da etnicidade: Giralda Seyferth.....	157
3.2. A identidade teuto-brasileira como expressão da religiosidade: Martin Dreher e Lúcio Kreutz.....	171
3.3. O “modelo catarinense de desenvolvimento”: Maria Luiza Renaux Hering e o Desenvolvimento Regional do Vale do Itajaí.....	183
3.4. Epílogo: A história como identidade.....	190
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>191.....</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>195.....</b>
1. Fontes.....	195
2. Referenciais teóricos e de apoio.....	199

## Introdução

*Teuto-brasileiro* é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul.

A partir da reivindicação de alguns movimentos políticos de apologia da coexistência entre as cidadanias brasileira e alemã, apoiados pela Lei Delbrück de 1913 – estes movimentos atuaram diretamente no Brasil até a década de 1930<sup>1</sup> – tem se acrescentado que ser teuto-brasileiro significa, principalmente, *preservar* os laços de sangue e os traços culturais trazidos pelos imigrantes através das gerações, chegando a ser encarado como uma ameaça à unidade nacional brasileira.

Nas décadas que se seguem após as guerras mundiais e a derrota da Alemanha nazista, a denominação teuto-brasileiro é completamente desvinculada do ato de reivindicar a cidadania alemã entre seus descendentes, mas sim, associada à necessidade de reforçar seus traços peculiares como uma forma de contribuir para a formação atual e o desenvolvimento futuro do país. Assim, o teuto-brasileiro torna-se a designação de um grupo social com características populacionais, culturais e socioeconômicas próprias em território nacional, tornando-se uma *categoria sociológica*, usada para definir um grupo perfeitamente integrado ao “mosaico cultural” brasileiro, destacado como grande contribuição à formação nacional.

---

<sup>1</sup> Este tema é trabalhado detalhadamente no livro de René Gertz sobre o “perigo alemão” no sul do Brasil (GERTZ, 1991).

Em outro momento – já em plena década de 1980 – emerge uma abordagem histórica da colonização alemã no sul do Brasil que afirma ser a formação da identidade teuto-brasileira um fenômeno naturalmente decorrente deste movimento migratório, iniciado há mais de 150 anos.<sup>2</sup> Para esta geração de estudiosos, a identidade cultural teuto-brasileira seria, no mais das vezes, o espaço de compartilhamento de um certo número de características peculiares a estes grupos estabelecidos no Brasil, o qual determinaria a articulação social e política atual das localidades influenciadas diretamente pela imigração alemã. Formada no próprio contato social entre imigrantes, descendentes e outros grupos étnicos encontrados no Sul, a identidade teuto-brasileira seria o resultado de um embate pela afirmação da sua particularidade, diante da diversidade étnica e cultural do restante do Brasil. A afirmação de suas peculiaridades demonstraria, para o país como um todo, traços dignos de um exemplo a ser seguido pelo país, assolado pela “herança colonial” lusa. A ética do trabalho e da poupança, a religiosidade, a natural tendência ao associativismo, o respeito às leis e hierarquias, a valorização da iniciativa particular e familiar, o desprezo pela iniciativa pública e pelo Estado, a manutenção das tradições e do idioma, o isolamento municipal e regional, o respeito ao meio ambiente, seriam alguns destes traços culturais que caracterizariam a cultura teuto-brasileira, ainda visualizada como um contraponto positivo à presença lusa, africana e indígena na formação nacional do Brasil.

Neste momento, cabe aqui fazer algumas interrogações. Por que o teuto-brasileiro deixa de ser a identificação de uma ameaça à unidade nacional brasileira para se tornar um exemplo a

---

2 Uma das principais referências de pesquisa acerca da formação da identidade teuto-brasileira, tomada em vários estudos atuais como base teórico-metodológica para suas investigações, é a tese de doutorado de Giralda Seyferth, *Nacionalismo e Identidade Étnica*, publicada em livro em 1982 pela Fundação Catarinense de Cultura (SEYFERTH, 1982). Os estudos da autora que são posteriores a sua tese também são tomados no conjunto de referências teórico-metodológicas para muitas análises atuais a respeito do assunto.

ser seguido pela nação? Quais são as condições de possibilidade para que a denominação teuto-brasileiro se tornasse uma categoria analítica destas populações? Por que, ainda hoje, continua a se afirmar que foram principalmente os imigrantes alemães e seus descendentes que trouxeram desenvolvimento para a Região Sul? O que torna possível dizer que a identidade teuto-brasileira teria sido um produto dos próprios imigrantes e descendentes, nas suas relações sociais intra e intergrupais? Por que se mantém inquestionável a tese de que devam ser preservados os traços culturais alemães entre seus descendentes no Brasil, mesmo que vários destes costumes já não façam mais sentido nos dias atuais? São no interior destas questões que se insere este trabalho, o qual não procura realizar mais uma narrativa histórica que confirme as razões de seu sucesso, mas sim, que pretenda direccionar o olhar para o que tornou possível fazer com que estas afirmações fossem construídas, trazendo importantes reflexos para os dias atuais.

Por isso, não há como adotar uma abordagem histórica linear, factual, que procure demonstrar no encadeamento dos fatos do passado a confirmação da identidade que precisa ser mantida no presente e no futuro. Pode-se, por outro lado, utilizar uma abordagem histórica que faça um corte profundo nas afirmações consistentes, nas conclusões definitivas, nas verdades aceitas, e que mostre as estratificações de saberes, sedimentados há vários anos na escrita da história brasileira, acerca do lugar que deveria ser ocupado pelos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.

Deste modo, o caminho escolhido para realizar o mapeamento destas estratificações de saberes é partir da própria formalização do *conceito* de teuto-brasileiro, colocando-o como foco central da problemática.

Até o presente momento, muitas pesquisas têm direcionado o foco de suas argumentações para acontecimentos que não problematizam a formalização conceitual do teuto-brasileiro, bem como suas implicações culturais e políticas: há estudos que tratam das comemorações e festas relacionadas à imigração alemã,<sup>3</sup> das relações institucionais e das ações políticas de valorização da cultura teuto-brasileira,<sup>4</sup> da nacionalização do ensino durante o Estado Novo,<sup>5</sup> das relações sociais entre etnias,<sup>6</sup> das relações de gênero,<sup>7</sup> etc. Em todos estes estudos, há o empenho na pesquisa de alguma *expressão* da identidade teuto-brasileira, mas nenhum deles, entretanto, dedica-se à investigação dos enunciados e noções que formalizam uma unidade discursiva em torno da experiência da imigração alemã no sul do Brasil, tornando possível conceituá-la de teuto-brasileira.

Quando se estudam as comemorações e festas que valorizam a preservação da cultura teuto-brasileira nas localidades de colonização alemã, procura-se desconstruir alguns aspectos identitários presentes na própria organização das comemorações, bem como na escolha da indumentária, dos momentos históricos a serem lembrados, das referências a serem tomadas como modelo, etc., mas não se leva em consideração que há uma elaboração conceitual que

- 
- 3 Sobre as comemorações e festas, relacionadas à imigração alemã no Sul, podemos citar, como exemplo, o trabalho de Maria Bernardete Ramos Flores, intitulado *Oktoberfest - Turismo, Festa e Cultura* (FLORES, 1997).
  - 4 A respeito das articulações de lideranças regionais e suas ações políticas de apologia à identidade alemã, brasileira e teuto-brasileira podem ser vistas nos trabalhos de Méri Frotscher (2003) e Cristina Ferreira (1998).
  - 5 Há muitas referências a respeito da nacionalização do ensino no sul do Brasil. Podem ser citados, a título de exemplificação, os trabalhos de Ivo d'Aquino (1942), Jaecyr Monteiro (1984), Neide Almeida Fiori (1991, 2003), chegando até a trabalhos mais atuais, como o de Cynthia Machado Campos (2006).
  - 6 Acerca das relações interétnicas e as negociações da etnicidade, pode ser citada a tese de doutorado de Eunice Sueli Nodari (1999), referente ao Oeste catarinense.
  - 7 O trabalho de Cristina Scheibe Wolff (1991) trata das mulheres na colônia Blumenau (SC), dentro de uma análise de gênero atrelada à experiência da imigração alemã naquela localidade.

direciona o olhar das lideranças culturais locais e regionais para a escolha dos elementos constituintes destas festividades.

Da mesma forma, o estudo da articulação política de lideranças locais e regionais para a implementação de ações que valorizam a peculiaridade cultural trazida pela imigração alemã não faz a observância das relações de poder que se encontram *fora* das relações políticas meramente locais e/ou regionais, e que se encontram nas *instituições produtoras de conhecimento*, que atuam de modo tão ou mais incisivo para a formalização conceitual do teuto-brasileiro, inspirando inclusive a operacionalização de ações políticas de incentivo à preservação cultural em âmbito local e regional.

Estudar isoladamente a nacionalização do ensino, que foi realizada de modo mais incisivo durante o Estado Novo, não explica porque nas décadas seguintes houve uma mudança de posição por parte das instituições governamentais e da produção acadêmica – as quais consideravam a manutenção da cultura alemã nas ex-colônias do Sul uma ameaça à identidade-homogeneidade-unidade nacional – passando a elogiar firmemente a preservação de alguns traços culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes como uma grande contribuição para o desenvolvimento do Brasil.

A análise das relações interétnicas, bem como das relações de gênero e de classe, não problematizam as conceituações que se estabelecem *fora* do campo das relações sociais, não tornando visível o papel da produção do conhecimento *acadêmico* na formalização do teuto-brasileiro como um fenômeno populacional, cultural e socioeconômico de características peculiares, sempre comparadas ao Brasil miscigenado. Neste sentido, a elaboração conceitual de

uma identidade é algo que, recorrentemente, passa ao largo dos estudos que investigam algum traço relacional entre grupos pensados a partir de uma identidade.

Por isso, este trabalho não pretende realizar uma análise das questões trabalhadas em pesquisas anteriores, uma vez que, direcionando o foco de análise novamente para as *expressões* da identidade teuto-brasileira em seus vários matizes institucionais, folclóricos, relacionais, etc., há o perigo da *aceitação tácita* da existência da cultura teuto-brasileira como um dado *a priori*, a partir do qual investigar-se-iam apenas algumas expressões desta identidade cultural, sem adentrar na análise do próprio *conceito de teuto-brasileiro* como um ponto principal para a análise de suas várias expressões.

Para pesquisar esta temática sob o viés da análise conceitual, há a inspiração em alguns autores que apontam caminhos neste sentido. Georges Canguilhem ressalta, no livro *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, a relevância de dirigir um olhar à construção dos conceitos, de modo a diferir da mera narrativa factual das descobertas científicas e das biografias dos cientistas:

A história das ciências pode, sem dúvida, distinguir e admitir vários níveis de objetos no domínio teórico específico que ela constitui; documentos a catalogar; instrumentos e técnicas a descrever; métodos e questões a interpretar; conceitos a analisar e a criticar. Apenas esta última tarefa confere às precedentes a dignidade de história das ciências (CANGUILHEM, 1994, p. 19).

Em artigo que escreve sobre Bachelard, no mesmo livro, enfatiza a relevância da análise conceitual na história das ciências:

Ela [a história das ciências] resguardará o historiador da falsa objetividade, que consistiria em levantar o inventário de todos os textos nos quais em uma época dada, ou em épocas diferentes, aparece a mesma palavra. [...] Uma mesma palavra não é um mesmo conceito. Ele [o historiador] deve reconstituir a síntese em que o



conceito se encontra inserido, isto é, tanto o contexto conceitual quanto a intenção diretriz das experiências ou observações (CANGUILHEM, 1994, p. 177).

Seguindo a mesma linha teórica, Roberto Machado, ao analisar a história das ciências de Canguilhem em seu livro *Ciência e Saber*, sustenta, da mesma forma:

Privilegiar o conceito significa valorizar a ciência como processo. Este aspecto dinâmico que caracteriza o conceito – e faz da ciência o domínio do operatório – lhe dá uma existência relativamente independente das teorias em que nasce ou das que o retomam, mas também, como veremos posteriormente, das experiências que é capaz de interpretar (MACHADO, 1981, p. 24).

As referências à história das ciências em Canguilhem trazem à luz a relevância de se analisarem criticamente os processos de formalização dos conceitos, de modo que se possa abordar os objetos da ciência não como algo dado e natural, mas como discursos igualmente suscetíveis às relações de poder.

Michel Foucault também traz elementos para uma outra forma de analisar a relação entre a formalização dos objetos do saber e as relações de poder que estão presentes nestes processos. Em seu livro *As Palavras e as Coisas*, publicado em 1966, Foucault não pretende narrar uma história das ciências humanas, mas sim, realizar uma *arqueologia* das mesmas. Atreladas à emergência de um saber sobre o Homem, através da delimitação dos traços de sua *finitude*, as ciências humanas encontram suas condições de possibilidade. Tal delimitação é efetuada, segundo o autor, a partir da inscrição das noções de vida, trabalho e linguagem como novas empiricidades, formando ciências como a biologia, a economia política e a lingüística, as quais caracterizam o Homem enquanto ser que vive, trabalha e fala (FOUCAULT, 2002 b). Desta forma, o filósofo francês não estabelece um diálogo com as fontes a partir da busca da origem, confirmando o que

já existe e deve continuar a existir, mas sim, parte da noção que nenhum conhecimento é dado naturalmente, uma vez que se estabelece através das disputas pelos espaços de saber.

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault também discorre sobre quais os caminhos que escolhe para suas análises. A crítica que estabelece à análise do discurso – a qual está presa à busca da origem – reside na observação de que não pretende fazer buscas por origens, mas analisar o processo de instituição de enunciados dispersos em práticas discursivas e não-discursivas. Assim, o autor afirma que é no “jogo de sua instância” que estão os discursos, ou seja: o discurso não é apenas *palavra*, mas também *acontecimento* (FOUCAULT, 2004).

Ao falar de enunciados, Foucault sustenta que estes não são unidades lingüísticas, mas tão-somente *singularidades*, pois jamais um mesmo enunciado pode ser repetido exatamente nas mesmas condições, embora use as mesmas palavras (FOUCAULT, 2004, p.101). No entanto, um enunciado pode ser *reinscrito* e *instituído*, de acordo com a estratificação de um saber em torno dele. O autor chega a afirmar que o enunciado é “um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem” (FOUCAULT, 2004, p.118).

Portanto, o autor afirma ser a arqueologia das ciências a análise do

[...] conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados (FOUCAULT, 2000, p. 95).

É relevante buscar, portanto, as condições de aparecimento e de conservação de enunciados que procuram delimitar e classificar o teuto-brasileiro como uma realidade cultural

naturalmente instituída na história brasileira, pela via do *distanciamento* de qualquer participação destes imigrantes e descendentes em movimentos nacionalistas alemães – sobretudo o nacional-socialismo – e pela valorização de seu “exemplo de desenvolvimento da nação”, através da conservação de seus valores “étnicos”. Capturar tais enunciados em sua singularidade, analisar sob quais meios e quais adaptações sofridas eles se inscrevem num projeto político de unidade nacional e de inclusão das diferenças em um “mosaico cultural”, que tenciona unificar politicamente as diversidades no Brasil, são pontos principais para fundamentar uma crítica aos discursos de reivindicação pelo mero reconhecimento de identidades culturais.

Da mesma forma, pode-se sugerir que o conceito de *teuto-brasileiro* está em um nexo de saber-poder, onde se procura delimitar o alcance enunciativo da identidade “européia” dos imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no país – territorializando sua identidade em características politicamente *inofensivas*, como a ética do trabalho, a religiosidade, o desenvolvimento – para que estas populações possam continuar a ser politicamente úteis para a conservação de um *padrão branco do desenvolvimento brasileiro*, sem o eventual perigo de desagregar a nação em possíveis movimentos separatistas ou nacionalistas.

Faz-se necessário frisar, entretanto, que esta pesquisa *não* pretende realizar uma *arqueologia* do conceito de teuto-brasileiro – cuja inspiração nos trabalhos de Foucault poderia levar a concluir pela escolha desta proposta – mas sim, escrever uma *história* do conceito de teuto-brasileiro, visto que não está se tratando da formalização de um *saber*,<sup>8</sup> mas apenas de um *objeto* do saber. Isto não impede, por outro lado, que se possam utilizar noções consagradas pelas análises foucaultianas (como as noções de enunciado, discurso, formalização, nexo poder-saber,

---

8 Foucault trata da noção de *saber* em seu livro *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2004, p. 199-219).

etc.) como ferramentas para mapear os elementos que gravitam em torno do conceito de teuto-brasileiro e o instituem no debate acadêmico nacional.

Quando se trata da formação de modelos de sujeitos facilmente governáveis, lembra-se de que Félix Guattari aborda, em *Micropolítica: cartografias do desejo*, a formação de modelos de subjetividade capitalística e sua manipulação política.

Uma das formas de iniciar a formação de subjetividades, de acordo com Guattari, está na delimitação das características de sua *cultura*. O autor afirma que o conceito de cultura é uma maneira de separar as produções de sentido em esferas isoladas, padronizando-as e capitalizando-as, ao mesmo tempo em que são cortadas de suas realidades políticas (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 21). A partir desta afirmação de Guattari, pode-se inferir que a formação de *identidades culturais* é o ponto crucial da separação das esferas da *cultura* e da *política*.

O mesmo autor defende que a “noção de ‘identidade cultural’ tem implicações políticas e micropolíticas desastrosas, pois o que lhe escapa é justamente toda a riqueza da produção semiótica de uma etnia, de um grupo social ou de uma sociedade” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.85). Destarte, a territorialização das produções semióticas de um grupo social em termos de identidade cultural reduzem qualquer atividade ou pensamento a uma questão meramente “étnica” ou “regional” ou mesmo “cultural”, descaracterizando qualquer possibilidade de *atuação política* destes grupos considerados mediante uma identidade cultural.

Além de Guattari, Jacques Rancière trata, em seu livro *O desentendimento*, dos problemas de se ver as diferenças sociais apenas como uma questão de reconhecimento de identidades culturais, conforme segue:

[...] a política existe ali onde a contagem das parcelas e das partes da sociedade é perturbada pela inscrição de uma parcela dos sem-parcela. [...] A política deixa de existir ali onde não tem mais lugar essa distância, onde o todo da comunidade é reduzido sem resto à soma de suas partes. [...] Pode ser feita de comunidades, cada uma provida do reconhecimento de sua identidade e de sua cultura. O Estado consensual é quanto a isso tolerante. O que ele não tolera mais, por outro lado, é a parte excedente, a que falseia a contagem da comunidade (RANCIÈRE, 1996, p.123).

Desta maneira, o mero reconhecimento de identidades culturais pode ser um modo de *bloquear* a política – esta baseada no dissenso e na igualdade do uso da palavra dotada de sentido – suprimindo-a em um Estado consensual. O consenso, considerado como base da democracia contemporânea, pretende limitar a esfera do político a uma concepção do todo social igual à soma de suas partes, dando a ilusão de que ninguém deixe de ser atendido. Os discursos atuais da *etnicidade*, enunciados por diversos autores que estudam as populações “teuto-brasileiras”, dão margem à idéia de que o reconhecimento de sua identidade étnica seria a realização última de sua existência política, uma vez que estaria então incluída ao todo social, independentemente de haver aparentes negociações e renegociações identitárias ou de existir uma certa mobilidade de suas fronteiras étnicas.

A partir da inspiração dada por estes autores, podem-se delinear, portanto, *duas* questões que se sobrepõem quanto à formalização do conceito de teuto-brasileiro, na sua relação entre a *cultura* e a *política*: a primeira, que o teuto-brasileiro tem, como uma das condições de possibilidade, a separação radical da experiência política do nacional-socialismo alemão da esfera de produção cultural dos teuto-brasileiros, alargando o interstício aberto entre a cultura e a política; a segunda, marcada pelo modo como, neste caso, a cultura é usada como maneira de fazer política, suprimindo-a em um Estado democrático consensual, onde todas as possíveis

identidades são reconhecidas e são incentivadas à preservação de suas características, porém, sem o reconhecimento de suas capacidades políticas.

Destarte, não se trata aqui, neste trabalho, de traçar uma linha histórica que levaria à origem do conceito de teuto-brasileiro, afirmando, assim, sua positividade científica e sua validade de aplicação em vários setores do conhecimento e da vida social. De outro modo, pretende-se investigar, nos próprios discursos, quais foram as decisões tomadas, os caminhos trilhados, as incoerências, as aproximações e distinções realizadas, as quais institucionalizaram um saber que cria o conceito de teuto-brasileiro, introduzindo-o posteriormente em diversas práticas discursivas e até mesmo não-discursivas. Portanto, não se trata de reforçar sua objetividade e imparcialidade como conceito, mas sim, de colocá-lo em questão, como uma “prática entre outras práticas”, nas palavras de Foucault, ou seja: não tomá-lo como algo *a priori*.

A aceitação tácita da existência de uma *atualidade* da cultura teuto-brasileira acaba por inseri-la, com efeito, em uma série de projetos culturais, de ações políticas, de produções intelectuais,<sup>9</sup> agindo diretamente nos modos de pensar e de sentir de todo um conjunto de brasileiros, sobretudo na Região Sul. Em outras palavras, forma um *modelo de subjetividade*. Deste modo, uma *história* do conceito de teuto-brasileiro procurará investigar a construção desta formação discursiva, centralizada em um conceito, o qual determina sua aplicação em vários setores da sociedade brasileira.

\* \* \*

---

9 É possível notar, nas últimas décadas, a existência de várias campanhas em favor da preservação da cultura teuto-brasileira. Um exemplo bastante contundente está no projeto de lei da Câmara Federal nº 5982/2005, o qual propõe comemorar o Dia Nacional da Etnia Teuto-Brasileira no dia 25 de julho (BRASIL, 2007).

A abordagem deste trabalho seguirá três momentos principais. No primeiro capítulo, *O teuto-brasileiro: a formalização discursiva de um conceito*, pretende-se investigar de que modo se operacionalizou a estratificação de saberes que tornaram possível a existência da categoria teuto-brasileiro como conceito que centralizaria todos os traços característicos da vida de imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no Brasil. O diagnóstico de seus aspectos populacionais, culturais e socioeconômicos, realizado por estudiosos acerca do tema a partir da década de 1930 no país – como Artur Hehl Neiva, Emílio Willems, Jean Roche, Leo Waibel, Egon Schaden, Carlos H. Oberacker Junior – faz com que se inscreva um conjunto de enunciados que delimitam o teuto-brasileiro como um novo fenômeno populacional (o embranquecimento da população do Sul a partir da imigração alemã, caracterizando a invenção de uma região), uma nova cultura (a “cultura teuto-brasileira” como categoria etnológica designativa destas populações) e uma nova classe social (o teuto-brasileiro como formador da classe média) em território nacional, desinvestindo na associação entre alemães no Brasil e nacional-socialismo, o qual representava um perigo à manutenção da unidade e identidade nacional brasileiras à época das guerras mundiais.

No segundo capítulo, *Os Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros: a institucionalização do conceito*, procura-se aproximar a organização dos três colóquios, ocorridos em 1963, 1968 e 1974, ao ato de tornar o teuto-brasileiro um conceito *visível* e *enunciável* para os estudos da imigração e colonização alemãs no Brasil. Ao mesmo tempo em que se opera uma filtragem na elaboração discursiva deste conceito – selecionando os enunciados possíveis e removendo aquilo que não pode ser dito – organizam-se eventos que dão publicidade ao teuto-brasileiro como objeto de estudo perfeitamente integrado ao conjunto de temas obrigatórios para a escrita da história brasileira. Da mesma forma, os participantes, os temas escolhidos, a abordagem realizada nos

estudos, também são tratados nesta parte do trabalho, como forma de trazer os elementos que institucionalizam o conceito de teuto-brasileiro nas pesquisas acadêmicas no país. Além da presença atuante dos autores que se dedicaram ao assunto desde a década de 1930, há estudiosos que trarão outros aspectos da mesma temática – como José Fernandes Carneiro, Arpad Szilvassy, Manfredo Berger, Gerd Kohlhepp, etc. Gilberto Freyre, antes um crítico da “cultura teuto-brasileira”, será um dos principais personagens destes colóquios, ao dar uma opinião positiva acerca da importância teuta para a constituição cultural do Brasil, respeitada a “transregionalidade” da cultura lusa no país.

O terceiro e último capítulo, *Após os colóquios: a caracterização de uma permanência identitária teuto-brasileira*, analisa um conjunto restrito de pesquisas acadêmicas, realizadas após os três Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros, que abrem uma nova questão para os estudos que pretendam trabalhar o tema da imigração e colonização alemãs no Brasil a partir da década de 1980: a fixação discursiva de uma *permanência* da identidade teuto-brasileira após as campanhas de nacionalização da era Vargas, estendida para os dias atuais. Seja na caracterização de sua *etnicidade*, conforme os estudos de Giralda Seyferth a respeito da formação de uma ideologia étnica teuto-brasileira no Vale do Itajaí a partir do século XIX, seja na sua relação com a *religiosidade cristã*, de acordo com as pesquisas de Martin Dreher sobre as populações de descendentes de alemães de religião evangélico-luterana e as de Lúcio Kreutz acerca das populações de religião católica, ou ainda no seu *comportamento socioeconômico*, como na tese de doutorado de Maria Luiza Renaux Hering sobre o “modelo catarinense de desenvolvimento”, o teuto-brasileiro é reinscrito como categoria válida para a análise dos descendentes de alemães nascidos no Brasil, configurando a sua *atualidade* como identidade cultural, desde que seja



incentivada a preservação *ad infinitum* de suas características. Neste momento, o empenho desta geração de autores em enfatizar a reafirmação da validade da cultura teuto-brasileira é um exemplo de uso da *cultura* – formalizada em identidades – como modo de fazer *política*, suprimindo-a em uma democracia consensual. Assim, será possível dispor as várias identidades em forma de um simpático e inofensivo “mosaico cultural” no Brasil.

\* \* \*

Algumas considerações acerca da abordagem das fontes fazem-se necessárias. As fontes deste trabalho serão tratadas como discursos produtores de sentido, os quais não podem ser separados de seu lugar e momento de produção. Portanto, as fontes são o próprio *acontecimento* discursivo, lembrando Foucault. A produção acadêmica, realizada desde o início da década de 1940 sobre o tema da imigração alemã no Brasil – que envolve os estudos das ciências sociais, os artigos dos colóquios de estudos teuto-brasileiros e a historiografia recente – é a série documental que torna possível mapear os elementos de formalização do conceito de teuto-brasileiro em seus vários matizes. Por isso, os centenários e sesquicentenários de fundação das ex-colônias alemãs, as comemorações e festas relacionadas à imigração alemã, as campanhas políticas, educacionais, culturais e folclóricas em favor da cultura teuto-brasileira, a análise das relações sociais intra e intergrupais – entre outros acontecimentos possíveis – além de já terem sido trabalhados em diversas oportunidades, não fazem parte do escopo deste trabalho, que pretende realizar um corte nas estratificações conceituais que formalizam um saber sobre o teuto-brasileiro, não considerando suas expressões identitárias como um dado mais relevante que a sua própria elaboração conceitual, fabricada sobretudo dentro dos muros de algumas das mais relevantes instituições universitárias do país.

Além disso, cabe acrescentar que as produções acadêmicas mais marcantes para o debate em torno do conceito de teuto-brasileiro foram escritas principalmente a partir dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os quais foram as unidades federativas do Brasil que passaram mais profundamente pelas questões que envolvem a presença de imigrantes alemães e descendentes no sul do Brasil já na década de 1930 e 1940. O Estado do Paraná passará pelas questões ligadas à presença teuta somente nas décadas posteriores, empregando os estudos já realizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para fundamentarem suas ações políticas de integração das populações de imigrantes alemães e descendentes naquele Estado sulino.

Considera-se que há, na historiografia acerca da imigração alemã no sul do Brasil, um conjunto de estudos que são tratados como referências teórico-metodológicas obrigatórias nos trabalhos deste objeto de pesquisa, formando uma espécie de “núcleo duro” para as investigações. No entanto, estas referências são tratadas por vários pesquisadores da área como dados *a priori*, aistóricos, completamente separados do lugar e do momento de sua produção. A proposta deste trabalho está justamente na análise deste “núcleo duro” das pesquisas de imigração alemã no sul do Brasil – cujos estudos tratam, sobretudo, da identidade cultural/etnicidade, da relação entre ética do trabalho e desenvolvimento econômico, bem como da escrita de uma história da imigração.

Inicialmente centrados no problema político da *inclusão* de imigrantes alemães e descendentes dentro de uma homogeneidade-unidade-identidade nacional brasileira, à época da Segunda Guerra Mundial, um conjunto de pesquisadores acionados pelos órgãos governamentais nacionais – Emílio Willems, Artur Hehl Neiva, Carlos Henrique Oberacker Júnior, entre outros – fazem uma delimitação das características mais marcantes destas populações, concluindo que a

hifenização de sua identidade seria a solução possível para sua inclusão ao “mosaico cultural” do país. Esta hifenização só é possível mediante uma concessão feita à tese da filiação lusa da cultura brasileira. A tese da herança lusitana da cultura nacional, defendida, sobretudo, pela “geração de 1930” – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – faz com que surjam as primeiras tensões entre estes dois grupos de pesquisadores.

Em um segundo momento, na década de 1960, coincidem a instauração de uma ditadura militar no Brasil e o reconhecimento da centralidade do conceito de *desenvolvimento* para os órgãos governamentais internacionais como modelo de governança, sobretudo dos países do Terceiro Mundo. Neste ínterim, há a possibilidade de definição do teuto-brasileiro como exemplo de produtividade, eficiência e desenvolvimento no Sul. Sua pujança econômica e social será atribuída a sua particularidade étnica, o que vem a reforçar a idéia de se defender a preservação de suas características culturais como um bem inquebrantável a ser admirado e defendido pelos entusiastas da nacionalidade brasileira. O teuto-brasileiro torna-se, então, um exemplo a ser seguido pelo restante do país, assolado pela “herança” lusitana. Mas, desta vez, contará com a opinião convergente dos “intérpretes do Brasil” – principalmente Gilberto Freyre – embora conservando a centralidade da herança lusa da cultura nacional.

Já na década de 1980, a *diversidade cultural* e o respeito às minorias étnicas tornam-se o foco de uma série de trabalhos acadêmicos ao final da ditadura militar, produzidos por uma geração de estudiosos que trouxe novos modelos teórico-metodológicos da Europa e Estados Unidos para debater esta questão. Neste momento, a identidade teuto-brasileira – antes vista como exemplo de ética do trabalho e de desenvolvimento para a nação – passa por novos deslocamentos discursivos, de modo que permita aos pesquisadores da área de imigração alemã no

sul do Brasil afirmar, peremptoriamente, que o teuto-brasileiro continua a ser uma tipologia válida para a análise destas populações. A identidade teuta, agora analisada como um *produto dos próprios atores sociais*, com tendências naturalizadas para o associativismo, para a ética do trabalho e para o respeito às hierarquias, deve ser tratada com o respeito em que são consideradas todas as identidades culturais no Brasil, formando o simpático “mosaico” das diferenças no país. Nestes três momentos distintos, há, portanto, uma preocupação em evidenciar o tempo e o lugar da produção destes acontecimentos discursivos, os quais formalizam saberes acerca do conceito de teuto-brasileiro.

Cabe salientar, ainda, que esta pesquisa não pretende realizar um levantamento bibliográfico exaustivo de todos os trabalhos escritos acerca do tema, tampouco fazer uma revisão bibliográfica do assunto. Como já foi explicitado no início desta introdução, o objetivo é efetuar uma análise *histórica* do conceito de teuto-brasileiro e, para tanto, centraliza seu objeto na análise do campo de saberes que se constitui a partir da década de 1940 no Brasil, o qual permite dar visibilidade e dizibilidade à referida noção, bem como os deslocamentos discursivos utilizados a partir de então para conservar a sua validade conceitual.

## Capítulo 1. O teuto-brasileiro: a formalização discursiva de um conceito

A imigração e colonização alemãs, sobretudo nas regiões meridionais do Brasil, tornar-se-ão objeto de estudo acadêmico e tema de interesse dos órgãos políticos nacionais somente a partir de meados da década de 1930, quando os dirigentes nacional-socialistas da Alemanha passam a reivindicar uma nova partilha territorial e política no continente europeu, fundamentados no discurso de identidade étnica e racial do povo alemão.

Desde o século XIX, as marcas impressas pela presença de imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil não possuíam traços precisos, mensuráveis pelos órgãos governamentais da nação. Traçar seus limites característicos, mediante o diagnóstico de seus aspectos populacionais, culturais e socioeconômicos, proporcionarão a estratificação de elementos capazes de caracterizar a existência de um novo personagem na constituição da sociedade brasileira, principalmente nos Estados do Sul: o *teuto-brasileiro*.

Desta maneira, perscrutar os critérios empregados nos recortes geográficos, populacionais, econômicos e culturais, nas distinções e aproximações conceituais realizadas nestes estudos, permitirão tornar visíveis as estratificações de saberes em torno deste objeto de convergência dos interesses acadêmicos e políticos a partir da década de 1930 no Brasil.

### 1.1. Um novo fenômeno populacional e a invenção de uma região<sup>10</sup>: Artur Hehl Neiva, Leo Waibel, Jean Roche

De acordo com o que foi assinalado anteriormente, a ascensão dos regimes totalitários no continente europeu marca o estabelecimento de um novo olhar sobre a importância da *homogeneidade racial* na caracterização de um povo e da identidade cultural de uma nação. No entanto, estes ideais homogêneos de identidade nacional foram recebidos de maneiras diferentes no continente americano. Enquanto nos Estados Unidos já se apresenta, a partir da década de 1920, uma desvalorização das teorias do *melting pot*<sup>11</sup> – as quais direcionavam os interesses governamentais para a realização da definitiva homogeneidade racial em seu território – as teorias assimilacionistas são mantidas na agenda política daqueles países que ainda não possuem um adiantado processo de formação de um único tipo racial mediante o processo de miscigenação.

O Brasil, país que desde o século XIX fomenta a imigração branca como mecanismo de embranquecimento populacional e como projeto tropical de civilização,<sup>12</sup> passará, durante o Estado Novo varguista, por uma revisão das políticas migratórias realizadas até então em seu território. Mas esta alteração não se faz em um vazio, e sim, em um momento no qual se caracteriza, na visão de alguns estudiosos da sociedade brasileira, a existência de um conflito entre

10 Não é objetivo deste trabalho tratar especificamente da invenção conceitual da Região Sul. Este tema merecerá um estudo à parte, mais detalhado acerca de seus elementos enunciativos mais marcantes. Entretanto, há um entrecruzamento de enunciados a partir da década de 1940, tanto para definir as características populacionais trazidas pela imigração alemã no país, quanto para moldar uma especificidade regional nos três Estados do Extremo Sul. Por isso, não há como separar as duas questões, mas a decisão metodológica tomada para este trabalho continuará a ser a formalização do teuto-brasileiro como conceito que sintetizaria os anseios das pesquisas realizadas desde os anos de 1940 sobre o lugar a ser ocupado pelas populações não-miscigenadas nos Estados do Sul.

11 As teorias do *melting pot* defendiam a necessidade de ocorrer a assimilação de todos os povos residentes em um país, mediante a miscigenação, criando um tipo homogêneo com o passar das gerações, o qual seria considerado o padrão racial daquele Estado-Nação. Uma breve explanação acerca do assunto pode ser vista em: (WILLEMS, 1940, p.1-14).

12 As teorias do embranquecimento e dos aspectos positivos da imigração européia para o Brasil durante o século XIX são abordados no livro *O Espetáculo das Raças*, de Lília Moritz Schwarcz (SCHWARCZ, 1993) e, tangencialmente, em *Cidade Febril*, de Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1996).

as teorias do embranquecimento através da imigração européia e a constatação da existência de “quistos étnicos” em colônias estrangeiras, localizadas principalmente nos Estados sulinos.<sup>13</sup>

Como as iniciativas de colonização européia não-ibérica durante o século XIX, direcionadas para as regiões meridionais do país, fundamentavam-se na concentração de núcleos coloniais de imigração – sem que fosse incentivada a miscigenação entre o advena e a população nativa – o tão esperado embranquecimento progressivo da população brasileira não se realizaria no país como um todo. Além disso, acrescenta-se o fato de haver regiões no país que, em plena década de 1930, ainda não falam o idioma português, considerado um óbice para a manutenção da unidade nacional. Deste modo, as colônias estrangeiras – sobretudo as alemãs – seriam um perigo em potencial para o bom curso da amalgamação e assimilação de todos os povos existentes no Brasil. Tais constatações sugerem a procura de alternativas intervencionistas para promover a continuidade deste processo. Destarte, os projetos de nacionalização das populações estrangeiras no sul do Brasil foram a primeira solução encontrada para o problema, quando medidas como o fechamento de todas as escolas que ensinam em idioma alemão no Sul, acompanhado da proibição de se falar em alemão nestas localidades, foram aplicadas de modo incisivo nestas regiões.<sup>14</sup>

No entanto, a maneira abrupta e violenta com que se operacionalizaram os projetos de nacionalização não obteve os resultados esperados nas populações de imigrantes e descendentes

13 A constatação da existência de “quistos étnicos” no sul do Brasil veicula desde o final do século XIX e o início do século XX, em autores como Sylvio Romero que, em *O Alemanismo no Sul do Brasil* (1906), condena a “aglomeração” de europeus no Sul e afirma a necessidade de espalhar imigrantes por todo o território nacional, para evitar o desequilíbrio entre o Norte e o Sul. Além disso, Romero afirma que o melhor imigrante é aquele que se deixa assimilar, pela mestiçagem, com os nacionais (ROMERO, 1906 apud SEYFERTH, 2002).

14 A nacionalização do ensino em idioma alemão no sul do Brasil é um dos temas mais trabalhados na área de ciências humanas nesta região nos últimos anos, figurando uma série de dissertações, teses e publicações a respeito. Não caberia, nesta pesquisa, analisar detalhadamente o processo de nacionalização.

destas localidades, uma vez que não houve adesão direta destes grupos aos anseios nacionalizadores do Estado Novo. A proibição do idioma alemão não extinguiu o seu uso entre os moradores destas regiões, mas sim, aumentou seu ódio em relação ao governo brasileiro.

Conclui-se, então, que o caminho utilizado para a integração de imigrantes e descendentes deveria mudar. A exclusão e a repressão teriam que dar lugar a meios mais convincentes de inclusão destas populações à nacionalidade brasileira. Por isso, dar-se-á lugar a novas pesquisas, realizadas por estudiosos do “problema migratório” brasileiro, tanto para delimitar as principais características deste problema, quanto para sugerir as soluções possíveis deste impasse. Recorrer a análises de cunho sociológico e geográfico dariam instrumentos mais precisos para encontrar um modo de governar estes grupos dentro de uma unidade nacional brasileira, sem o perigo de desagregação nacional.

Artur Hehl Neiva, membro do Conselho de Imigração e Colonização do governo varguista do Estado Novo, formado em Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em Direito na Faculdade de Direito de Niterói, diretor geral do expediente e contabilidade da Polícia Civil, membro da comissão da reforma das leis relativas aos estrangeiros de 1938, escreve vários artigos sobre a questão migratória nas revistas *Cultura Política* e *Revista de Imigração e Colonização*, as quais são alguns dos principais veículos dos projetos governamentais varguistas, relacionados aos problemas migratório e populacional no país. Neiva é, portanto, um exemplo da convergência entre a produção científica e sua aplicação política em projetos para solucionar o problema migratório.



Como um dos idealizadores da chamada “Marcha para o Oeste”,<sup>15</sup> Artur Neiva procura resolver as questões ligadas ao equilíbrio demográfico no país e, ao mesmo tempo, abrir caminhos rumo a sua homogeneização étnico-cultural, ao invés de promover o embate direto contra as populações “enquistadas”. Por isso redige, em 1943, uma tese apresentada no I Congresso Brasileiro de Economia, intitulada *O Problema Imigratório Brasileiro*, publicada em 1944 na *Revista de Imigração e Colonização*, onde procura estabelecer um divisor de águas entre as medidas governamentais tomadas até o momento e a inauguração de uma nova maquinaria estatal, através das referências teóricas das ciências sociais.

Desta maneira, inicia sua tese, expondo a sua profissão de fé teórica das *ciências sociais*:

Estudioso de ciências sociais, sempre fui dos que reputam extremamente inconveniente isolar de modo completo qualquer problema social para analisá-lo in vitro. Para mim, questão que envolve matéria social ou pertinente a ciências sociais, só pode ser estudada de maneira adequada, quando relacionada a outros aspectos e dentro do ambiente que lhe corresponde. Este fato é certamente, devido à extraordinária complexidade das ciências sociais; não surge na matemática nem nas ciências físicas, mas já aponta nas disciplinas biológicas. [...] como será possível examinar, pesquisando-se detidamente, um fenômeno social se desconhecemos a região em que se realiza, o tempo em que se processa e as condições de ambiente social em que se situa? (NEIVA, 1944, p. 470).

E será como cientista social que analisará o “problema” imigratório brasileiro, em um período cujo *status* das ciências sociais é o de serem detentoras de um saber complexo, unicamente capaz de resolver os problemas nacionais em todas as suas implicações. O próprio autor, mais

---

15 A “Marcha para o Oeste” está no cerne dos anseios do governo estadonovista em fazer coincidir as fronteiras econômicas e territoriais no Brasil. A ocupação dos “vazios demográficos” no interior do país com a população de regiões com maior densidade demográfica seria a solução de dois problemas principais: o enquistamento de imigrantes que não entraram em processo de miscigenação com o luso, o negro e o indígena; o povoamento de regiões consideradas como “sertão”, fortalecendo as fronteiras territoriais da nação. Para este assunto, ver o livro de Orlando e Claudio Villas Bôas, intitulado *A Marcha para o Oeste* (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1994) e o texto *Visões do Brasil*, de Lucia Lippi Oliveira, publicado no sítio do CPDOC, da FGV (OLIVEIRA, 2005).

adiante, reitera estes princípios, quando afirma que “não há problema social que seja insolúvel; há, isso sim, soluções mais ou menos felizes” (NEIVA, 1944, p. 479).

Na introdução, inicia abordando as causas dos movimentos migratórios humanos, as quais acaba reduzindo a duas: a) uma “condição fisiológica inata” para migrar, que estaria geneticamente incorporada no ser humano; b) um fenômeno de “desajustamento ao meio” (NEIVA, 1944, p. 472). Em ambas considerações, o autor parte de conceitos das ciências naturais, acentuando ora a determinação genética do comportamento humano a migrar, ora a determinação do meio na adaptação do ser humano. Sabe-se o quanto as ciências sociais utilizaram os conceitos e métodos das ciências naturais e, inclusive, como esses conhecimentos mostraram-se úteis para o diagnóstico das migrações.

No que diz respeito aos efeitos dos movimentos migratórios, ressalta apenas um: a aproximação das várias etnias da terra, amalgamando-as física e culturalmente dentro da civilização mais adiantada, como hoje é a do mundo ocidental-atlântico (NEIVA, 1944, p. 473). Como já é possível perceber, há em sua tese a preocupação típica da ciência em diagnosticar, planejar a intervenção e prever os resultados em um futuro próximo, de acordo com os parâmetros físicos e culturais da população branca ocidental.

Mais adiante, Neiva redige um breve histórico do povoamento brasileiro desde a sua descoberta, onde o compara com o povoamento dos Estados Unidos e da Argentina. Atesta que no Brasil, usando a expressão do Presidente Vargas, as fronteiras econômicas não coincidem com as fronteiras políticas, visto que, desde o século XVI, houve deslocamento populacional para as regiões mais promissoras, de acordo com o ciclo econômico da época. Isto acarreta em um problema *demográfico* sério, levando-se em conta que nos Estados Unidos e na Argentina observa-

se um equilíbrio demográfico durante a história do seu povoamento, coincidindo fronteiras econômicas e políticas dos seus territórios (NEIVA, 1944, p. 474-478).

Um dos reflexos deste problema demográfico seria a existência de migrações de nordestinos para São Paulo. O autor, não obstante, destaca a qualidade física e moral dos nordestinos, que

[...] preenchem todos os requisitos para uma política de miscigenação em grande escala, no sentido de apressar a diluição de quistos étnicos e a nacionalização dos seus elementos, problemas políticos da mais alta relevância, intimamente relacionados com a questão que constitui o objeto desta tese. (NEIVA, 1944, p. 479).

É importante frisar novamente que uma das maiores preocupações do projeto de nacionalização do Estado Novo é a de diluir os quistos étnicos, de modo que possa proporcionar a homogeneidade étnico-cultural brasileira. A miscigenação é, destarte, uma das maiores armas para governar populações.

Conclui, no capítulo introdutório, que “sem densidade demográfica, não há progresso” (NEIVA, 1944, p. 482). Como o progresso é o objetivo de um país que é classificado ao final da Segunda Guerra Mundial como atrasado, qualquer atitude que trouxesse progresso ao Brasil seria vista como positiva. Inicia-se, assim, a investigação do autor em torno das estratégias para o aumento da densidade demográfica brasileira e das suas possibilidades de progresso através da seleção dos novos imigrantes.

No segundo capítulo, o autor esboça, de acordo com o “método histórico”, a evolução da política imigratória brasileira. Aponta a alternância, desde o século XVI, de períodos de expansão

e de restrição imigratória, culminando no Estado Novo com as leis restritivas à imigração, tratadas anteriormente.

A seguir, aborda dados demográficos das correntes imigratórias, aonde chega à conclusão que os problemas demográficos de sua época estão relacionados à falta de cálculos mais precisos sobre a população brasileira desde o seu descobrimento (NEIVA, 1944, p. 503).

No quarto capítulo, o central e o mais extenso de sua tese, analisa vários aspectos do problema imigratório. Inicialmente, ao expor os aspectos antropogeográficos e étnicos, argumenta que “o Brasil é a demonstração absoluta e perfeita da possibilidade de ser fundada e mantida nos trópicos uma civilização branca” (NEIVA, 1944, p. 506), utilizando como autoridade o geógrafo Pierre Deffontaines, que escreveu *Geografia Humana do Brasil*, publicada pela *Revista Brasileira de Geografia* em 1938. Desta forma, lança este argumento para afirmar que, se o Brasil quiser manter a sua “tradição histórica” de ser um país de civilização branca, deve restringir ou mesmo excluir a imigração negra ou amarela no Brasil, favorecendo a corrente imigratória branca (NEIVA, 1944, p. 510). Neste ponto, o autor deixa transparecer sua opinião pessoal: “Quero crer que nenhum brasileiro aspire a que, dentro de meio milênio, nossa civilização seja amarela ou negra” (NEIVA, 1944, p. 510). Portanto, para a realização deste projeto de branqueamento do Brasil, idealizado desde o século XIX, era necessário “escolher o agora o que desejamos que o Brasil seja sob o ponto de vista étnico dentro de alguns séculos” (NEIVA, 1944, p. 509). É impressionante que, ao mesmo tempo, o autor frisa em dois momentos distintos que o Brasil tem a glória de não possuir preconceito de raça. Nota-se que não há exatamente uma mudança de visão quanto ao discurso do embranquecimento populacional do século XIX, mas há a constatação da necessidade de uma

mudança no seu sentido operacional, ao promover a definitiva miscigenação entre todos os grupos estabelecidos no país, mantida a preponderância do branco.

Adiante, demonstra como, a partir da independência do Brasil, houve momentos de inclusão política dos estrangeiros ao Estado nacional, como, por exemplo, nos movimentos de naturalização de portugueses e alemães das primeiras colônias do Rio Grande do Sul, ocorridos nas primeiras décadas do Império. Neiva expõe que, até 1934, os estrangeiros obtiveram facilidades de naturalização, mas que, após a Primeira Guerra Mundial, com as ascensões de movimentos totalitários na Europa, torna-se necessário realizar uma “higienização” étnica no país.

Por isso, necessita-se

[...] controlar o imigrante, excluindo os indesejáveis, a princípio por motivos sanitários, depois profissionais, finalmente ideológicos. Nada mais justo; era a defesa do país e da estabilidade de suas instituições contra doentes, incapazes morais e propagandistas de doutrinas dissolventes. (NEIVA, 1944, p. 521).

E o autor vai mais além em seus argumentos, retomando um dos principais assuntos de sua tese:

Dado o enquistamento de certas etnias em território nacional, que podiam ser politicamente trabalhadas e suscitar, eventualmente, questões minoritárias, sempre desastrosas politicamente pelas largas brechas que abrem na unidade nacional, que é e deve sempre ser intangível e sagrada, impunham-se providências de nacionalização e assimilação, eminentemente políticas, evitando as concentrações estrangeiras. Tudo isto foi realizado, num grande esforço de patriotismo e de visão política a partir de 1930. (NEIVA, 1944, p. 521).

Quando aborda o aspecto econômico do problema migratório, faz a ressalva de que o Brasil “precisa de braços”. Da mesma maneira em que procura restringir a imigração e evitar a formação de quistos étnicos, por outro lado, reconhece que há a necessidade de trazer mais

imigrantes, de modo a trazer progresso para o país, aos moldes do que aconteceu aos Estados Unidos da América (NEIVA, 1944, p. 525). Para isso, é prioridade oferecer vantagens aos imigrantes, para que desejem se fixar no Brasil e não em outros países. Enquanto elabora um discurso de um projeto nacionalista, Neiva coloca trechos curiosos, como o seguinte:

[...] e que não sejamos excessivamente nacionalistas, no que diga respeito à limitação de oportunidades, para que o estrangeiro, pelo enriquecimento à custa do seu trabalho, contribua para a prosperidade geral do Brasil. (NEIVA, 1944, p. 533, grifo nosso).

Afinal de contas, o imigrante é uma peça fundamental do projeto estadonovista de nação, e a sua inclusão social através do trabalho é fundamental para construir a homogeneidade-unidade-identidade nacionais.

A análise do aspecto cultural do problema imigratório é uma das partes mais interessantes de sua tese, onde procura analisar, conforme um conjunto de noções e conceitos empregados na emergente Antropologia Cultural, qual a forma mais eficiente de operacionalizar a nacionalização dos imigrantes e descendentes no Brasil. Artur Neiva emprega os termos *adaptação*, *acomodação*, *aculturação*, e *assimilação* como partes de um processo que levaria à nacionalização, ou o seu “ajustamento ao meio” (NEIVA, 1944, p.534). É importante realçar o quanto a Antropologia Cultural torna-se importante após a Primeira Guerra Mundial, como um novo saber acerca de questões que envolvem uma nova classificação das sociedades no mundo.<sup>16</sup>

Para o autor, a acomodação e a aculturação passam por várias questões. Entre elas, são enumerados o aprendizado da nova língua, o traje, a alimentação, a habitação e a vida social do

---

<sup>16</sup> Retornar-se-á a esse assunto –sobretudo no que tange ao papel da Antropologia Cultural neste momento histórico, bem como o emprego do conceito de *assimilação* – quando for analisada a abordagem de Emílio Willems a respeito do tema.

imigrante (NEIVA, 1944, p.534-537). Cada uma destas questões envolve um tempo diferente para a devida aculturação, mas frisa que as sociedades e grêmios mantidos por imigrantes podem ser fatores que dificultam a acomodação e a aculturação, se não forem convenientemente controlados (NEIVA, 1944, p. 537).

Este assunto é repetido com maior ênfase e com mais detalhes em outro ponto de sua tese, quando trata dos problemas correlatos, entre eles a assimilação. Afirma que a assimilação “requer, mais do que qualquer dos outros, grande habilidade por parte do Governo” (NEIVA, 1944, p. 557). Visto que a nacionalização-assimilação do imigrante é um problema de natureza *social*, a sua solução obedece às “regras sociológicas”. Por isso, os maiores “fatores de desnacionalização” são o lar, a escola, a igreja e as associações.

O lar é, para Neiva, “o mais poderoso baluarte da conservação dos usos e costumes alienígenas”. Destarte, o “lar estrangeiro é, pois, o obstáculo principal da campanha nacionalizadora”, porque, como ambiente social do grupo primário, é muito difícil libertar alguém da influência do lar, onde a criança aprende as tradições, usos, costumes e a língua dos pais (NEIVA, 1944, p. 558). Neste ponto, afirma:

É preciso salientar, ainda, que esta ação, mais do que outra qualquer, necessita absolutamente ser feita com doçura, por meios suasórios, quase insensíveis na sua suavidade, pois qualquer outro modo de agir, provocando reação imediata muito mais forte do que a ação correspondente, dará incontinenti resultados contraproducentes, criando, na melhor das hipóteses, invencível resistência passiva por parte da criança, porém mais provavelmente um ambiente de irritação e desconfiança, capaz de destruir, em pouco tempo, o longo esforço de nacionalização. (NEIVA, 1944, p. 559).

O autor reforça ainda mais a idéia que o processo de nacionalização não poderia, como muitos ainda defendem peremptoriamente, ser realizado apenas de maneira direta, excludente e repressora, mas sim, de maneira muito *sutil e inclusiva*.

Retornando aos fatores de desnacionalização, a escola é o segundo degrau da intervenção estadonovista. Instituição “formativa do caráter e modeladora da individualidade”, a escola é fundamental no processo de nacionalização. Para a realização deste intento, o autor frisa que são necessárias novas escolas nas “zonas desnacionalizadas”, de modo a suplantarem os educadores estrangeiros e as escolas particulares. As escolas nacionais devem ser entregues a professores aptos, de modo que, “destruindo sua cultura originária sem a substituir por outra”, possam causar reações à campanha nacionalizadora, sob a acusação de que o Brasil deseja nivelar o ensino pela quota mais baixa (NEIVA, 1944, p. 561).

A igreja, que completa a educação moral recebida no lar, é o terceiro fator de desnacionalização. Este seria, segundo Neiva, um dos mais difíceis de controlar, sabendo que a igreja escapa à fiscalização do Governo e tende a conservar a língua familiar nos núcleos estrangeiros, podendo, assim, causar choques de interesses com o Estado. De qualquer forma, o autor insiste que a igreja é importante, porque exerce influência sobre os “elementos mais conservadores das tradições”, como as zonas rurais, o lar e as mulheres (NEIVA, 1944, p. 561-563), estas últimas tidas como “demonstradamente o elemento conservador na sociedade” (NEIVA, 1944, p. 558).

As associações esportivas, recreativas, de classe, educacionais, etc. são, conforme Artur Neiva, “o setor mais fraco da obra desnacionalizadora e onde a intervenção pode ser mais eficaz” (NEIVA, 1944, p. 563). Assim, desde 1937, o Estado Novo estabelece a necessidade do registro



obrigatório das sociedades estrangeiras, a proibição de brasileiros como sócios e a intervenção das regiões militares na sua administração como formas de assegurar que tais sociedades não representem virtualmente um “perigo” para a nacionalidade brasileira.

Há mais três pontos importantes da tese a serem abordados. O primeiro diz respeito à iniciativa governamental de fundar Colônias Agrícolas Nacionais no interior do país, seguindo o modelo de colonização por povoamento, que tem como exemplos os Estados Unidos desde o século XIX e os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujo desenvolvimento econômico “demonstra à sociedade a possibilidade de utilizá-lo eficientemente na *mise en valeur* do nosso *hinterland*, praticamente despovoado” (NEIVA, 1944, p. 548). Desta forma, são criados núcleos coloniais nacionais na Baixada Fluminense, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso, Goiás e Paraná a partir de 1940. Estas colônias teriam como base o fomento à pequena propriedade e a assistência do governo, de modo a proporcionar o aumento demográfico e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico destas regiões brasileiras. Nota-se, neste ponto, como o modelo de colonização européia, empregado no sul do Brasil desde o século XIX, serve como base para as novas empreitadas de colonização no país, aceitando como truísmo a tese que a imigração européia teria sido diretamente responsável pelo desenvolvimento econômico do Sul.

O segundo ponto trata da imigração no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. O autor expõe que, com as leis restritivas à imigração desde 1934, o número de imigrantes tem diminuído assustadoramente e a guerra teria interrompido abruptamente o novo processo de imigração estabelecido pelo Estado Novo, baseado na seleção de novos imigrantes para o país. No entanto, durante este período, afirma que o Conselho de Imigração e Colonização tem se

preocupado com a fiscalização e nacionalização dos imigrantes e descendentes. A entrada de refugiados de guerra no Brasil é tratada na tese como uma questão delicada, pois, após a criação de toda uma infra-estrutura judiciária de regulamentação de imigrantes, permitir novamente uma imigração não selecionada poderia trazer inconvenientes aos projetos já em implementação. O “imperativo de segurança nacional” enfatiza a necessidade de restrição de movimentos migratórios sem a devida seleção dos elementos (NEIVA, 1944, p. 564-571).

O último ponto a ser tratado refere-se à Fundação Brasil Central, criada pelo governo em 4 de outubro de 1943, que deveria gerenciar a implementação das propostas aprovadas pelo governo estadonovista, as quais dizem respeito ao povoamento do interior brasileiro – a “Marcha para Oeste” – e “fazer coincidir as nossas fronteiras econômicas com as fronteiras políticas” (NEIVA, 1944, p. 582). Não parece ser um acaso que Artur Hehl Neiva tornou-se secretário geral da Fundação, assumindo, inclusive, por várias vezes a presidência em exercício entre 1944 e 1948.

Em suas conclusões, uma delas chama a atenção, porque não a explicita ao longo da tese, colocando-a abertamente na conclusão número XIII:

A imigração portuguesa é a que nos convém por motivos históricos, étnicos e políticos principalmente. Incrementando-a, e aproveitando sua imensa capacidade de miscigenação, facilitaremos enormemente a assimilação de ádvenas de outras correntes migratórias. (NEIVA, 1944, p. 578, grifo nosso).

Apesar do autor reconhecer a contribuição do imigrante europeu não-luso para a colonização do sul do Brasil, as experiências de sua época com movimentos inspirados no nazifascismo europeu e o medo dos “quistos étnicos” o fazem preferir a imigração portuguesa a todas as outras. Isto também se deve ao reconhecimento intelectual da época que o Brasil está

incorporado à história de Portugal e, por sua vez, que a identidade brasileira reside nesta filiação cultural lusa, fundamentada em uma leitura do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.<sup>17</sup>

Dois anos antes, em um de seus artigos publicados na revista *Cultura Política*, intitulado *A imigração e a colonização no governo Vargas*, já expõe vários aspectos do que escreve posteriormente em *O Problema Imigratório Brasileiro*. Contudo, trata de demonstrar, por outro lado, como os imigrantes europeus e seus descendentes já estão integrados à unidade brasileira, apesar das diferenças culturais e dos “perigos” iminentes. Para realizar seu intento, cita discursos proferidos pelo então presidente, onde afirma em um primeiro momento que “os imigrantes têm de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação” (NEIVA, 1942, p. 229), ou quando defende que “a imigração européia tem sido benéfica ao progresso econômico do país” (NEIVA, 1942, p. 230).

Neiva ainda reproduz vários outros trechos de discursos de Vargas, como desta entrevista, concedida ao *Lokal Anzeiger* de Berlim em 20 de dezembro de 1938:

Todas as colônias de imigração existentes no país são elementos de ordem e de colaboração valiosa, não existindo o perigo de formarem-se quistos de influência estrangeira, graças ao admirável poder de assimilação da nossa gente e da nossa índole, que, em pouco tempo, incorpora ao sentido brasileiro todos os alienígenas. Pelo que toca à colônia alemã, localizada no Sul, é composta de homens ordeiros, industriais, trabalhadores e que muito têm contribuído para a prosperidade da pátria adotiva (NEIVA, 1942, p.230).

Artur Neiva, ao longo de seu artigo, escrito em 1942, está demonstrando aspectos do discurso varguista que ainda dizem respeito ao perigo de que as colônias alemãs do Sul se tornassem “quistos étnicos”. Não obstante, o autor enfatiza os trechos dos discursos do presidente

---

<sup>17</sup> Sobre o assunto, ver o livro *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, da autoria de Gilberto Freyre, onde defende a filiação lusa da cultura brasileira, ao lado de publicações mais importantes, como o livro *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 1940, 2000).

onde são exaltadas as características positivas dos imigrantes – principalmente as referências ao progresso alcançado através do *trabalho* imigrante – de modo que fossem facilmente assimilados pela cultura brasileira, dentro da perspectiva de “incluir para nacionalizar”.

Ao contemplar a abordagem de Artur Hehl Neiva quanto à questão imigratória no Brasil durante a década de 1940, percebe-se que procura trazer respostas através de um olhar científico e ao mesmo tempo técnico. O autor, que pertence aos primeiros escalões do governo Vargas, pretende diagnosticar a realidade social brasileira e, posteriormente, projetar mecanismos de controle para prever um futuro “positivo” para o Brasil. Este instrumento de governo das populações só estaria disponível através de um estudo científico profundo, baseado na complexidade das ciências sociais.

Torna-se claro como a Geografia Humana é, para Neiva, a ciência social *par excellence*, utilizada como um saber capaz de diagnosticar todos os problemas de uma população e como continuar governando-a com estabilidade, após certas intervenções tidas como necessárias. É relevante esclarecer que a vertente da Geografia Humana abordada pelo autor reside na aplicação política de conceitos das ciências naturais – prática inaugurada por Ratzel<sup>18</sup> – para direcionar as ações humanas a partir da sua relação com o espaço geográfico. Deste modo, é possível perceber como o autor está preocupado com dados demográficos desde o século XVI, divisões climáticas e regionais do Brasil, dados históricos e jurídicos acerca das políticas anteriores de imigração, colonização e tráfico de escravos, entre outras informações. Dados como estes servirão para esboçar toda uma linha de ação, de modo a intervir na distribuição demográfica das populações

---

<sup>18</sup> Friedrich Ratzel (1844-1904) é um dos estudiosos que estabelece a geopolítica como disciplina no século XIX, a partir da aplicação política de noções e categorias das ciências naturais aos seres humanos em sua relação com a natureza. Acerca do tema, há uma coletânea de textos de Ratzel traduzidos para o português (MORAES, 1990), que explicitam alguns dos principais temas pesquisados pelo autor.

no Brasil, medir as possibilidades de novas correntes imigratórias e prever resultados a longo prazo.

Nota-se, já em seu estudo, a relação que o discurso geográfico estabelece com a delimitação do “problema imigratório” como um problema *populacional*. É preciso frisar, entretanto, que Artur Neiva conclui ser necessária a imigração branca para o progresso do Brasil, com diversos incentivos, mas que atue paralelamente a uma política estatal de seleção e controle do imigrante dentro do país, de forma a não repetir as experiências passadas no Sul e os temidos “quistos étnicos” no território nacional. Aos imigrantes e descendentes que já se encontram no país, cabe apenas inclui-los estrategicamente à nação, construindo nestes um orgulho de contribuir ao progresso brasileiro.

Além das conclusões de Artur Hehl Neiva, outros estudiosos do problema imigratório brasileiro formulam teses a respeito dos aspectos positivos da colonização alemã na constituição populacional dos Estados sulinos. Leo Waibel, geógrafo alemão, vem para o Brasil em 1946, trabalhar como assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia, sediado no Rio de Janeiro. Este conselho foi instituído em 1937 que, juntamente com o Instituto Nacional de Estatística, formou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após a participação de Waibel em reuniões especiais, promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia em 1948, publica o artigo *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*, o qual é um parecer de um especialista na área de Geografia sobre um problema político a ser investigado: avaliar qual teria sido o resultado da colonização européia não-ibérica no sul do Brasil, efetuada desde meados do século XIX, de modo a orientar futuras políticas de imigração e colonização no país.

Seus estudos em Geografia Agrária ressaltam os principais aspectos da relação do imigrante e descendente de alemães com o campo, como a sua forma de organização espacial, o aproveitamento do solo e a qualidade do cultivo agrícola. Portanto, o trabalho de um profissional da área da Geografia Agrária torna-se essencial para a definição de traços específicos da região Sul, levando-se em conta que um de seus objetivos é a comparação do Sul com as regiões do país que não foram marcadas pela experiência da imigração européia não-ibérica. Assim, as pesquisas de Leo Waibel estão diretamente relacionadas à constituição de um saber sobre o *sul do Brasil*, a ponto de caracterizá-lo como um *conceito geográfico*:

Entendo por ‘sul do Brasil’ os três estados mais meridionais do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Deixo de incluir o Estado de São Paulo, ao contrário do que fazem os geógrafos brasileiros, porque suas condições climáticas, econômicas e sociais são diferentes (WAIBEL, 1979, p. 226).

Deste modo, Waibel delimita o que será a Região Sul em seus recortes atuais,<sup>19</sup> não apenas pelas suas diferenças climáticas, mas principalmente por suas diferenças econômicas e sociais, fundamentadas em características “étnicas” próprias. Naquele momento, a discussão acerca da divisão regional do Brasil entre os profissionais da área da Geografia estava apenas se iniciando,<sup>20</sup> e os estudos de Leo Waibel, que não foram relevantes para o debate sobre a divisão regional brasileira nas décadas de 1940 e 1950, podem ter sido utilizados posteriormente, embora não haja referências concretas a respeito deste aspecto.

Depois de fazer um esboço histórico das iniciativas de colonização no Sul brasileiro durante o século XIX – onde o autor constrói praticamente dois mundos distintos no Brasil

19 A região Sul – com os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – foi adotada pelo IBGE somente em 1970. Entre 1940 e 1970, o Estado de São Paulo fez parte da região Sul (BRASIL, 2005 b).

20 Cf. Guimarães (1948).

meridional: a *mata*, habitada pelo “colono” europeu, e o *campo*, ocupado pelo “caboclo” – Waibel pergunta: “Em que contribuíram os europeus para a cultura e a civilização do Brasil meridional?” (WAIBEL, 1979, p. 243). Ao responder esta questão, o autor levanta um importante aspecto: a proporção de “europeus” na população dos estados do Sul, onde afirma ser aproximadamente um terço da população sulina de origem européia.<sup>21</sup>

Além de constatar a forte presença demográfica dos imigrantes alemães e descendentes na constituição populacional do Sul, argumenta que o processo de ocupação do espaço é um dos principais fatores que teriam contribuído para a formação de uma paisagem *sui generis* no sul do Brasil. Por isso, estabelece a comparação de dois tipos de povoamento entre as colônias européias no sul do Brasil: o povoamento rural disperso (sistema de *Waldhufendorf*), cujo sistema seria atrasado em relação aos padrões europeus e norte-americanos, e o povoamento aglomerado (sistema de *Strassendorf* ou *Stadtplatz*), que seria a expressão de centros culturais, sociais e comerciais como Joinville e Blumenau, consideradas pelo autor como “pérolas da civilização e cultura urbanas”. Complementa, ainda, que “em muitas cidades luso-brasileiras, também, especialmente nas capitais dos estados, o elemento europeu contribuiu muito para o desenvolvimento do comércio, da indústria e da cultura” (WAIBEL, 1979, p. 260), de modo a demarcar novamente a especificidade cultural do “europeu” – principalmente imigrantes alemães e descendentes – como uma grande contribuição para o desenvolvimento do Brasil, apesar de considerar a população rural das colônias européias como atrasada.

Assim, para solucionar o atraso da população rural, sustenta a idéia de que se devem cultivar e colonizar os campos do Brasil meridional (WAIBEL, 1979, p. 260), de modo que não

---

21 Waibel afirma, de acordo com as “melhores fontes disponíveis”, que 28,6% seriam de origem européia, sendo no Rio Grande do Sul 33%, em Santa Catarina 30% e no Paraná 20% (WAIBEL, 1979, p. 244).

haja mais a separação entre *mata* e *campo* no Sul do país. Demonstra, com exemplos de colonização dos campos do Estado do Paraná (Carambeí, Terra Nova e Boqueirão-Curitiba), que receberam, respectivamente, holandeses, alemães do Volga e teuto-russos de religião menonita, que esta proposta de colonização daria ótimos resultados também no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (WAIBEL, 1979, p. 260-268).

Conclusões como as de Waibel propõem, destarte, a ocupação de espaços pouco povoados e com baixa densidade demográfica nos campos brasileiros, apesar do autor não defender a formação de colônias mistas ou a necessidade de miscigenação (WAIBEL, 1979, p. 272-275). De qualquer maneira, a caracterização da presença alemã na constituição do sul do Brasil – tanto pela proporção populacional quanto pelo modo de ocupação espacial – faz com que Leo Waibel ingresse fileiras na caracterização dos grupos de imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no Sul como um *fenômeno populacional próprio*, não observado no restante do país. Contudo, o autor parece descartar a hipótese do “perigo alemão” à unidade nacional, mas, pelo contrário, destaca que estes grupos podem vir a ser uma grande contribuição ao país, de modo que “pelo menos uma região do Brasil teria desfeito o secular sistema de separação da agricultura e da pecuária, inaugurando nova era da história econômica do Brasil” (WAIBEL, 1979, p. 276).

A ênfase populacional na caracterização de imigrantes alemães e descendentes como partícipes na constituição do sul do Brasil é retomada na última metade da década de 1950 por Jean Roche, oriundo da França e professor da Universidade de Toulouse, publica em 1959 *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, após um período em que residiu em Porto Alegre, realizando trabalhos como professor de francês na Universidade do Rio Grande do Sul.



Apesar de sua dedicação profissional ter sido na área de Letras, realiza neste livro várias análises relacionadas a noções e conceitos de Geografia e de História. Nos capítulos III e V de sua pesquisa, Roche desenvolve a respeito dos fatores que teriam sido decisivos para caracterizar a contribuição germânica ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul. No terceiro capítulo, com o sugestivo título *Um enxerto vigoroso*, o autor trata dos fenômenos populacionais atrelados à imigração alemã no Brasil. Roche chega a afirmar, neste capítulo, que:

Desse modo, mais que a importância numérica, é a regularidade relativa que caracteriza a imigração alemã no rio Grande, e essa regularidade teve efeitos, que não se podem desprezar, sobre a evolução demográfica e sociológica das colônias alemãs (ROCHE, 1969, p. 162).

Delimita, então, o primeiro fator de importância na *regularidade imigratória*, fazendo com que este se torne um movimento populacional constante. Mas esta regularidade não seria um aspecto único, se não fosse acompanhado de outro: a *alta taxa de natalidade* dos imigrantes alemães desde a sua instalação no Brasil (ROCHE, 1969, p. 162). Roche atribui este fenômeno à

[...] dupla influência da técnica agrícola, que exigia mão-de-obra abundante para o desbravamento das florestas, e da fertilidade das terras virgens, capazes de alimentar uma população numerosa, pelo menos durante certo espaço de tempo (ROCHE, 1969, p. 162).

Desta maneira, mesmo que a taxa de natalidade fosse decrescendo com o passar das gerações, as altas taxas das primeiras gerações de imigrantes teriam ocasionado um fenômeno populacional que, no entendimento do autor, seria fundamental para a influência da imigração alemã na constituição do Estado do Rio Grande do Sul: a *elevada densidade demográfica nas regiões de colonização alemã*. Roche demonstra, com o auxílio de estudos demográficos, que a

população de imigrantes alemães e descendentes dobrara em trinta anos, a ponto de, em 1950, atingir a cifra de 900 mil no Estado sulino, perfazendo mais de 20% da população rio-grandense (ROCHE, 1969, p. 175). O aumento proporcional da percentagem de imigrantes alemães e descendentes nos números totais da população é também contemplado pelo autor, de apenas 13% da população rio-grandense em 1890 para mais de 20% em 1950 (ROCHE, 1969, p. 175). Além da demonstração numérica, Roche argumenta que, ao analisar comparativamente as colonizações italiana e alemã no Estado, as regiões marcadas pela imigração italiana teriam uma densidade demográfica mais elevada, mas com atividade econômica inferior às de colonização alemã (ROCHE, 1969, p. 197). No resto do capítulo, o pesquisador francês aponta que os principais caracteres distintivos da colonização alemã no Rio Grande do Sul estariam em três elementos: na estrutura da *casa*, oferecendo uma utilização racional dos recursos locais; nas *povoações rurais*, em fileira, as quais teriam importante função sócio-econômica no desenvolvimento daquelas localidades; e as pequenas *ciudades* (*Stadtplätzle*) formadas pela concentração demográfica em uma povoação, cuja atividade comercial propiciou um alto grau de desenvolvimento onde se criaram (ROCHE, 1969, p. 198-223). Nota-se, neste ponto, o emprego de conceitos discutidos por Leo Waibel para distinguir o caráter da colonização alemã no Sul.

Todavia, a elevada taxa de natalidade e a formação de pequenas povoações não poderiam, isoladamente, determinar o “fenômeno populacional teuto-brasileiro” naquele Estado sulino sem um outro processo concomitante: o das *migrações internas* por todas as regiões do Rio Grande do Sul. Portanto, Jean Roche analisará, no quinto capítulo, as características do que chama de processo de *enxamegem* dos pioneiros, entendido pelo autor como o aumento da densidade demográfica causado pelas migrações internas de alemães rumo a outras localidades do Estado.

O fenômeno de migrações internas teria começado no Rio Grande do Sul a partir das regiões de colonização, proporcionando um aumento do número de propriedades rurais, mediante a divisão dos lotes de uma geração para outra (ROCHE, 1969, p. 320-321). Ao lado da divisão de propriedades, sucede-se o extremo fracionamento dos lotes, fazendo com que seus moradores necessitassem migrar para terras ainda não exploradas. Roche divide estes processos migratórios em dois tipos: o *êxodo rural*, contribuindo para o aumento sensível da densidade demográfica dos centros urbanos rio-grandenses (ROCHE, 1969, p. 332); as *migrações rurais*, passando a ocupar regiões novas e aumentando, assim, a densidade populacional em todo o Estado (ROCHE, 1969, p. 335). Ambos processos teriam, conforme o autor, não só modificado a taxa de natalidade, mas transformado profundamente a estrutura populacional das regiões atingidas (ROCHE, 1969, p. 379). Destarte, Roche infere que o desenvolvimento posterior da indústria e do comércio nos principais núcleos urbanos rio-grandenses deve-se ao aumento geral da densidade demográfica, proporcionado pela *enxamagem* dos imigrantes alemães e descendentes no Estado (ROCHE, 1969, p. 386).

Estes são alguns dos argumentos do trabalho de Jean Roche, os quais marcam uma abordagem que emprega os conceitos de ciências humanas, como a Geografia, para diagnosticar os fatores da contribuição de imigrantes alemães e seus descendentes para a formação histórica do Rio Grande do Sul. A relação que estabelece entre *colonização alemã* e *aumento da densidade demográfica* insere Jean Roche em uma linha de pesquisa que se remete às considerações de Artur Hehl Neiva – feitas no final do Estado Novo – centralizadas na presença da imigração alemã no Sul como um fenômeno essencialmente *populacional*.

Ao final desta parte, pode-se inferir que os enunciados que caracterizam a imigração alemã do Sul como um novo fenômeno populacional no país marcam uma preocupação em delimitar claramente quais são os grupos que podem ser conceituados como imigrantes alemães e descendentes no país. Neste contexto enunciativo, há a fusão de elementos discursivos dispersos, que pretendem delimitar a presença de imigrantes alemães e descendentes como uma população de características próprias: o isolamento de seus habitantes, a maneira como tem sido organizado o espaço de ocupação territorial, a proporção de brancos em relação às demais regiões do país, a alta taxa de densidade demográfica. Desta maneira, os estabelecimentos coloniais fundados em meados do século XIX nas províncias do extremo Sul tornam-se, a partir das conclusões destes estudiosos, os espaços da colonização alemã *par excellence* no Brasil, uma vez que seu modo de organização e manutenção tem trazido claras conseqüências para a constituição destas localidades na atualidade.

No entanto, relega-se ao esquecimento que todas estas características atribuídas à colonização alemã no sul do Brasil não foram iniciativas dos próprios imigrantes, mas sim, um produto da própria racionalidade administrativa brasileira, que priorizou a concentração populacional imigrante nas áreas de colonização no extremo Sul. Tampouco pode-se afirmar que esta política colonizadora teria sido uma especificidade da imigração alemã, pois em várias outras levadas imigratórias – como as de italianos, japoneses, entre outras – a concentração populacional também foi priorizada. Portanto, os elogios e críticas feitas às características populacionais da imigração alemã no sul do Brasil não são um produto dos próprios imigrantes, mas a aplicação de uma política imigratória do Governo brasileiro desde o século XIX.

De qualquer modo, a necessidade governamental de se promover a continuidade do processo de amalgamação e embranquecimento do país como um todo, durante a década de 1940, faz com que este contingente altamente concentrado de população branca de origem européia nos Estados sulinos possa tornar-se o epicentro de uma profunda mudança estrutural na população brasileira. Desta forma, ao invés de classificar estes grupos como uma ameaça à unidade e identidade nacionais, opta-se por *investir em seu potencial de embranquecimento populacional*, projeto este que não é retirado da pauta governamental brasileira, pelo menos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Os escritos de Hehl Neiva, por exemplo, explicitam a clara preocupação em promover a “tradição branca” do Brasil no contexto da América Latina, em plena década de 1940. Portanto, de uma *ameaça*, a presença alemã no Sul torna-se um *exemplo* de sucesso do embranquecimento populacional operacionalizado a partir do século XIX.

Os contingentes de imigrantes alemães e descendentes, estabelecidos em núcleos coloniais no sul do Brasil, tornam-se, portanto, *objeto de estudo* de intelectuais, relacionados inicialmente com a resolução do problema político do enquistamento étnico – suscitado pelas inquietações nacionalizadoras do Estado Novo varguista – mas que acabam por formalizar um conjunto de características delimitadoras do processo de colonização alemã no país, descartando os perigos de desintegração da unidade nacional, na medida em que se reforçam os aspectos positivos de sua contribuição à constituição do Sul.

Entretanto, a abordagem populacional será apenas *uma* das maneiras pelas quais serão caracterizados os imigrantes alemães e descendentes do Sul brasileiro. Será necessário também conhecer a fundo seus modos de falar, de pensar, de trabalhar, de sentir, de crer, de morar e de se relacionar com os outros grupos.

Enfim, será necessário demarcar os traços característicos de sua *cultura*.

## 1.2. Uma cultura própria: Emílio Willems, Egon Schaden, Jean Roche, Carlos H. Oberacker Junior

As populações de imigrantes alemães e descendentes estabelecidas no sul do Brasil tornam-se objeto de estudo sociológico e cultural, na medida em que emerge o problema da sua *assimilação* à cultura brasileira, de base lusa. Os discursos que apontam para a filiação lusa da cultura brasileira, inspirada em uma ampla aceitação dos estudos como o de Gilberto Freyre a partir da década de 1930,<sup>22</sup> além da clara predominância da língua portuguesa no país, fazem com que toda população que não utilize este idioma na vida quotidiana seja enquadrada de modo diferenciado a um padrão já aceito de brasilidade. É importante lembrar, por outro lado, que esta aproximação cultural entre Portugal e Brasil não pode ser encarada como um dado *a priori* para a constituição de um conceito de brasilidade, mas sim, como o objeto de uma forte campanha intelectual de “reaportuguesar o Brasil” – ocorrida nas primeiras décadas do século XX – a qual coloca como sinônimo de ser brasileiro ter raízes lusitanas e falar português.<sup>23</sup>

As pesquisas sociológicas, realizadas em algumas regiões de colonização alemã no sul do Brasil a partir da década de 1930, têm como foco principal a delimitação dos traços característicos da cultura destas populações em sentido amplo, uma vez que os discursos atrelados ao conceito de

<sup>22</sup> O livro *Casa Grande & Senzala* é o livro mais conhecido de Freyre, no qual o autor expõe uma interpretação do processo de formação do Brasil a partir da miscigenação e entrecruzamento cultural entre o branco português, o indígena e o negro. A ênfase no colonizador português é clara na abordagem do sociólogo pernambucano (FREYRE, 2000).

<sup>23</sup> A campanha intelectual de reabilitação do português no Brasil nas primeiras décadas do século XX é abordada no artigo *A intimidade luso-brasileira: nacionalismo e racialismo*, de Maria Bernardete Ramos (RAMOS, 2001).

*raça* dão lugar, neste mesmo decênio, à proeminência do conceito de *cultura* como principal explicador da realidade de um grupo social.<sup>24</sup>

Acrescenta-se a esta necessidade de demarcar os territórios da cultura destas populações de origem alemã o fato de uma grande parte destes imigrantes e descendentes terem ingressado fileiras em movimentos totalitários, como o integralismo ou até mesmo o partido nacional-socialista alemão (NSDAP), dentro do território nacional.<sup>25</sup> Mesmo que o integralismo – caracterizado como um movimento ufanista em defesa da nacionalidade brasileira – tenha tido uma adesão declarada muito maior por parte de imigrantes alemães e descendentes no sul do Brasil que o nazismo, a *simpatia* indiscriminada de muitos imigrantes e descendentes pela doutrina de Hitler é algo que acaba sendo tratado com uma preocupação muito mais clara por parte dos autores que pesquisam o tema da imigração alemã e seus efeitos no país.

Além disso, há a aceitação de uma identidade cultural alemã entre os imigrantes e descendentes residentes no Brasil, fundamentada nos movimentos pangermanistas, pela via legal da dupla nacionalidade (Lei Delbrück, ou a *Reichs- und Staatsangehörigkeitsgesetz*, de 22 de julho de 1913), fazendo com que os descendentes de imigrantes reivindiquem a coexistência entre a cidadania brasileira e a nacionalidade alemã, tendo como pressuposto a idéia que o Brasil é um

---

24 A transição do conceito de *raça* para o conceito de *cultura* nas interpretações da sociedade brasileira são também características dos estudos de Gilberto Freyre, inspirados nas pesquisas de seu professor na Universidade de Columbia, Franz Boas. Boas inaugura uma linha de estudos antropológicos que desinvestem no conceito de *raça* como explicador das diferenças entre os povos, preferindo o conceito de *cultura* como principal diferenciador, além de visualizar aspectos positivos no processo de miscigenação, o qual era visto pelos racialistas como sinônimo de degeneração da *raça*. Sobre este assunto, ver: (BOAS, 2005), (FREYRE, 2000), (RAMOS, 2001).

25 Há uma copiosa produção bibliográfica a respeito do assunto, a qual trata da adesão de um maciço contingente de imigrantes alemães e descendentes no sul do Brasil aos movimentos totalitários de cunho racista no país. Uma importante referência acerca do tema é o livro de Antônio de Lara Ribas (1944) acerca do nazismo no Sul, ao lado de referências atuais que estudam o assunto, como as pesquisas de René Gertz (1987,1991) sobre o fascismo, nazismo e integralismo, bem como a tese de doutorado de Natália Cruz (2004), específico sobre o integralismo no Brasil.

Estado sem Nação. Tal afirmação é sustentada pela alegação da inexistência de uma legítima identidade nacional brasileira, por conta da miscigenação entre lusos, negros e indígenas.

No entanto, não se pode afirmar que os estudos que analisam as características culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes estabelecidos no Brasil representam uma continuidade em relação aos movimentos pangermanistas do século XIX. Há, por outro lado, uma *ruptura* entre o pensamento pangermanista do final do século XIX e o início destes estudos acadêmicos iniciados nas décadas de 1930 e 1940, trazendo para o *debate intelectual* as questões formuladas pelos movimentos de reivindicação de coexistência das cidadanias alemã e brasileira para alguns habitantes do Sul do país.

De qualquer maneira, delineia-se, em plena década de 1930, uma *questão política* crucial para a manutenção da unidade e identidade nacionais, a qual deve ser solucionada pelos estudiosos das principais instituições *universitárias* nacionais: medir as possibilidades de assimilação destas populações de imigrantes e descendentes de alemães. Neste momento, a *universidade* é acionada como a única instituição que poderá realizar estudos aprofundados e trazer soluções a curto ou médio prazo, de modo alternativo às mal-sucedidas políticas de nacionalização.

Um professor da Universidade de São Paulo (USP) – uma das primeiras do país – integrado em 1937 ao quadro de professores assistentes da cadeira de Sociologia, coordenada por Fernando de Azevedo, trabalhou alguns anos como professor no Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, e realiza um estudo sociológico aprofundado das populações de origem alemã destas localidades. Devido ao fato de ser alemão, houve grande facilidade de acesso a pessoas e



documentos acerca do tema, possibilitando uma pesquisa até então não realizada no país. Seu nome: Emílio Willems.

Willems pode ser relacionado à institucionalização e valorização da Antropologia no Brasil, como discurso científico que dará conta de estabelecer as principais características culturais de um grupo social e permitir sua aplicação política ao governo das populações. Seus estudos mais conhecidos são os livros que publica na década de 1940, acerca da classificação sociológica que faz populações de imigrantes alemães e descendentes no Brasil. O uso de seus referenciais teóricos weberianos para compreender e delimitar a realidade destes grupos o leva a empregar o termo *teuto-brasileiro* como designação sociológica, sem a carga que este termo possui nos movimentos políticos pangermanistas existentes no país. Ao caracterizar os traços distintivos da “cultura teuto-brasileira”, o antropólogo alemão acaba por separar a idéia de brasilidade de uma exclusividade lusa, dando margem à construção de duas principais identidades hifenizadas no país: a *teuto-brasileira* e a *luso-brasileira*. Pode-se afirmar, deste modo, que o teuto-brasileiro só pode surgir, no discurso antropológico brasileiro, a partir de uma concessão feita à tese da filiação lusa da cultura brasileira.

O autor procura, em seus livros *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, publicado em 1940, e *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, publicado em 1946, analisar os imigrantes alemães e descendentes no Brasil através de um conjunto de conceitos e noções da então recente Antropologia Cultural, que surge como uma outra possibilidade de classificação social do mundo que não a racial. Em um país mestiço como o Brasil, a possibilidade de se caracterizar uma identidade cultural só seria possível através de conceitos já utilizados pelos antropólogos estadunidenses para medir o processo de homogeneização cultural até então efetuado nos Estados

Unidos da América. Estes conceitos são, principalmente, os de *assimilação* e *aculturação*. Desta maneira, Willems discute em 1940 o processo de assimilação dos imigrantes alemães no Brasil, do mesmo modo que um grupo de antropólogos fez em relação aos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial.

É importante lembrar que o próprio autor aborda como o termo *assimilação* foi transferido do campo enunciativo da biologia – que consiste nos “processos pelos quais um organismo transforma uma substância de tal modo que esta perde suas qualidades anteriores a ponto de fundir-se com a própria substância orgânica” (WILLEMS, 1940, p. 1) – ao campo da sociologia. Sua referência é Henry Fairchild, sociólogo estadunidense, que faz em 1938 uma comparação entre a assimilação social e a assimilação orgânica, cuja semelhança está no modo pelo qual há uma perda inicial das características anteriores e a adoção de novas características, semelhantes ao novo meio ou à nova nacionalidade (WILLEMS, 1940, p.2).

Estes conceitos são usados, destarte, como uma forma de desqualificar a teoria do *melting-pot*, que inclui o caldeamento das etnias como processo natural e fator necessário para a formação de um povo. Willems (1940, p. 4), de acordo com a discussão da antropologia estadunidense, atenta para o fato que “o simples contacto ou a mera simbiose de etnias diversas não envolve, de modo algum, o seu caldeamento”, separando, deste modo, o contato inter-étnico da necessidade de caldeamento ou de miscigenação, abrindo caminho para que possa haver um convívio e assimilação das várias etnias de um país como o Brasil sem que haja, necessariamente, um adiantado processo de miscigenação entre as mesmas.

O autor conclui, então, que a assimilação é um processo sócio-cultural e bilateral, através do qual são selecionados e eliminados alguns dados culturais, prevalecendo os padrões de um dos

grupos sociais. Afirmar em seus dois livros que a assimilação é, acima de tudo, uma transformação emocional, psíquica, que envolve “reajustamentos de personalidade”, bem como sustenta que assimilação e aculturação são aspectos complementares de um processo único (WILLEMS, 1940, p. 13-14).

No entanto, já se iniciam as diferenças de abordagem entre os seus dois livros. Se em *Assimilação*, o autor coloca o processo de assimilação em primeiro lugar, afirmando que “a verdadeira assimilação opera-se, segundo as nossas observações, na esfera econômica, na esfera religiosa e na esfera da estrutura familiar” (WILLEMS, 1940, p. 17), em seu segundo livro – *Aculturação* – já atribui às mudanças e permanências no idioma, na religião, nos sistemas econômicos e nos regimes matrimoniais a possibilidade de se estudá-las em seus aspectos culturais, caracterizando, assim, o conceito de *aculturação*.

Todavia, acrescenta que os estudos aculturativos são complementares aos processos sócio-psíquicos da assimilação. O estudo da aculturação será, para Willems, muito importante para medir o grau de assimilação do imigrante e descendente, de modo que um dos fatores mais relevantes para o autor na análise da aculturação está na “língua realmente falada” e nas suas transformações lingüísticas, oriundas do contato entre o idioma do país de origem e o idioma do país adotivo. Desta forma, será possível medir descritivamente as substituições de valores lingüísticos e, por conseguinte, definir o quanto estão integradas às personalidades dos imigrantes e descendentes (WILLEMS, 1980, p. 22-23).

Ainda sobre as mudanças culturais, o autor discute o conceito de “processo de fusão”, de Ralph Linton<sup>26</sup>, discordando que haja a necessidade de desaparecimento das duas culturas originárias e de sua amalgamação biológica para que haja fusão. Willems coloca que vários povos americanos, mesmo recebendo correntes imigratórias de origens étnicas diversas, “conservaram a sua identidade cultural”, bem como não há relação necessária entre fusão cultural e amalgamação (WILLEMS, 1980, p. 23). Além disso, estende esta afirmação aos exemplos de colonização germânica no Brasil, confirmando que não há dependência entre assimilação e amalgamação. Assim, Emílio Willems abre, principalmente em seu segundo livro, a possibilidade de haver aculturação e assimilação como processos não-biológicos e com um *grande potencial de manutenção de identidades culturais*, deixando, portanto, caminho aberto para a construção de identidades étnicas e culturais no Brasil em grupos sociais de imigrantes e descendentes que não passaram por um processo de miscigenação ou integração cultural mais profunda com o luso, o negro ou o indígena.

A primeira referência na abordagem de Emílio Willems para caracterizar culturalmente os imigrantes alemães e descendentes no Brasil é a constatação do isolamento, ou *insulamento social*, das várias colônias do Sul.

Como exemplo disso, o autor, em 1940, expõe que “a falta de contactos sociais com a população nativa deve ser considerada como uma das características mais acentuadas das colônias germânicas do Brasil meridional” (WILLEMS, 1940, p. 85). Além disso, defende igualmente que

---

<sup>26</sup> Ralph Linton (1893-1953) é um dos maiores estudiosos norte-americanos da Antropologia Cultural no início do século XX que, embora seguisse uma linha discordante daquela referenciada por Franz Boas, estudou detalhadamente as questões relativas à *aculturação*. Nota-se que a apropriação conceitual realizada por Willems – centrado no processo de aculturação dos alemães no Brasil – não é meramente casual.

o *insulamento social* – entendido por Willems como a privação de contatos e relações tanto com a sociedade de origem quanto a sociedade adotiva – representa uma “vida cultural relativamente autônoma”, onde a assimilação não pôde ser efetuada por décadas (WILLEMS, 1940, p. 86-87). Em 1946, vai mais adiante em suas conclusões, concebendo o isolamento como praticamente o início de uma epopéia:

Em termos sociológicos trata-se de um processo de diferenciação e urbanização crescente dos imigrantes ou seus descendentes os quais, abandonados a sua sorte, peneirados e selecionados por uma série de fatores já analisados, constroem uma sociedade que não se confunde com a sociedade litorânea, nem com a do planalto e nem tampouco com a sociedade originária. É uma **sociedade nova** que nasce reunindo elementos culturais das outras três[...] (WILLEMS, 1980, p. 105, grifo nosso).

Ademais, sustenta que esta “sociedade nova” é integrada quase exclusivamente por imigrantes alemães e descendentes, constituindo-se “sem que houvesse possibilidades de integrar, em grande escala, valores culturais brasileiros” (WILLEMS, 1980, p. 105).

Parece que Emílio Willems quer situar, a partir do isolamento, a formação de uma sociedade que não poderia mais ser encarada como simples “quistos étnicos”, como alguns membros executivos do governo Vargas ainda denunciavam. Faltaria definir, portanto, *que sociedade é essa e como ela se encontra* em relação ao resto do Brasil.

Emprega, assim, a denominação de *teuto-brasileiro* para designar o integrante desta nova sociedade. Este termo possui uma interessante trajetória, cujos significados atribuídos em cem anos são bastante diversos. Se, em meados do século XIX, o termo *teuto-brasileiro* (*Deutschbrasilianer*) é utilizado por alguns autores alemães<sup>27</sup> como uma mera denominação dos

<sup>27</sup> O termo é, por exemplo, utilizado apenas uma vez por Hermann Blumenau, no livro *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation* – publicado em 1850 – para designar simplesmente os colonos alemães situados no Brasil, sem qualquer conotação nacionalista ou de exclusividade étnica (BLUMENAU, 1850, p. 23).

imigrantes alemães estabelecidos em colônias no Brasil, no início do século XX este termo já está bastante difundido entre movimentos políticos e culturais no Sul, os mesmos que são criticados por Gilberto Freyre em livro publicado no ano de 1940 (FREYRE, 1940).<sup>28</sup> Entre os partidários destes movimentos, o termo *teuto-brasileiro* é utilizado como um símbolo de lutas políticas em torno da manutenção de uma identidade cultural alemã em coexistência com a cidadania brasileira, contrariando os projetos governamentais brasileiros de nacionalização e desintegração dos “quistos étnicos”. Curiosamente, Emílio Willems retoma este termo dentro da conotação bastante polêmica da época e o transfere para o campo enunciativo das ciências sociais no Brasil, onde o próprio autor dá as condições de possibilidade de transformar este termo em um *conceito sociológico*.

Neste ponto, nota-se novamente uma mudança de abordagem entre os dois livros de Willems. Embora em ambas publicações seja usado o conceito de *marginalidade cultural*<sup>29</sup> como forma de definir o teuto-brasileiro, o autor muda mais uma vez o peso das afirmações expostas em seu primeiro livro. Inicialmente, em *Assimilação*, o antropólogo atribui ao teuto-brasileiro a condição de marginalidade cultural, fase passageira de “desequilíbrio cultural”, originada em uma constatação do próprio indivíduo de sua suposta ou real inferioridade. A partir desta constatação, o imigrante ou descendente é levado ao *ressentimento*<sup>30</sup> e, por sua vez, à procura de formas de

28 Neste livro – *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* – Gilberto Freyre critica os “exclusivismos culturais”, defendidos por agentes de movimentos políticos que sustentam a possibilidade de coexistência da identidade cultural alemã com a cidadania brasileira na década de 1930 (FREYRE, 1940).

29 Este conceito é empregado pelo sociólogo e antropólogo Everett Stonequist em seu livro *The Marginal Man*, publicado nos Estados Unidos em 1935. O conceito de *marginalidade cultural* é empregado por Stonequist para descrever o conjunto de desajustamentos psicológicos e sociais enfrentados por imigrantes ou por minorias religiosas ou étnicas em um país, inspirado pela situação social dos judeus nos Estados Unidos da América.

30 O termo ressentimento é utilizado pelo autor em seu primeiro livro, a partir da definição dada por Vierkandt: “Ímpulso de ódio, inimizade ou inveja, de um lado e impotência de outro lado” (WILLEMS, 1940, p. 102).

compensar os sentimentos de inferioridade, como, por exemplo, através da exaltação do progresso local dos núcleos teuto-brasileiros, desprezando o “luso” (WILLEMS, 1940, p. 102-121). Por outro lado, em *Aculturação*, também faz referências à marginalidade cultural como uma fase transitória de choques culturais, mas define que estes choques não ocorrem somente entre a cultura alemã e a brasileira, mas sim entre três culturas, incluindo a existência de uma *cultura teuto-brasileira* (WILLEMS, 1980, p. 125). Assim, o autor reconhece, em seu segundo livro, que há uma diferença entre “alemães” e “teuto-brasileiros”, estes últimos elevados à categoria de sociedade e cultura próprias, não lhes atribuindo mais o caráter de marginalidade cultural, afirmado em 1940.

Quais os caminhos que o autor percorre para chegar a esta conclusão?

Mais uma vez, há uma perceptível mudança de abordagem conceitual entre seus dois livros, mesmo que para ambos o autor tenha utilizado como base empírica as pesquisas de campo, que realizou entre 1930 e 1935, nas regiões de colonização alemã do Sul. Se em *Assimilação*, Willems observa vários obstáculos referentes à língua, família, religião, economia, educação, direito e política no processo de assimilação dos imigrantes e descendentes, em *Aculturação*, já os coloca não como obstáculos à assimilação, mas como aspectos de formação desta nova sociedade teuto-brasileira.

Para mencionar alguns exemplos desta mudança de abordagem, podem ser enumerados aspectos analisados em ambas publicações.

Em primeiro lugar, como o próprio autor pontua, as mudanças e permanências do idioma alemão nas comunidades teuto-brasileiras estão entre os principais indicadores do processo de assimilação. Para tanto, utiliza como fonte, em ambos os livros, uma lista de 378 termos

portugueses mais usados em zonas de colonização alemã, onde se fala apenas o idioma alemão, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Esta lista foi sistematizada por Carlos Henrique Oberacker Jr.<sup>31</sup> e publicada em 1939 na revista *Sociologia*. Se, em 1940, Willems atribui a incorporação de termos portugueses no linguajar de imigrantes e descendentes à determinação do meio físico e social e ao contato entre o meio urbano e o rural (WILLEMS, 1940, p. 190-204), seis anos depois, contando com 693 termos na lista, depõe a favor da formação de um “linguajar teuto-brasileiro”, originado a partir do isolamento espacial destas comunidades (WILLEMS, 1980, p. 194). Apesar de reconhecer os contatos e infiltrações do idioma português nestas comunidades teuto-brasileiras, admite que há um “linguajar teuto-brasileiro”, que seria, na prática, uma nova formação lingüística, portanto, uma *nova comunidade étnica*.

Ainda sobre a questão do idioma, Willems coloca, de maneira pretensamente incidental, uma citação de Oberacker, onde afirma:

De fato, os indivíduos de sangue alemão, mormente nas cidades e vilas, consideram vergonhoso o fato de alguns de seus parentes ou os colonos das comunidades homogêneas não dominarem o português; mas isto só porque **confundem o português elevando-o acima da posição que lhe cabe como língua do Estado, e o lusitanismo em geral, com brasilidade. O perigo da lusitanização é muito grande** em localidades onde os lusos preponderam, devido a seu número ou àquela opinião nativista, principalmente nas sedes administrativas, nas cidades e vilas. (OBERACKER JUNIOR, 1936 apud WILLEMS, 1980, p. 224, grifo nosso).

Se Willems pretende, com esta citação, demonstrar aspectos da rivalidade entre os idiomas alemão e português nas localidades teuto-brasileiras, acaba por colocar um ponto muito sério do debate da época. O posicionamento de lideranças culturais em defesa de uma cultura teuto-

---

31 Alguns detalhes da trajetória intelectual de Carlos Henrique Oberacker Junior serão tratados brevemente ainda neste subcapítulo.



brasileira, como Oberacker, aparece despretensiosamente nas páginas do estudo científico de Willems, o que já indica a tentativa do autor em transferir tal reivindicação para o campo acadêmico-científico. É importante acrescentar que há, em ambos os livros, longos trechos de vários autores que fazem apologia da cultura teuto-brasileira, embora apareçam com uma característica meramente ilustrativa.

O autor analisa, posteriormente, as características da organização familiar entre os teuto-brasileiros. Enquanto que em sua primeira publicação analisa comparativamente as mudanças e permanências das relações intrafamiliares dos teuto-brasileiros, em relação aos padrões familiares germânicos e românicos, a fim de lhes avaliar as possibilidades de assimilação (WILLEMS, 1940, p. 211), em seu segundo livro afirma o surgimento de um padrão teuto-brasileiro de organização familiar, baseado em “diferenças econômicas entre o novo e o velho meio” (WILLEMS, 1980, p. 308). Exemplos de tais diferenças são a idade de casamento, que teria reduzido sensivelmente entre teuto-brasileiros, porque já não conheceriam a fórmula “gozar a vida primeiro”, como afirma em uma citação que faz do livro de Hans Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul* [o colono alemão no Rio Grande do Sul], publicado em 1937 (WILLEMS, 1980, p. 308-309). Willems vai mais adiante em seus argumentos, sustentando que: “Se a constituição de sistemas familiares obedeceu, em quase todos os pormenores, ao modelo brasileiro, a estrutura da família, no sentido restrito, pouca influência recebeu da família brasileira tradicional.” (WILLEMS, 1980, p. 320) Com isto, o autor reforça a importância da preservação de elementos alemães na formação da família teuto-brasileira.

A família teuto-brasileira torna-se inclusive, na visão de Willems, um novo padrão econômico no Sul brasileiro, baseado no trabalho da pequena propriedade agrícola. Tanto em

*Assimilação* quanto em *Aculturação*, sustenta esta afirmativa. No entanto, o autor desenvolve suas idéias diferentemente em seus dois livros, no que tange à organização econômica dos teuto-brasileiros. Em 1940, lança mão de conceitos teóricos weberianos para compreender o comportamento econômico dos teuto-brasileiros, acentuando a diferença entre católicos e luteranos. Desta forma, Emílio Willems transfere a análise de Max Weber da “ética protestante e o espírito do capitalismo” para os imigrantes alemães e seus descendentes no Sul brasileiro. É possível notar como o antropólogo transfere indistintamente – isto é, sem problematizar – os conceitos aplicados por Weber ao protestantismo ascético dos calvinistas nos Estados Unidos para os colonos agrícolas luteranos nas colônias do interior dos Estados meridionais brasileiros. Como exemplo disto, Willems opõe o conceito de *trabalho intermitente*, do catolicismo medieval pré-capitalista, ao de *trabalho permanente*, já inserido em uma lógica capitalista de produção (WILLEMS, 1940, p. 256-257), como forma de demonstrar que, nos países sul-americanos tropicais como o Brasil, teria sido conservada a mentalidade pré-capitalista, ao passo que os imigrantes alemães – principalmente os luteranos – inseriram uma visível diferença de atitudes econômicas no Sul. Ainda em seu primeiro livro, cita um exemplo individual da “ética protestante” no Brasil: Hermann Blumenau.

Como representante do puritanismo, do ideal de trabalho incansável e, ao mesmo tempo, racional, deve ser considerado Hermann Blumenau. Em uma das suas cartas de 1854 lemos estas palavras: ‘Não jogo, não bebo, as mulheres não me custam nada, e isso por causa da impressão moral e também para evitar a libertinagem, o pior dos vícios que pode prejudicar uma colônia nova e lhe tolher o desenvolvimento. Tudo sacrifiquei pela colônia que precisa muito de auxílio, vivo mais do que parcamente quase que pobremente, afim de não dar azo às comparações odiosas, mostrando a essa gente que é possível acomodar-se quando se quer...’ [...] (WILLEMS, 1940, p. 261).

Parece que, apesar de ter descoberto a ética protestante de Weber no Brasil, Willems ainda estava preocupado com as dificuldades da assimilação dos teuto-brasileiros, visto que há o embate de mentalidades econômicas divergentes (WILLEMS, 1940,p. 262).

Esta não é, contudo, a preocupação do autor em *Aculturação*, onde salienta a formação da nova sociedade, baseada nas mudanças econômicas ocasionadas pela imigração. Partindo da estrutura profissional da Alemanha do século XIX, Willems aponta o alto grau de especialização de profissões, sobretudo de artífices. Estes trabalhadores, ao emigrarem para o Brasil, sofreram o que chama de “desnívelamento econômico”, o que seria a adoção de formas de trabalho e de técnicas agrícolas consideradas ultrapassadas em seu país de origem. No entanto, o fato de serem artífices teria trazido ao Brasil “elementos culturais novos”, a ponto de ter influenciado diretamente na formação das indústrias e no comércio das regiões de colonização alemã, caracterizando, assim, um processo de modernização da produção no Brasil (WILLEMS, 1980, p. 233-254). Além disso, destaca a importância das formas de trabalho em cooperação entre os teuto-brasileiros como influência nas futuras cooperativas do século XX, embora reconheça que as cooperativas não eram conhecidas na cultura originária dos imigrantes (WILLEMS, 1980, p. 255-256). É importante salientar que o autor reafirma, de forma mais sucinta, a relação entre religião e acumulação de riquezas, nos moldes da interpretação weberiana, sustentando que “também na cultura teuto-brasileira há diferenças econômicas entre protestantes e católicos” (WILLEMS, 1980, p. 257). É notório que, em 1946, Emílio Willems está certamente concentrado em trazer elementos para delimitar os traços da cultura teuto-brasileira, e o comportamento *econômico* é um dos argumentos mais utilizados como diferencial do teuto-brasileiro em relação ao resto do Brasil.

Quando aborda os assuntos ligados à religião, o autor não muda sua abordagem, visto que já em 1940 atribui uma característica religiosa que servirá como diferenciação do teuto-brasileiro: *a relação entre religião e germanidade*, principalmente atribuída a evangélico-luteranos. Para tanto, utiliza algumas citações de lideranças teuto-brasileiras que, em seus escritos, afirmam a relação direta entre germanidade e luteranismo, como forma de diferenciá-los dos teuto-brasileiros católicos, que estariam mais suscetíveis à assimilação e à adoção de elementos culturais brasileiros (WILLEMS, 1940, p. 229-251; WILLEMS, 1980, p. 336-363).

No que diz respeito à educação e às escolas, Willems aprofunda as questões ligadas à religião e ao idioma. Em ambos os livros, admite que há diferenças fundamentais entre a escola rural na Alemanha e as escolas teuto-brasileiras, entre as escolas católicas e protestantes, bem como a importância da escola teuto-brasileira na manutenção do idioma alemão. Novamente, em *Assimilação*, avalia a educação teuto-brasileira inserida no processo de assimilação, enquanto que em *Aculturação*, afirma a criação de um “sistema escolar teuto-brasileiro” (WILLEMS, 1980, p. 279), baseado no isolamento das comunidades rurais de colonização alemã e na sua organização em associações escolares como forma de manutenção das mesmas.

Parece, contudo, que Willems procura demonstrar uma opinião não muito favorável a este sistema. Ressalta os baixos pagamentos dos professores, em consequência da baixa cotação das atividades intelectuais entre teuto-brasileiros, assim como a dependência dos professores em relação à comunidade, que paga seus salários através das mensalidades *per capita* diretamente dos pais (WILLEMS, 1940, p. 288; WILLEMS, 1980, p. 282). Chega a apontar que o processo de escolha do professor obedece o princípio de ser inaproveitável para o trabalho braçal (WILLEMS, 1980, p. 280-281). Estas afirmações destoam significativamente da concepção de “escola alemã”

que se perpetuou nos estudos posteriores a Willems. Mantém-se, em trabalhos acadêmicos posteriores, a idéia que as escolas alemãs seriam instituições exemplares de educação e modernização, financiadas pelo governo alemão, principalmente aquelas sustentadas pela Igreja Evangélica Luterana alemã, ligada à Igreja Territorial Prussiana.<sup>32</sup> Infelizmente, não são levadas em conta as várias dificuldades de aceitação social das escolas alemãs nas comunidades rurais teuto-brasileiras, uma vez que a escolarização e o magistério não teriam o mesmo *status* social que na Alemanha.

Quanto ao direito e à política, Willems ressalta os problemas oriundos do choque de concepções jurídicas de cidadania entre a Alemanha e o Brasil, esta baseada no *jus soli* e aquela no *jus sanguinis* (WILLEMS, 1940, p. 316-317). Esta questão foi o motivo de uma longa discussão entre autoridades políticas brasileiras e os “agentes culturais” dos movimentos em defesa da cultura teuto-brasileira. Enquanto estes concordam ser legítima a coexistência da cidadania brasileira com a etnia alemã, aqueles sustentam ser tal coexistência impossível, visto que as estratégias de nacionalização foram empregadas justamente para resolver esta questão no Brasil. Além disso, o autor enfatiza a pouca participação do teuto-brasileiro na política brasileira, que foi cedendo aos poucos às exigências do próprio sistema eleitoral brasileiro (WILLEMS, 1980, p. 364-389).

Por fim, a diferença clara de abordagem entre seus dois livros é visível principalmente em suas conclusões. Enquanto que, em 1940, o autor expõe uma síntese das idéias expostas ao longo de seu estudo centralizado no conceito de *assimilação*, seis anos depois, transcende as fronteiras

---

32 Ver, por exemplo, a pesquisa de João Klug, *A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina*, defendida como tese de doutoramento na USP em 1997 (KLUG, 1997).

conceituais de sua primeira publicação, inserindo o já naturalizado conceito de *teuto-brasileiro* como sociedade e cultura próprias:

A dispersão dos colonos e o seu isolamento condicionaram novas formas de organização social em que a família e a vizinhança chegaram a desempenhar um papel mais importante do que na sociedade de origem. Todavia, os colonos estruturaram as suas comunidades baseando-se principalmente na pequena propriedade e no trabalho da família. **Fundadas sobre essas duas instituições, ambas estranhas à sociedade nativa, as comunidades teuto-brasileiras, enquanto puramente agrícolas, permaneceram pouco acessíveis a influências culturais brasileiras. Porém, não se pode afirmar o inverso: inúmeros pequenos grupos de imigrantes ou mesmo indivíduos, introduziram, sobretudo nas primeiras décadas da colonização germânica, uma série de elementos culturais trazidos da Europa, na sociedade brasileira do litoral ao planalto** (WILLEMS, 1980, p. 415, grifo nosso).

Willems, neste trecho, procura afirmar que o imigrante alemão, por seu isolamento, não teria sofrido grande aculturação nas colônias agrícolas, mas teria sido, pelo contrário, um grande inovador cultural no Brasil. Isto atesta uma preocupação do autor em enfatizar uma maior contribuição dos alemães para a cultura brasileira do que uma influência nacional na cultura do imigrante alemão e seus descendentes. Pode-se inferir o quanto estas afirmações foram utilizadas para compreender a contribuição do teuto-brasileiro para a cultura brasileira em plena década de 1940, após as campanhas de nacionalização do Estado Novo.

Ademais, o autor insiste em defender que o teuto-brasileiro, apesar de representar uma cultura marginal, já tinha desenvolvido padrões suficientemente integrados para dirigir as reações individuais e procurar soluções (WILLEMS, 1980, p. 183), o que já direciona o interesse de Willems em diferenciar o teuto-brasileiro do alemão recém-imigrado e do brasileiro de outras ascendências, formando, assim, uma *nova tipologia étnica dentro do território brasileiro*.

Emílio Willems estabelece, portanto, três separações conceituais necessárias para inserir o teuto-brasileiro como realidade sociológica e cultural no Brasil.

Em primeiro lugar, distancia a necessidade da *amalgamação* e do *caldeamento* da possibilidade de *convívio* entre as diferentes culturas, possibilitando a retirada gradativa dos projetos de miscigenação racial da agenda política para o sul do Brasil na década, apontando para a capacidade dos imigrantes alemães e descendentes no Brasil de *conservarem* seus traços culturais sem haver a preocupação política exacerbada diante de uma eventual desintegração da unidade nacional.

Em segundo, põe em planos distintos o teuto-brasileiro como terminologia empregada pelos *movimentos políticos* de coexistência entre a cidadania brasileira e a alemã da década de 1930 e o teuto-brasileiro como *categoria sociológica e analítica*, abrindo caminhos para o esquecimento do nazismo na constituição deste grupo social, ainda que Willems estivesse centralizado nos conceitos de assimilação e aculturação em sua análise sociológica das populações teuto-brasileiras.

Por último, distingue cientificamente *alemães* de *teuto-brasileiros*, descartando qualquer possibilidade de encarar estas populações como estrangeiras, mas sim, como devidamente integradas à nacionalidade brasileira, mesmo que não possam ser diretamente relacionadas ao padrão luso da identidade nacional.

Os argumentos de Willems em torno da existência de uma “cultura teuto-brasileira” são retomados por seu sucessor na cadeira de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP), Egon Schaden, a partir da década de 1950. Além da relevância que a cátedra de Antropologia na USP continua a possuir no cenário acadêmico nacional desde a época de Willems, Schaden dirige duas publicações desde o início deste decênio – a *Revista de Antropologia* e o *Staden-Jahrbuch*

(anuário do Instituto Hans Staden) – nas quais procura rediscutir alguns aspectos da análise realizada por Emílio Willems em seus livros que tratam da imigração alemã no Brasil.

Catarinense de nascimento, filho de um professor da escola comunitária alemã de São Bonifácio (SC), é um exemplo de uma geração que viveu todas as consequências diretas da nacionalização do período do Estado Novo. Deste modo, seu interesse pela temática da aculturação de alemães e descendentes no Brasil é de cunho pessoal, apesar de ter se dedicado profissionalmente muito mais à questão indígena.

Em seu artigo, intitulado *Aculturação de alemães e japoneses no Brasil*, publicado na *Revista de Antropologia* em 1956, Schaden dedica algumas páginas à questão dos imigrantes alemães no país. Inicia seu estudo referindo-se a Emílio Willems, onde afirma que “o autor conseguiu, como nenhum outro, esclarecer as relações entre sociedade e cultura com referência a fenômenos de aculturação no ambiente brasileiro” (SCHADEN, 1956, p. 41-42). É possível notar que o autor ainda emprega o termo *aculturação* para territorializar seu objeto de pesquisa.

Em primeiro lugar, ao analisar as condições ecológicas da colonização alemã no Brasil, aponta novamente o *isolamento* das colônias como fator que teria retardado a aculturação (SCHADEN, 1956, p. 42), acrescentando que o regime de trabalho nas colônias – a pequena propriedade com economia familiar – teria sido a causa principal de sua impermeabilidade. A justificativa do isolamento das colônias também é argumento central na análise sociológica de Emílio Willems, o que tornou possível a este autor concluir acerca da formação de uma “cultura teuto-brasileira”.

Quando aborda a transformação das comunidades teuto-brasileiras – já empregando o conceito de *teuto-brasileiro* como um designativo sociológico destas populações de imigrantes



alemães e descendentes – distingue três processos relevantes: a urbanização, a industrialização e a formação de classes sociais (SCHADEN, 1956, p. 42). Parece que o autor atribui às antigas colônias alemãs no sul do Brasil a obrigatoriedade de ter passado por um amplo processo de urbanização e de industrialização, sem levar em conta que a maioria destas localidades permaneceu com características eminentemente rurais. De qualquer maneira, Schaden afirma que os dois primeiros processos teriam transformado tanto a estrutura interna da sociedade teuto-brasileira quanto a sua relação com a sociedade luso-brasileira. É importante acrescentar que o autor atribui características culturais praticamente *opostas* aos conceitos de *luso-brasileiro* e de *teuto-brasileiro*, como se fossem grupos sociais que sempre se encontrariam em situação de conflito, uma vez que afirma ser a “cultura luso-brasileira dominante no país” (SCHADEN, 1956, p. 43).

Adiante, trata do surgimento de um movimento de “recuperação cultural” nas colônias teuto-brasileiras após a Segunda Guerra Mundial. Sustenta que este movimento teria sido organizado por: “Elementos arvorados em líderes culturais germânicos, **repudiando, embora, toda ligação política com a terra dos antepassados**” (SCHADEN, 1956, p. 43, grifo nosso). Parece que o antropólogo catarinense faz questão de afirmar peremptoriamente a ausência de ligação entre os movimentos de defesa de uma “cultura teuto-brasileira” e quaisquer laços políticos com a Alemanha, mesmo que algumas lideranças destes movimentos tivessem morado e estudado na Alemanha em plena década de 1930.<sup>33</sup>

---

33 Carlos Henrique Oberacker Junior e Carlos Henrique Hunsche são dois exemplos de lideranças intelectuais de apologia política ao “teuto-brasileiro” que obtiveram seus doutoramentos em universidades alemãs durante a década de 1930, no início das políticas de nacionalização do Estado Novo. Ainda que, após a Segunda Guerra Mundial, estes e outros autores tivessem afrouxado seus laços diretos com a Alemanha, não se pode afirmar que *repudiavam* qualquer ligação política com o país europeu. Cf. Gertz (1991).

De qualquer modo, reforça a existência de “uma cultura **própria** (mais ou menos germânica) nas áreas de colonização, distinta da cultura luso-brasileira dominante no país” (SCHADEN, 1956, p. 43, grifo nosso), onde o autor procura assinalar

[...] apenas o esforço de se **dissociar o aspecto cultural do político** e de se defender uma posição de compromisso, na qual haveria o cidadão brasileiro portador de cultura germânica, figura em todo caso problemática a títulos numa nação que nasceu sob o signo da unidade cultural (SCHADEN, 1956, p. 43-44, grifo nosso).

Assim, Egon Schaden reafirma a existência objetiva de uma *cultura teuto-brasileira*, como se ela fosse um dado perfeitamente dizível e visível, através do campo enunciativo das ciências sociais, retomando, portanto, os argumentos expostos por Emílio Willems. Nota-se *textualmente* em Schaden, ao abordar a contribuição de imigrantes alemães e descendentes à nação brasileira, a preocupação em dissociar o aspecto *cultural* do aspecto *político*. É importante, entretanto, esclarecer que a esfera do *político*, aqui referida, pode ser pensada em dois sentidos complementares: tanto o aspecto de *promover o esquecimento do nazismo* e outros movimentos políticos de cunho racista no sul do Brasil, quanto a *acomodação* dos grupos de imigrantes alemães e descendentes no Brasil meridional em um Estado consensual e democrático, *diminuindo a possibilidade de debate a respeito de sua participação ativa na política nacional*.<sup>34</sup>

A expressão da particularidade teuto-brasileira é também tratada em outro texto do antropólogo, intitulado *Der Deutschbrasilianer – ein Problem* [O teuto-brasileiro – um problema], publicado em 1954 no anuário do Instituto Hans Staden, sediado em São Paulo.

Na primeira parte de seu artigo, quando expõe o problema e seus antecedentes históricos, afirma que o problema teuto-brasileiro não é de essência econômica, mas política, pois se refere ao

---

34 Esta questão está trabalhada na introdução desta pesquisa.

lugar do grupo dentro da nação. No entanto, a atitude do Estado brasileiro, segundo o autor, tem sido a de definir o lugar social destes grupos: a de pregarem a “religião do trabalho”. Por outro lado, sustenta que seus descendentes, os quais contam mais de um milhão no território nacional, querem ser cidadãos brasileiros, mas o Estado lhes exige o uso do idioma português e o *modus vivendi* luso-brasileiro (SCHADEN, 1954, p. 182). Novamente, o autor opõe o Estado “luso-brasileiro” como dominante e opressor, e o “teuto-brasileiro” como grupo dominado.

Mais adiante, ao mencionar a mudança de atitudes exigida pelo Estado ao teuto-brasileiro, o autor coloca que: “Para compreender o sentido desta mudança, devemos considerar o teuto-brasileiro de um ponto de vista neutro e científico, como ele nos aparece dentro de uma perspectiva sociológica” (SCHADEN, 1954, p. 182), reforçando que são muito raras as tentativas de abordar a teuto-brasilidade livre de pressupostos políticos, filosóficos ou ideológicos. Mais uma vez, Schaden, procura realizar a separação da “esfera da cultura” de suas implicações políticas. Todavia, o autor propõe uma atitude controversa, na medida em que procura analisar a situação do teuto-brasileiro dissociada de pressupostos políticos, ao mesmo tempo em que afirma ser o “problema teuto-brasileiro” essencialmente político.

O autor chega a colocar, em outro ponto de seu estudo, que o teuto-brasileiro não está satisfeito com o papel que desempenha na vida nacional, e que deve ser considerado mais pela sua particularidade étnica do que pela sua tradição cultural (SCHADEN, 1954, p. 183). Neste momento, o antropólogo parece atribuir a si a responsabilidade de ser o porta-voz de todo o grupo teuto-brasileiro. É possível que Schaden, ao fazer tal afirmação, reivindique um lugar para este grupo, que não seja apenas o de manter a “tradição” do trabalho nas colônias, mas também a possibilidade de galgar cargos em outros setores, como, por exemplo, no meio acadêmico. Egon

Schaden, como descendente de imigrantes alemães estabelecidos em colônias do Sul, pertence a um ínfimo grupo em sua geração que alcança o meio acadêmico na área das ciências humanas no Brasil, e a reivindicação que faz em nome de todo um grupo inclui, ao que tudo indica, a sua própria pessoa.

Continuando o artigo, defende que o cultivo da língua e dos costumes alemães seria compatível com a cidadania brasileira, mas atribui novamente aos “lusó-brasileiros” a exigência de uma aculturação completa. Isso acarretaria, de acordo com suas observações, em vítimas apenas entre os teuto-brasileiros, então trazidos para o que o autor chama de “ambivalência psíquica”, outro conceito introduzido por Emílio Willems na década de 1940. A *vitimização* do teuto-brasileiro como cultura “dominada”, em contraposição a uma cultura lusó-brasileira “dominante”, é mais um enunciado dado a todo tipo de usos por parte de vários pesquisadores das ciências humanas, como argumento que reforçaria a luta pelo reconhecimento de sua identidade cultural, *totalmente separada de suas implicações políticas*, por mais que se expresse a necessidade de um reconhecimento de sua cidadania brasileira. Afinal, o reconhecimento da identidade cultural do teuto-brasileiro seria tão-somente uma maneira muito sutil de acomodá-lo nas estruturas já existentes, reproduzindo o mesmo etnocentrismo “dominante”, mas em menor escala.

De qualquer modo, Schaden continua a afirmar a existência de uma “região teuto-brasileira”, produto do desenvolvimento das colônias e que mantém uma característica própria (SCHADEN, 1954, p. 185), chegando a dizer que o *modus vivendi* teuto-brasileiro se consolidou e encontrou um ritmo tranqüilo, achando seu devido lugar na nacionalidade brasileira e sem depender da perda de seu próprio cunho histórico-cultural (SCHADEN, 1954, p. 187).

Não obstante, novamente o autor procura opor a cultura teuto-brasileira à “dominação luso-brasileira”, citando Gilberto Freyre para reforçar a falta de exclusivismo cultural entre o povo português. Para Schaden, esta postura do elemento luso teria lhe assegurado, mediante o acolhimento de elementos indígenas e africanos, um domínio quase absoluto (SCHADEN, 1954, p. 186). Chega a dizer, mais adiante, que o luso-brasileiro rotula todo habitante que não fala predominantemente o português com a designação “estrangeiro” (SCHADEN, 1954, p. 192). Na conclusão de seu artigo, faz a previsão de um futuro próspero para a “cultura teuto-brasileira”:

Parece inevitável que a teuto-brasilidade está ocupando cada vez mais a área da índole nacional luso-brasileira. E o teuto-brasileiro desempenhará um papel igualmente importante na vida da nação quanto ele [o luso-brasileiro], consciente de sua particularidade, para conservar as feições essenciais das tradições de seu povo e poder se colocar a serviço do país (SCHADEN, 1954, p. 194).

Novamente, há a preocupação intelectual de afirmar a existência de uma cultura teuto-brasileira estratificável, visível e enunciável, através de evidências sociológicas e, sobretudo, lingüísticas. Ao mesmo tempo, Schaden faz questão de combinar a idéia de *manutenção das tradições* alemãs destes grupos com a sua *participação efetiva* na nacionalidade brasileira.

A partir desta exposição, é possível notar como Egon Schaden aprofunda várias questões já expostas por Emílio Willems, no que tange à análise sociológica dos grupos de imigrantes alemães e descendentes no sul do Brasil. Mesmo que ainda esteja centrado nos processos de aculturação, Schaden procura inserir no debate duas outras distinções: em primeiro lugar, estabelece uma relação entre a “cultura luso-brasileira” como *dominante* e a “teuto-brasileira” como *dominada*, criando uma oposição entre as duas culturas, cuja argumentação do autor direciona o leitor de seus estudos para a vitimização do teuto-brasileiro; em segundo, a nítida separação que faz entre a

esfera *cultural* e a *política*. Esta será a *conditio sine qua non* para estabelecer – no campo enunciativo das ciências humanas no Brasil – a disjunção conceitual necessária para inserir definitivamente o conceito de *teuto-brasileiro* como uma realidade cultural visível e enunciável no país. Por isso, Egon Schaden terá sua importância acadêmica a partir da década de 1950, uma vez que retoma o papel da Antropologia Cultural como área do conhecimento que institui a análise sociológica do teuto-brasileiro a nível nacional.

Jean Roche, em seu livro de 1959, traz mais um elemento para estratificar saberes em torno do teuto-brasileiro como uma realidade cultural no país, na medida em que argumenta a respeito da influência do *meio* na formação *sui generis* de sua cultura.

Roche compara dois momentos que considera distintos. No primeiro, aborda a passagem do século XIX ao início do XX, quando os movimentos pangermanistas na Europa seriam, conforme o autor, uma maneira da *Weltpolitik* alemã de manobrar a população das colônias alemãs no Brasil como se fosse uma infantaria já desembarcada no país. Em um outro momento, contudo, Roche assinala que, mesmo que se mantivessem os laços com a pátria de origem, estes descendentes de alemães sofrem a *influência do meio* em que vivem, pois fazem parte integrante, no caso, do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969, p. 4-5).

O autor quer demarcar, deste modo, uma diferença clara entre os interesses da política alemã em relação às populações de imigrantes e descendentes e a caracterização destes grupos no tocante à influência do *meio* (que envolve as noções de meio natural, social, econômico, político, cultural, etc.) brasileiro. Por isso, enfatiza que o centro de sua pesquisa é o *homem* e os vários aspectos de sua vida (ROCHE, 1969, p. 5, grifos meus). Esta é, novamente, uma prática maneira de distanciar qualquer eventual legitimidade do envolvimento de imigrantes alemães e

descendentes com a política nazista alemã, desta vez ao demarcar o centro de análise nas *relações do homem com o meio*, a partir dos referenciais das ciências humanas.

Georges Canguilhem, em um capítulo de seu livro *La connaissance de la vie*, procura abordar o conceito de *meio* e seus usos entre as várias ciências, desde a física newtoniana às ciências humanas no século XX. Na investigação que realiza para captar as mudanças conceituais ocorridas na noção de *meio* na história das ciências, o autor observa como alguns autores ligados às ciências humanas apreendem o termo a partir dos referenciais mecanicistas e biológicos de Newton e Lamarck, respectivamente. Comte, por exemplo, no seu *Curso de Filosofia Positiva* (1838), trata o conceito de meio à maneira lamarckiana, como o conjunto total das circunstâncias exteriores necessárias à existência de cada organismo (CANGUILHEM, 1998, p. 132-133). No entanto, para Comte, as relações entre organismo e meio se dá através de um conjunto de variáveis, passíveis de serem medidas, o que depõe a favor de uma aceção mecanicista do termo. Desta maneira, o fundador da sociologia positivista torna o conceito de meio um instrumento universal de dissolução das sínteses orgânicas individualizadas no anonimato dos elementos e dos movimentos universais (CANGUILHEM, 1998, p. 134). Outro exemplo de apreensão deste conceito nas ciências humanas está na consolidação da geografia durante o século XIX, em autores como Carl Ritter e Alexander von Humboldt, que dão à noção de *espaço terrestre*, bem como aos conceitos de *homem* e de *meio*, a categoria de totalidade (CANGUILHEM, 1998, p. 138-139). O conceito de *meio geográfico* torna-se, assim, uma categoria que totaliza as relações humanas. Pode-se inferir, assim, o quanto Jean Roche deve suas interpretações acerca da influência do *meio* como determinante na constituição de um tipo humano às relações conceituais da geografia do século

XIX, a partir do debate realizado anteriormente na mecânica de Newton, na biologia lamarckiana e até mesmo na sociologia comtiana.

Roche, a partir desta relação conceitual, acaba por inferir acerca de uma *diferenciação cultural* entre alemães e teuto-brasileiros através da influência determinante do *meio*, sem qualquer possibilidade de ligação política destas populações com o nazismo alemão ou com movimentos eventualmente separatistas no Brasil. Deste modo, o autor francês alinha-se à argumentação neolamarckiana de Gilberto Freyre, que sempre defendeu a singularidade do Brasil como consequência da *adaptação* do colonizador português aos trópicos.<sup>35</sup>

É claro que Jean Roche não foi o único a trazer tais argumentos para uma análise da situação das populações teuto-brasileiras, mas talvez foi um dos principais autores a convencer Freyre de que não mais se cogitava a possibilidade de existir um estado alemão dentro do Brasil, mas sim, de apenas elogiar a contribuição dos teuto-brasileiros à cultura nacional, no papel de auxiliares na formação plural brasileira, uma vez que estes já seriam o resultado da adaptação dos imigrantes alemães ao meio tropical.

Por isso, o autor já antecipa, no início de seu livro, que os colonos teuto-brasileiros representam uma contribuição qualitativa na evolução do Rio Grande do Sul, diferente da dos “primeiros ocupantes”, formando, assim, um “fermento a que se deve a elaboração de uma civilização original” (ROCHE, 1969, p. 6).

Outro pesquisador que trata da singularidade cultural teuto-brasileira, acrescentando a inserção de biografias de teutos célebres no país aos seus argumentos e criando um *locus* teuto na escrita da história brasileira, é Carlos Henrique Oberacker Junior. Nascido no Rio Grande do Sul

---

35 Desde seu livro mais conhecido, *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre sustenta a filiação lusa da cultura brasileira, marcada pela *adaptação* do colonizador português ao país tropical (FREYRE, 2000).



e filho de pastor evangélico-luterano, Oberacker Junior estuda Teologia na Alemanha na década de 1930, onde publica em 1936 sua tese, *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul* [A situação étnico-política no germanismo no Rio Grande do Sul]. Seus argumentos foram, conforme René Gertz, “fundamentais para a determinação de algumas posturas – sobretudo de intelectuais brasileiros – frente às regiões de colonização alemã no sul do Brasil” (GERTZ, 1991, p.37). Oberacker também é um dos autores mais envolvidos com a produção intelectual intimamente relacionada a movimentos políticos de reivindicação da coexistência das cidadanias alemã e brasileira, chegando a chamar a atenção de autores como o próprio Gilberto Freyre, que se inspirou a escrever *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* em 1940 justamente a partir de tais iniciativas políticas.

Continuando suas pesquisas por vários anos, publica um livro em 1955 que será considerado, desde o seu lançamento, uma referência acerca da contribuição do teuto para a formação do Brasil: *Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*, o qual é traduzido em 1968 para o português, sob o título: *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*.

Apresentado em sua primeira edição em alemão por Sérgio Buarque de Holanda, este livro ganha, como que num ritual de beija-mãos, a porta de entrada para o debate acadêmico em torno da contribuição germânica à formação do Brasil.

Sérgio Buarque, em sua apresentação, expõe que, mesmo sendo a proporção numérica de imigrantes alemães no Brasil relativamente inferior a de outras etnias, sustenta que “este fato mal nos pode dar a medida precisa da importância qualitativa de sua contribuição” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 19). Observa que os estudos anteriores ao de Oberacker possuíam um caráter “fragmentário e monográfico”, levando alguns destes estudiosos à “ambição paralela dos que se

aferram com exclusivismo a uma análise puramente microscópica” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 20). Assim, Buarque elogia o trabalho de Oberacker, afirmando que:

Não se trata, aqui, apenas, como se poderia supor, de traçar a evolução das colônias alemãs estabelecidas no Brasil, a partir dos anos que se seguiram a nossa emancipação política, mas sim de investigar a atuação de elementos germânicos a contar das épocas que se seguiram ou mesmo que antecederam longamente ao próprio descobrimento do Brasil e da América. Nem é seu intento deter-se apenas no estudo dos descendentes de alemães que, longe de sua terra de origem, puderam preservar intactos os legados de sangue e cultura dos seus avós, mas considerar a própria evolução brasileira, em suas diferentes fases, na medida em que foi afetada e, muito possivelmente, fertilizada pela ação de indivíduos de estirpe germânica (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 20-21).

Ao elogiar as características diferenciais do trabalho de Oberacker, Sérgio Buarque quer enfatizar que o livro não faz apologia de um grupo específico – como o “teuto-brasileiro” – mas sim, que aborda uma ampla trajetória da influência de germânicos na formação nacional brasileira. Destarte, na visão do apresentador, não estaria apoiando uma pesquisa que realça um exclusivismo cultural, uma vez que este não seria, a princípio, o foco principal de Oberacker neste livro. O autor da publicação faz questão de sustentar, em uma despretensiosa nota de rodapé na apresentação de Buarque de Holanda, na edição em idioma português, que seu trabalho é “apolítico”, o que o teria levado a usar o termo “teuto” ou “germânico”, em vez de “alemão” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p.22). Ao reforçar a separação entre cultura e política em seu livro, além do apoio intelectual recebido de Sérgio Buarque de Holanda, consegue inserir o “teuto” como uma tipologia visível e enunciável para a historiografia brasileira.

Nos prolegômenos de seu livro, Oberacker reforça alguns argumentos anteriormente expostos por Sérgio Buarque. Em primeiro lugar, defende que:

Os historiógrafos brasileiros expõem, geralmente, a nação brasileira como uma realização dos portugueses, dos aborígenes e dos africanos. Que, além dos portugueses, tenham participado no desenvolvimento nacional brasileiro outros povos europeus, máxime alemães, espanhóis, italianos, franceses, ingleses e judeus é fato tão seguro que não é admissível de ser posto em dúvida, como efetivamente não o é (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 27).

Neste ponto inicial de seu trabalho, o autor parte do questionamento da história brasileira fundamentada nas “três raças”, retomando o debate historiográfico estabelecido desde o início do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passando pela análise de Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande & Senzala*. A partir desta inquirição, Oberacker reivindica a necessidade de tal revisão historiográfica. Chama atenção particular para a contribuição do “teuto”, uma vez que o autor está interessado sobremaneira em sua inclusão na historiografia nacional brasileira. Tal interesse é facilmente observável, quando sustenta que os estudos realizados, até aquele momento, das contribuições de outros imigrantes não-portugueses, são “limitados a descrições superficiais relativas a individualidades isoladas, ou são restritas a zonas determinadas” e que sua proposta, ao escrever seu livro, seria de “evidenciar o trabalho dos teutos no Brasil de um novo ângulo, isto é, do ponto de vista do surgimento da nação brasileira” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 27-28).

Já na introdução, Oberacker levanta o mesmo problema, partindo, entretanto, de um enfoque mais acadêmico. Desta vez, inicia afirmando que a historiografia brasileira teria sempre equiparado “a formação da nação com o processo do caldeamento das raças, ou, pelo menos, admitindo-lhes interdependência acentuada”, argumento que contrapõe ao dizer que o Brasil “constitui justamente o exemplo da acentuada desconexão entre caldeamento de raças e formação de uma nação” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 33-34). Este argumento pode ser muito útil, na medida em que permite classificar de *brasileiros* todo um conjunto de imigrantes alemães e

descendentes, estabelecidos em colônias no Sul brasileiro, os quais não teriam passado por um amplo processo de miscigenação com o português, com o indígena ou com o africano. Deste modo, tornar-se-ia natural a constatação da existência objetiva de populações “teuto-brasileiras”, ainda que isoladas politicamente, garantindo o seu salvo-conduto para o interior do sentimento de identidade nacional brasileira.

Além disso, defende que o processo de formação nacional não é um fenômeno *natural*, mas *histórico*, como decorrência do agir humano. Ao mesmo tempo, contudo, procura afirmar que a participação do índio e do negro à formação da nação brasileira foi mais de ordem passiva, chegando a colocar que os aborígenes brasileiros não apresentavam capacidade política (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 34).

Adiante, enfatiza que o termo “contribuição teuta ou germânica” não significa a influência da filosofia alemã no desenvolvimento brasileiro, tampouco a participação do *Reich* alemão no mesmo processo (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 38). Desta maneira, como tem sido recorrentemente defendida ao longo destes estudos, a separação da “esfera da cultura” de sua realidade política é insistentemente reafirmada, de modo a desinvestir na identificação destas pesquisas com qualquer eventual relação com o *Terceiro Reich* alemão. Isto também é observável quando o autor diz ser o conceito de “*reichsdeutsch*” uma noção política não aplicável em estudos como o seu, de modo que, ao invés do conceito de *alemão*, preferem-se as noções de *germânico* ou *teuto* (OBERACKER JUNIOR, 1968, p.39). Não obstante, ambos conceitos – alemão e teuto – são igualmente representados no idioma alemão pela palavra *Deutsch*, que é costumeiramente traduzida para o idioma português como “alemão”. Parece que a escolha do termo mais oportuno

que traduzisse a palavra *Deutsch* seria de fundamental importância para abrir as portas rumo ao reconhecimento intelectual no meio acadêmico brasileiro da década de 1950.

Ao longo dos vários capítulos de seu extenso livro, demonstra a preocupação constante de construir heróis germânicos para um país que viveria assolado pelo atraso de seu passado colonial luso. Desde Hans Staden, que teria pisado em solo brasileiro em 1550, até os fundadores da empresa de transporte aéreo VARIG, de ascendência alemã, Oberacker compõe um conjunto de *biografias de teutos célebres*, os quais foram de reconhecida importância na história brasileira. Nota-se que a forma da biografia é um recurso historiográfico interessante para convencer todo um grupo de intelectuais acerca da necessidade de integração do teuto à escrita da História do Brasil. Ademais, expõe verdadeiros preciosismos, como a constatação que o próprio termo *Brasil* seria de origem germânica – oriundo do verbo germânico *brasen*, que significa ficar ou fazer rubro, queimar, incandescer (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 53-56), ou quando sustenta que os primeiros europeus que pisaram em solo americano foram os germânicos do Norte (normandos), que teriam chegado à Groenlândia no ano de 985 da era cristã (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 45-46).

Na parte em que aborda a contribuição teuta para o Brasil imperial, por exemplo, trabalha na construção de um mito recorrentemente citado na atualidade pelas fundações ligadas à cultura alemã no Brasil: D. Leopoldina de Habsburgo. O autor defende que D. Pedro, devido ao fato de ter acompanhado seus pais em tenra idade ao Brasil, “onde ficou homem sem educação disciplinada, sem instrução regular e sem os fundamentos de formação cultural”, teria formado no então príncipe regente um “caráter indeciso”, sem “influências benéficas”, tendo como agravante “as qualidades hereditárias da parte de sua mãe, uma exaltada infanta espanhola” (OBERACKER

JUNIOR, 1968, p. 181). D. Leopoldina, pelo contrário, “criara-se em uma grande cidade sumamente culta e teve uma aprimorada educação”, portadora, conforme Oberacker, de uma “feminilidade lidimamente germânica” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 181). Esta caracterização contrastante dos dois personagens do Primeiro Reinado brasileiro é muito hábil para afirmar que caberia somente a D. Leopoldina a árdua tarefa de ser a incentivadora do processo de independência do Brasil e do início de uma política de colonização estrangeira nas províncias meridionais do país.

Quando aborda a contribuição “teuta” na cultura e ciências no Brasil imperial, cita um conjunto de anotações biográficas de vários viajantes que teriam impulsionado o conhecimento científico nacional, como Langsdorff, Eschwege, Freyreiss, Sellow, Maximilian von Wied-Neuwied, von Martius e von Spix, além de artistas, como Rugendas, Neukomm e Thomas Ender. Esta preocupação de Oberacker em reunir um conjunto de heróis “teutos” teria, por sua vez, o seu maior representante em um “filho de mãe teuta”: o imperador D. Pedro II. Em algumas páginas dedicadas a ele, o autor faz a curiosa afirmação:

O estadista D. Pedro II, que durante toda a vida se punha em situação de superioridade às tricas da política partidária, foi precipuamente o grande mestre e educador de seu povo politicamente não educado e de ideais inconstantes (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 292).

Não obstante, na época de D. Pedro II enfrentar-se-ia um problema central na formação brasileira: a questão da escravidão e da imigração, de modo que as iniciativas de colonização alemã nas províncias meridionais do país seriam as responsáveis por um novo impulso para o desenvolvimento nacional. Um exemplo de tal impulso, nas palavras do autor, seria a província de

Santa Catarina que, até meados do século XIX, era “uma terra quase deserta, que, em grande parte, e até o litoral, era dominada pelas hordas de bugres xucros” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 304).

Como parte indispensável de seu livro, não poderia deixar de ser mencionada a biografia de Hermann Bruno Otto Blumenau, o qual seria, segundo Oberacker, “um dos maiores colonizadores de toda a América Meridional” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 304). O autor chega a defender que:

A colônia do Dr. Hermann Blumenau, [...] é considerada como a colônia mais perfeita em todo o Brasil. Efetivamente, e com razão, o nome Blumenau entrou para a História, consubstanciando a quinta-essência do que seja a obra germânica de pioneiro e de cultura (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 305).

É claro que, além da canonização historiográfica de Hermann Blumenau, o autor se ocupa de publicar alguns traços biográficos de outros heróis “teutos” para a história brasileira do século XIX, como Júlio Frederico Köler (co-fundador da colônia alemã de Petrópolis), bem como Guilherme Schüch (Barão de Capanema), Carlos Koseritz, e o próprio Conde d’Eu, filho de princesa alemã da casa de Coburg-Gotha.

Finalmente, no epílogo de seu livro, Oberacker procura contrabalançar os argumentos expostos ao longo da publicação, com as seguintes frases:

Por isso, quer deixar esclarecido aos leitores, quiçá de espírito preconcebido, não pretender, de modo algum, superestimar o concurso germânico na formação brasileira. O seu estudo não presume ser senão uma pedra no mosaico na história geral brasileira. [...] O simples fato de existir uma contribuição teuta, desafia o seu estudo, apesar de ela, em consequência da própria formação histórica brasileira, não se poder equiparar à portuguesa (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 520).

Estes argumentos finais destoam de todo o escopo de seu livro, repleto de passagens que procuram desqualificar a contribuição portuguesa para a formação do Brasil, em favor da contribuição “teuta” para o país. Entretanto, a ressalva que faz em torno da importância do colonizador português na constituição do Brasil é argumento-chave para ser reconhecido pelos “intérpretes do Brasil”, cujos estudos enfatizam a filiação lusa da cultura nacional.

Carlos Henrique Oberacker Junior, ao mesmo tempo em que enfatiza a separação entre formação nacional e caldeamento racial, seguindo a mesma linha de raciocínio de Willems, constrói um verdadeiro “panteão teuto” para a história brasileira, reproduzindo a mesma escrita factual, linear e biográfica da historiografia tradicional. A integração do teuto à escrita da história nacional não poderia ser realizada, de qualquer modo, sem a incorporação de um estilo historiográfico eivado de biografias, as quais narram, a partir de experiências individuais, a contribuição de todo um grupo, o qual deseja tornar visível. Se há, por um lado, uma característica apologética em seu livro, o estilo historiográfico adotado facilitou o reconhecimento de seus argumentos pela *intelligentsia* brasileira.

\* \* \*

Os estudos destes autores, quando observados em conjunto, depõe a favor da constituição de um feixe de enunciados, os quais formalizam uma unidade discursiva em torno da existência da cultura teuto-brasileira como realidade *sui generis* no país. Contudo, esta caracterização do teuto-brasileiro como uma cultura própria não é uma mera descoberta científica, e sim um *mecanismo discursivo*, que responde a uma necessidade pungente da época de separar conceitualmente as populações de imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no Brasil de uma identidade nacional alemã no período de efervescência nacionalista germânica na Europa.



Completamente distanciado das experiências totalitárias da Europa da década de 1930, estudado minuciosamente em seus vários aspectos, a partir da aplicação de conceitos e noções de várias áreas do conhecimento – como o conceito de *cultura*, entendida como a enumeração de peculiaridades e de costumes – o teuto-brasileiro pode ser pacificamente enquadrado ao mosaico cultural brasileiro. Desta maneira, este novo tipo étnico não será mais encarado como uma ameaça à integridade nacional, mas sim, figurará como um personagem ativo na formação nacional do Brasil, ao lado do colonizador português, alcançando o *status* de co-responsável pelo processo civilizador do Novo Mundo, mediante a separação entre as esferas da *cultura* e da *política*. Por outro lado, a ênfase na existência de uma dicotomia entre o *luso-brasileiro* e o *teuto-brasileiro* é a condição de possibilidade para criar um *locus* exclusivo do teuto-brasileiro na formação nacional, chegando a obter o reconhecimento intelectual dos famosos “intérpretes do Brasil”: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Mas estas constatações relativas à singularidade cultural teuto-brasileira não podem ser analisadas de modo isolado a um olhar sobre a *pujança econômica* deste grupo social, a qual será visualizada como a principal contribuição do teuto ao desenvolvimento nacional, além de constituir a esperança de um futuro promissor para o país.

Caracterizar as principais causas do sucesso econômico teuto-brasileiro, a ponto de enquadrá-lo como responsável pela formação de uma *nova classe social* no país, será outro aspecto necessário para delimitar o alcance da relevância teuta para o presente e o futuro da nação.

### 1.3. Uma nova classe: Leo Waibel, Egon Schaden, Carlos H. Oberacker Junior

O início de uma análise acerca do lugar socioeconômico do imigrante europeu não-ibérico no Brasil tem como ponto de partida as conclusões expressas nas grandes interpretações da sociedade brasileira da década de 1930, as quais remetem a divisão da sociedade nacional ao abismo entre senhores e escravos e o atraso econômico do país à “herança colonial” portuguesa, fundamentada na *exploração* de seus recursos naturais e na economia agroexportadora de latifúndio.<sup>36</sup>

No entanto, na interpretação destes autores, há o delineamento de uma perspectiva positiva para o futuro da nação, a partir do momento em que o Brasil se libertar dos problemas advindos da “herança colonial” lusitana. Este quadro interpretativo se intensifica nos anos após a Segunda Guerra Mundial, quando o conceito de *desenvolvimento* é inserido nos mecanismos governamentais dos países vencedores, de modo a operacionalizar as políticas internacionais de reconstrução da Europa e do crescimento dos países pobres. Os estudos realizados neste momento, acerca da condição socioeconômica brasileira, concluem que o caminho do desenvolvimento da nação está na procura de alternativas ao modelo luso de organização socioeconômica.<sup>37</sup>

Desta forma, os estudos que tratam do lugar socioeconômico das populações de imigrantes europeus não-ibéricos residentes no Brasil, inclusive os oriundos dos Estados Alemães,

---

36 Estas características da sociedade brasileira são trabalhadas na obras de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, e Caio Prado Júnior, em *Evolução política do Brasil* e *História Econômica do Brasil* (HOLANDA, 1995), (FREYRE, 2000), (PRADO JÚNIOR, 1975, 1989).

37 Os estudos realizados no Brasil pós-guerra, a partir de instituições criadas pela ONU, como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), delimitam as condições históricas e políticas da situação atual, ao mesmo tempo em que procuram trilhar possíveis caminhos para a superação desta condição de atraso ou de subdesenvolvimento. Ver, a respeito do assunto: (FURTADO, 1954, 1961, 1965).

podem ser a chave para a descoberta de um provável caminho alternativo ao modelo de “exploração colonial” lusa.

Há nos estudos do antropólogo Emílio Willems, por exemplo, em seus dois livros da década de 1940, algumas referências quanto ao regime de trabalho teuto-brasileiro, que podem ser utilizadas como o início de uma investigação a respeito da existência de modos alternativos de organização socioeconômica. Em seu livro *Aculturação*, de 1946, afirma claramente que:

Os imigrantes alemães trouxeram um padrão econômico que havia de influir, decisivamente, sobre a cultura do Brasil meridional: a pequena propriedade agrícola trabalhada exclusivamente pelos componentes da família (WILLEMS, 1980, p. 243).

É relevante assinalar que os projetos de imigração e colonização alemãs no Brasil, desde o século XIX, têm sido concebidos em um quadro de superação da mentalidade colonial, fundamentada na grande propriedade rural e no trabalho escravo. Deste modo, as afirmações de Willems não podem ser encaradas como uma descoberta, mas sim, como o início de um período de reafirmação das concepções já pensadas no século anterior, e o “resgate do exemplo teuto-brasileiro” poderia dar margem ao restabelecimento do imigrante alemão e de seus descendentes como co-partícipes na construção do Brasil do futuro. Portanto, não há o desvelamento de algo novo no país, mas sim, a mudança de um olhar sobre o imigrante.

Estudos posteriores acerca do assunto aprofundam a questão apenas citada por Emílio Willems. Leo Waibel, em seu artigo *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*, de 1949, estabelece uma diferenciação básica entre o *povoamento luso* e o que convencionou de *colonização européia*. Waibel afirma que este último termo

[...] não se refere ao estabelecimento do sistema de latifúndios pelos antigos povoadores portugueses, mas aos processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias (WAIBEL, 1979, p. 226).

Desta maneira, o autor separa conceitualmente o povoamento português – realizado no Brasil desde o século XVI através do *latifúndio* – das colonizações alemã, italiana, polonesa, etc., efetivadas no século XIX a partir da *pequena propriedade*. Ademais, situar Portugal fora da Europa, considerando-o símbolo do atraso, parece ser um argumento necessário para quem quer fundamentar a superioridade do *modus vivendi* centro-europeu no país.

Em outro ponto de sua pesquisa, expõe as características fundamentais dos sistemas agrícolas adotados pelos imigrantes e descendentes, sobretudo no sul do Brasil. Classifica três tipos principais de sistemas agrícolas: o *sistema de rotação de terras primitiva* (a queimada das matas, ou coivara), o de *rotação de terras melhorada* (com o uso de tração animal e do arado) e o de *rotação de culturas combinada com a criação de gado*. Waibel afirma ser o primeiro sistema empregado por muitas famílias pioneiras, as quais, conforme o autor,

[...] esgotaram não somente suas terras, mas, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência à influência negativa do meio físico; baixaram os seus padrões físicos, culturais e econômicos, e tornaram-se caboclos. (WAIBEL, 1979, p. 248)

Nota-se que Leo Waibel atribui a adoção de um sistema agrícola mais primitivo pelos colonos europeus à “influência negativa do meio físico”. Jamais levanta a hipótese que, para o agricultor europeu, o mais importante era cultivar para a sua subsistência, e não estar preocupado com o “estágio de desenvolvimento” do sistema agrícola adotado. Além disso, cita duas vezes o livro *Aaculturação dos alemães no Brasil*, de Emílio Willems, para relacionar a aplicação do sistema

mais primitivo com a perda de “elementos essenciais da sua cultura e tradição” (WAIBEL, 1979, p. 246). A perda da cultura e da tradição, pelo que se pode perceber das afirmações do autor, poderia representar um “perigo”, semelhante à degeneração da raça.

O sistema de *rotação de terras melhorada*, conforme Leo Waibel, é o mais difundido no sul do Brasil (WAIBEL, 1979, p. 251). Este sistema propiciaria, portanto, uma situação econômica melhorada para o colono. Contudo, novamente o autor demonstra grande preocupação com o fato de muitas famílias de colonos europeus terem se tornado “caboclas”, pela má utilização de sistemas agrícolas mais evoluídos. Sua preocupação tem um motivo aparente: chamar a atenção dos governos da União e dos Estados para auxiliar financeiramente as colônias “européias” do sul do Brasil (WAIBEL, 1979, p. 252).

Quanto ao terceiro sistema agrícola, denominado *rotação de culturas combinada com a criação de gado* – o qual emprega o arado e a adubação das terras – afirma pertencer a um “plano econômico muito mais elevado”, por exigir também a criação de gado, além de “muito mais trabalho, capital e conhecimento” (WAIBEL, 1979, 253). Por isso, defende que esta é a razão pela qual os “colonos polacos” e “italianos” não gostam do sistema, mas que os alemães o preferem, recebendo, assim, a “reputação de serem os melhores colonos” (WAIBEL, 1979, p. 253). Esta afirmação de Waibel parece um tanto infundada, pois o próprio autor coloca que apenas 5% de todos os colonos europeus do sul do Brasil alcançaram este estágio (WAIBEL, 1979, p. 255), o que não demonstra a superioridade dos colonos alemães, mesmo que estes desfrutem uma boa reputação.

Desta maneira, chega a apontar que “alguma coisa está errada na colonização européia do sul do Brasil” (WAIBEL, 1979, p. 256), citando três fatos que comprovariam sua afirmação:

primeiro, porque os colonos europeus que emigraram para o Brasil eram pobres; segundo, porquanto o governo brasileiro deu pouca atenção à situação econômica dos colonos, direcionando-os para áreas remotas; terceiro, por causa da incapacidade de aplicar um sistema agrícola extensivo (rotação de terras) em pequenas propriedades, de 25 a 30 hectares (WAIBEL, 1979, p. 256). Chega novamente a citar Emílio Willems, quando aborda o processo de “proletarização lenta” que muitas famílias de colonos estariam passando, em virtude da divisão exagerada das propriedades fundiárias com o passar das gerações (WAIBEL, 1979, p. 258).

Em suas conclusões, Leo Waibel expõe claramente seu posicionamento acerca de um possível futuro para a “colonização européia” no sul do Brasil. Defensor da colonização dos campos dos planaltos sulinos, o autor sustenta que a separação histórica entre a agricultura e a pecuária trouxe pobreza para o país, da mesma maneira que os outros países tropicais americanos (WAIBEL, 1979, p. 269-271). Igualmente, afirma que o Brasil deveria prestar mais atenção aos imigrantes, ao invés de pensar em seus próprios interesses (WAIBEL, 1979, p; 272).

Apesar das poucas inferências específicas em relação ao *locus* socioeconômico teuto-brasileiro em seu artigo, Waibel reforça dois principais conceitos em sua análise dos benefícios da colonização européia não-ibérica no sul do Brasil: o de *colonização européia*, separando-a conceitualmente da presença lusa no país, e o de *pequena propriedade rural*, ainda que esta noção esteja submetida a uma hierarquia criada entre os sistemas agrícolas empregados pelos “colonos” nos Estados sulinos. De qualquer forma, a partir de Leo Waibel, todo colono europeu será considerado um *pequeno proprietário rural*, independentemente do sistema agrícola adotado em sua propriedade.

Se, em uma primeira leitura, o autor parece um crítico da colonização européia, nota-se em seu estudo uma apologia indiscriminada do colono centro-europeu – principalmente o alemão – como predecessor do desenvolvimento da região Sul, deixando cada vez maior o abismo conceitual entre o povoamento português do século XVI ao XVIII e a colonização alemã, italiana e polonesa do século XIX. *Europeu*, de agora em diante, seria sinônimo de *não-luso*, dentro da mesma concepção dos países industrializados na Europa. Ainda que tenha uma crítica audaz ao sistema agrícola adotado pelos “colonos europeus”, aponta como principal causa do insucesso da colonização em áreas rurais o *meio físico tropical*, que teria forçado o “colono” a se tornar “caboclo”, como se isto representasse uma involução na história da humanidade. Portanto, o autor não critica a capacidade do colono europeu nem as iniciativas de imigração européia, mas sim a *sistemática* empregada pelo Governo brasileiro para a colonização das províncias sulinas desde o século XIX, que os teria tornado “caboclos”, sem a preservação de sua “cultura” e suas “tradições”.

Em suma, os estudos de Geografia Agrária de Waibel servem, enfim, para tornar visível a colonização alemã e a pequena propriedade rural como sinônimos, a partir as palavras de um especialista no assunto.

Egon Schaden, apesar de seu interesse estar centralizado na questão cultural teuto-brasileira, tangencia a questão socioeconômica em seu artigo, *Aculturação de alemães e japoneses no Brasil*, de 1956, ao distinguir três processos relevantes na transformação das comunidades teuto-brasileiras: a urbanização, a industrialização e a formação de classes sociais (SCHADEN, 1956, p. 42). Quando aborda o terceiro processo – a formação de classes sociais – Schaden reforça a existência de uma reorganização de base econômica entre os grupos de imigrantes, ocorrendo a

formação de uma classe *superior*, de negociantes e donos de primitivos teares domésticos, e a classe *proletária*, de trabalhadores recrutados para a indústria (SCHADEN, 1956, p. 43). O autor sustenta que a aculturação dos alemães teria se iniciado lentamente, permitindo que

[...] antes de volverem as suas atenções para a cultura nacional, luso-brasileira, como veículo de ascensão social, puderam diferenciar-se em suas próprias colônias, através da formação de **classes intra-étnicas**. Somente mais tarde a população teuto-brasileira haveria de ocupar de algum modo o lugar de **classe média** na estrutura social do Brasil meridional (SCHADEN, 1956, p. 45, grifo nosso).

Portanto, Schaden reforça que a aculturação dos alemães teria se processado inicialmente em uma diferenciação interna, para, em seguida, ocupar espaços na classe média nacional.

Contudo, quais seriam estes teuto-brasileiros que formariam a classe média no Brasil meridional? Se há a criação de classes intra-étnicas no seio deste grupo, onde o autor separa nitidamente uma classe *superior* de outra classe *proletária* e, considerando que o conceito de *proletário* é, por definição, impossível de se coadunar com o conceito de *classe média*,<sup>38</sup> pode-se inferir que os teuto-brasileiros que ingressam fileiras na classe média do Brasil meridional não são os trabalhadores das fábricas, tampouco os agricultores residentes no interior das colônias, mas sim a classe *superior*, a qual seria a única capaz de realizar o que o autor chama de “luta por um status nessa comunidade [a luso-brasileira]” (SCHADEN, 1956, p.46). Se, na conclusão de seu texto, Schaden afirma ser decisivo o papel da língua portuguesa e de “muitos elementos culturais

38 O conceito de *classe média* é historicamente atribuído a parcelas da população urbana, cujas ocupações não exijam trabalho manual, uma vez que se situam entre o *proletariado* (que depende do trabalho manual e mal-remunerado) e a *alta burguesia* (proprietária dos meios de produção). Conforme Maurice Halbwachs, várias profissões distintas são enquadradas em um conceito de classe média, como: artesãos e pequenos comerciantes; assalariados e empregados de escritório; os mais baixos níveis do funcionalismo público (IANNI, 1978, p.347-362). Não parece ser possível, destarte, designar como classe média o grupo de pequenos proprietários rurais, os quais trabalham e sustentam suas famílias em sua propriedade fundiária. Os operários e trabalhadores manuais das fábricas, de acordo com Alfred Meusel, fazem parte do proletariado (IANNI, 1978, p. 331-346), não sendo possível, da mesma forma, enquadrá-los como formadores de uma classe média.



brasileiros” para a integração de imigrantes e descendentes na comunidade nacional brasileira, torna-se, por conseguinte,  *muito remota* a possibilidade concreta de “luta por status” para um conjunto de imigrantes e descendentes, residentes em comunidades essencialmente agrícolas e sem acesso direto e recorrente à língua portuguesa.

Mesmo que Egon Schaden faça coincidir os conceitos de  *teuto-brasileiro* e de  *classe média*, atribuindo-os a toda uma população estabelecida nas colônias do Sul do país, nota-se que o processo de inclusão cultural dos teuto-brasileiros realizar-se-á de maneira  *excludente*, uma vez que será dada a apenas um grupo seletivo a possibilidade de expressar a sua “particularidade cultural teuto-brasileira”, sendo que aos demais, restará somente a reprodução do sistema defendido por este grupo restrito.

O tema da caracterização socioeconômica teuto-brasileira é igualmente tratado em várias passagens do livro  *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*, de Carlos Henrique Oberacker Junior.

Para o autor, as primeiras colônias compostas de “teutos” seriam fundamentadas na  *pequena propriedade agrária*, o que, nas palavras do autor, “correspondia ao novo espírito estatal, que elevou o princípio de ser, a lei suprema, o bem-estar do povo” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 210). Em uma despretensiosa passagem desta parte, faz uma franca apologia dos imigrantes alemães, como segue:

Os povoadores alemães não vieram atraídos pela busca do ouro e pelo enriquecimento célere. Emigravam porque a Alemanha superpovoada não mais lhes oferecia a possibilidade para o sucesso econômico. O seu ideal era a terra virgem por si mesma, na qual eles, por suas próprias mãos e as de sua família pudessem construir uma existência livre [...] Precisamente por estas circunstâncias, constituíam eles o elemento adequado para a formação da classe média (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 210).

Em um livro que procura demonstrar, em caráter geral, a contribuição “teuta” para a formação nacional brasileira, esta será a primeira de várias passagens textuais onde centraliza nas populações de imigrantes alemães, radicados no sul do Brasil, a grande contribuição para o desenvolvimento nacional. É importante recordar que esta preocupação de Oberacker não seria, conforme as apresentações e introduções de seu livro, o foco principal de seu estudo, por considerá-lo demasiadamente fragmentário e restrito a “individualidades isoladas” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 28).

A despeito de sua abordagem, o autor reforça, mais adiante, os enunciados acerca da construção conceitual que relaciona diretamente imigração alemã no Sul e formação da classe média brasileira, chegando a afirmar que a

constituição da classe média, socialmente compreendida, não deixaria de ser politicamente de grande relevância para a formação nacional brasileira, por isso que, sem uma classe de moldes sadios, que preste ao trabalho as homenagens que lhe são devidas, não poderá sobreviver uma nação moderna (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 210).

Nota-se que a relação entre imigração alemã, ética do trabalho, pequena propriedade, formação da classe média e desenvolvimento nacional é uma fórmula que vai, sucessivamente, acumulando elementos discursivos para atestar a existência de um *locus* cultural teuto-brasileiro na historiografia do país, em pleno período em que a política nacional gira em torno do conceito de *desenvolvimento*.

Em outro capítulo, com o sugestivo título de *Cooperadores teutos na fundamentação da economia nacional*, referente ao período imperial, Oberacker justifica que a economia brasileira,

antes de 1808, era vítima da aplicação intransigente dos princípios fundamentais do mercantilismo por parte de Portugal, o que teria restringido, até o início do século XIX, as atividades econômicas às fazendas agrícolas, à exploração do ouro e à pecuária (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 223-224). Esta configuração de atividades econômicas teria ocasionado, na visão do autor, a existência de “enormes economias domésticas isoladas e fechadas e que bastavam a si próprias nas fazendas” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 226). Para reverter este quadro, novamente D. Leopoldina seria a principal incentivadora da formação de uma classe de pequenos lavradores, de modo a se opor ao que o autor chama de “mentalidade do tradicionalismo colonialista” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 226-227).

Logo a seguir, retoma novamente o assunto, na seguinte frase: “Somente após o estabelecimento das colônias alemãs começou, sem dúvida, a acentuar-se o progresso no Sul, para atingir as proporções e importância que hoje apresenta” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 227), chegando a estender esta contribuição como *conditio sine qua non* para o desenvolvimento do artesanato e indústria nacionais, visto que, devido à “opressão econômica” portuguesa, estavam extintas todas as “tendências empreendedoras nas populações brasileiras” antes da imigração alemã (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 228). Nota-se que o conceito de *empreendedorismo* é introduzido, de maneira tímida, para dar conta do que seria um atributo culturalmente ligado ao “teuto”, sendo inexistente, conforme o autor, em qualquer outro grupo radicado no Brasil.

Em outro capítulo, onde trata novamente da participação teuta no desenvolvimento econômico, Oberacker destaca a importância da colonização “teuta” para impulsionar a agricultura brasileira, através da introdução de instrumentos como o arado e a grade, “praticamente desconhecidos na técnica do preparo agrícola do solo brasileiro”, ou mediante a

fundamentação de seus estabelecimentos agrários na policultura, ocasionando uma “ruptura fundamental com os métodos econômicos coloniais” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 333-334).

Da mesma maneira, enfatiza a contribuição destes imigrantes na indústria nacional durante o século XIX, relacionando o fato de muitos terem sido mestres de ofício e técnicos, os quais, mediante suas “tendências empreendedoras”, teriam sido os responsáveis diretos pelo desenvolvimento industrial das regiões de colonização alemã no Sul brasileiro. Chega a acrescentar que estes mesmos imigrantes teriam chegado “desprovidos por completo de capital ou dispendo de pouco”, iniciando com “atividades em condições bem modestas” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 337). É importante salientar que o autor não se refere, em um primeiro momento, às fábricas têxteis e indústrias de grande porte, uma vez que Oberacker usa, neste ponto, um conceito mais amplo de *indústria*.<sup>39</sup> No entanto, é claro que a diversificação de ofícios nas colônias alemãs no Brasil seria, conforme o autor, um fator considerado muito relevante para fundamentar a indústria nacional, visto que a “política de opressão econômica, seguida por Portugal” não daria abertura para existência de “profissionais com iniciativas para a indústria” (OBERACKER JUNIOR, 1968, p. 340).

Na continuação do capítulo, contudo, Oberacker aponta o surgimento de fábricas de grande porte – por exemplo, a firma Hering de Blumenau – como uma decorrência linear da produção manufatureira dos artífices, residentes nas regiões de colonização alemã (OBERACKER JUNIOR, 1968, p.342). Parece que o autor procura situar uma linearidade histórica em um

---

39 *Indústria* é palavra latina cujo sentido pode ser tanto o da produção fabril em larga escala, operacionalizada na Europa Ocidental desde meados do século XVIII, quanto o de qualquer ofício ou trabalho manual, exercido antes de um processo massivo de industrialização (FERREIRA, 1999, p.1104).

contexto que não se apresenta deste modo. As fábricas têxteis, pelo menos na região do Vale do Itajaí, iniciaram-se, indubitavelmente, com famílias de mestres tecelões emigrados dos Estados Alemães no século XIX. Todavia, a família Hering, por exemplo, além de já possuir tradição no ramo têxtil na Saxônia, não parece ter vindo desprovida de capital e formado uma indústria de grande porte contando somente com a contribuição dos artífices locais, mas sim, emigrou para o Brasil com capital, embora modesto, e se expandiu somente através da proletarização de agricultores não especializados no ramo têxtil.<sup>40</sup> Do mesmo modo, é evidente que em algumas antigas colônias alemãs, que contavam com um contingente razoável de imigrantes artífices, não houve o desenvolvimento de um processo de industrialização de grande porte, como, por exemplo, nas colônias de São Pedro de Alcântara e Santa Isabel, na Grande Florianópolis em Santa Catarina.<sup>41</sup> Tornam-se, portanto, frágeis as argumentações que produzem um sentido histórico linear sobre as regiões de colonização alemã, como estas tivessem evoluído da agricultura para a indústria como consequência natural do empreendedorismo dos imigrantes alemães, e não *das relações conflitantes dentro da própria organização destas localidades*. De qualquer maneira, a apologia que Oberacker faz da contribuição “teuta” ao desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio brasileiros continua no capítulo que dedica à “participação germânica na complementação da economia”, durante o período republicano (OBERACKER JUNIOR, 1968,

40 Cf. Mamigonian (1966) e Hering (1987). Apesar das constatações dos autores que escrevem acerca do desenvolvimento industrial das regiões de colonização alemã na Região Sul, os quais sustentam haver um idílio desenvolvimentista nestas localidades, construídas pelo empenho dos próprios colonos sem influências externas, é importante salientar que é justamente neste processo em que reside uma clara divisão social entre os proprietários industriais e os trabalhadores das fábricas. Mesmo que estes tenham sua pequena propriedade, o tão aclamado desenvolvimento da indústria nestas regiões fez-se tão-somente através da proletarização de uma boa parcela de imigrantes e descendentes, marcando a formação de uma abrupta diferenciação socioeconômica entre os próprios habitantes, e não o ingresso de todos dentro de uma idílica “classe média”.

41 Cf. Mattos (1917, p. 109; 199-225). Mattos demonstra, em listas que publica dos primeiros habitantes das colônias alemãs da Grande Florianópolis, a grande quantidade de artífices na população destas localidades. Isto não determina, portanto, o desenvolvimento industrial destas regiões.

p. 429-460), bem como se estende por todo o livro.

\* \* \*

É possível notar, a partir dos argumentos expostos acerca deste tema, como os estudiosos a respeito da organização socioeconômica das populações de imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no sul do Brasil estabelecem a aproximação conceitual necessária para, simultaneamente, inserir o teuto-brasileiro como participante ativo na constituição da sociedade nacional e caracterizá-lo como uma promessa de desenvolvimento para o país. Esta aproximação conceitual é a relação entre o *teuto-brasileiro* e a formação da *classe média* nacional, pela via da *pequena propriedade rural*.

Alternativa à concepção colonial lusa de organização socioeconômica, o sistema econômico observado como característico do teuto-brasileiro será enquadrado como *exemplo* a ser seguido pelo restante do país, como condição de possibilidade de alinhamento do Brasil aos ditames dos organismos internacionais de desenvolvimento do pós-guerra. Desta forma, a memória do nazismo entre os imigrantes e descendentes no Brasil será colocada em segundo plano por seus estudiosos, uma vez que o modelo socioeconômico daquele grupo, fundamentado na pequena propriedade rural de caráter familiar, é considerado como algo mais importante para o futuro da nação do que a lembrança de um passado, o qual deve ser cada vez mais relegado ao esquecimento.

Além disso, as conclusões de tais estudos depõem a favor da existência de um novo personagem no palco da história brasileira, entre o senhor e o escravo: o imigrante europeu não-ibérico, entendido doravante apenas como *imigrante europeu*, completamente distanciado da

experiência colonial portuguesa. A historiografia brasileira ganhará, portanto, mais um integrante, com o amplo reconhecimento de Sérgio Buarque e, posteriormente, de Gilberto Freyre.

Entretanto, há neste ponto algo importante a ser comentado, devido ao fato de ser quase imperceptível, frente à consistência dos argumentos dos estudiosos da “condição” socioeconômica teuto-brasileira. Pode-se notar, em princípio, uma grande incongruência: se os imigrantes alemães e descendentes são inseridos como um novo personagem, em uma sociedade marcada pelo abismo social entre senhores e escravos, será possível afirmar que este grupo *intermediário* do século XIX coincide exatamente com a formação da *classe média* brasileira do século XX? Em uma primeira leitura dos argumentos destes estudiosos, pode-se concluir a respeito de uma *confusão de conceitos*, uma vez que o fato dos imigrantes e descendentes terem se tornado uma camada social *intermediária* não garante que todo este grupo social tenha sido responsável pela constituição da *classe média* nacional nas últimas décadas. Inclusive, os critérios utilizados para a caracterização da classe média são bastante distintos daqueles empregados para concluir acerca do *locus* intermediário que imigrantes e descendentes possuíam na configuração social brasileira.

Todavia, não se pode considerar esta aparente confusão um mero engano. Esta é uma aproximação conceitual muito bem pensada e medida em suas conseqüências, visto que ela trará muito mais vantagens para a inserção pacífica do teuto-brasileiro nos projetos desenvolvimentistas nacionais do que continuar a insistir no “perigo alemão” para a integridade da nação.

Mesmo que a maioria dos imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no sul do Brasil seja de pequenos agricultores, ou até mesmo de operários em fábricas nos núcleos urbanos originados das principais colônias alemãs do Sul, colocá-los em uma idílica *classe média* pode ser o

dispositivo necessário para reforçar a importância do teuto-brasileiro na constituição da sociedade nacional, ao mesmo tempo em que se produz o silêncio da obediência teuta à democracia racial brasileira.

#### **1.4. Da caracterização conceitual para a institucionalização do conceito: a organização de um evento**

Todas estas caracterizações conceituais do teuto-brasileiro, realizadas a partir das noções de *população*, *cultura* e *classe social*, permitem a inscrição enunciativa do teuto-brasileiro como uma realidade comprovável e mensurável, a ponto de ser adicionado ao mosaico dos formadores históricos da nação brasileira. A estratificação de enunciados dispersos em uma unidade discursiva deu as condições de possibilidade de tornar as populações de imigrantes alemães e descendentes a categoria de *teuto-brasileiros*. Contudo, será preciso que haja o reconhecimento público destas conclusões, de modo a silenciar definitivamente os perigos de desintegração nacional e as acusações de nazismo e racismo, ambos relacionados aos imigrantes alemães e descendentes estabelecidos no sul do Brasil.

O próprio Gilberto Freyre, antes um crítico da “cultura teuto-brasileira” no início da década de 1940, propõe, vinte anos depois – convencido pelas conclusões dos estudiosos acerca do tema – a idéia de um colóquio de estudos teuto-brasileiros. Assim, logo após o lançamento de sua idéia, é convidado a presidir o evento que se torna o símbolo de convergência entre concepções outrora tão distintas: o I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, onde se aprofundarão todas as questões apontadas a partir dos anos quarenta.



## Capítulo 2. Os Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros: a institucionalização do conceito

Os três Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros, realizados entre as décadas de 1960 e 1970, marcam um período em que o conceito de teuto-brasileiro ganhará visibilidade de âmbito nacional e internacional. Da mesma forma, aprofundar-se-ão as questões abordadas nas décadas anteriores. Nos vários trabalhos, apresentados em todos os eventos, perceber-se-á, por exemplo, a continuidade em se afirmar a relação direta entre o teuto-brasileiro e o desenvolvimento do Sul no campo enunciativo das ciências humanas no Brasil. Mas, de qualquer modo, tornar o teuto-brasileiro visível e enunciável será ainda a principal tarefa destes colóquios.

Ao contrário do que se pode supor, dar *visibilidade* e *dizibilidade*<sup>42</sup> ao teuto-brasileiro não significa apenas divulgar algo já concluído e sistematizado, mas sim, é *participar da própria elaboração discursiva* dos elementos que constituirão o teuto-brasileiro como objeto de estudo das ciências humanas no país. Tornar algo visível e dizível é, portanto, estar no processo de seleção dos enunciados possíveis e na remoção daquilo que não pode ser dito, como, por exemplo, a ligação das populações teuto-brasileiras com os movimentos nacionalistas alemães das décadas de 1930 e 1940.

Os conteúdos trabalhados nestes eventos, quando analisados em uma perspectiva transversal, permitem ver o processo de filtragem dos elementos discursivos em torno do conceito

---

42 Utilizam-se os conceitos de visibilidade e dizibilidade a partir da leitura do livro de Durval M. de Albuquerque Jr., *A invenção do Nordeste e outras artes* (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 22), o qual realiza uma interpretação do conceito de Nordeste através dos referenciais teóricos de Deleuze. A preferência pelos termos utilizados por Albuquerque Jr. está na condição de que visibilidade e dizibilidade estabelecem mais claramente a existência de uma *construção conceitual*, enquanto que os termos “tornar visível” ou “tornar dizível” pode dar margem à idéia de que há conclusões já estabelecidas e naturalizadas, as quais caberiam tão-somente torná-las visíveis e dizíveis.

de teuto-brasileiro, ocorrida nos anos em que o Brasil passa pela experiência do golpe civil-militar e pela instauração da Doutrina de Segurança Nacional nos mecanismos da administração pública. Na associação entre *segurança e desenvolvimento* – considerada como a base da doutrina do regime militar, propalada pela ESG – o enraizamento de uma identidade nacional patriótica é fundamental para inserir o teuto-brasileiro como defensor da pátria brasileira e para garantir, simultaneamente, a indissociabilidade das fronteiras nacionais.<sup>43</sup>

Cabe acrescentar, ainda, que os mesmos intelectuais que abordaram o tema a partir das décadas de 1930 e 40 – como Willems, Roche, Neiva – estarão presentes em pelo menos um dos três eventos, do mesmo modo em que os elementos enunciativos de caracterização do teuto-brasileiro – como a delimitação de traços populacionais, culturais e socioeconômicos próprios – serão reafirmados e aprofundados nestas “vitrines da cultura teuto-brasileira”. Desta vez, entretanto, esta caracterização será realçada com traços mais fortes e precisos, contando com a opinião convergente de um antigo crítico dos “exclusivismos teutos” na cultura brasileira: Gilberto Freyre.

## 2.1. O I Colóquio: a articulação dos estudiosos sobre o teuto-brasileiro no Rio Grandedo Sul

A relevância do I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros não se resume à concordância entre poucos autores a respeito da contribuição dos imigrantes alemães à formação brasileira. Não há como negar que este evento reúne, pela primeira vez no país, um conjunto de várias pessoas,

---

43 Há uma grande produção bibliográfica que trata em detalhes da gestação de um pensamento econômico desenvolvimentista no Brasil e sua re-significação no momento da instauração da ditadura militar, associando o conceito de *desenvolvimento* ao de *segurança nacional*. Maiores referências podem ser encontradas de modo sintetizado em Vizontini (2000, 2003), assim como na produção acadêmica da época, nos livros de Celso Furtado (1954, 1961, 1965).

oriundas de diversas regiões do Brasil e do exterior, que pretendem demonstrar em seus estudos a singularidade do “teuto-brasileiro” e sua cultura a nível nacional.

O I Colóquio realiza-se entre 24 e 30 de julho de 1963, portanto, ainda no período que antecede o golpe civil-militar de 1964. No entanto, os temas e a abordagem dos mesmos seguirão as inquietações da época, marcada pela aceitação de uma interpretação conservadora do país, responsável pela busca de um conjunto bem delimitado de alternativas de desenvolvimento nacional.<sup>44</sup>

Este evento foi organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Vários personagens, ligados às pesquisas sobre a imigração alemã para o Brasil, participam do evento, como Emílio Willems, Artur Hehl Neiva, Egon Schaden, José Fernando Carneiro, além do convite feito a Gilberto Freyre para presidi-lo. Devido a um motivo que foi descrito como de última hora, Freyre não pôde comparecer ao evento, mas deixa seu discurso inaugural para que o Prof. Alfredo C. Schmalz realize a leitura para a instalação do Colóquio (COLÓQUIO..., 1966, p. 12). Nos agradecimentos, ao final do evento, faz-se uma nota, onde se atribui o motivo da ausência do sociólogo pernambucano a um problema de saúde (COLÓQUIO..., 1966, p. 361), de modo que não se pode atribuir sua ausência a uma provável discordância quanto à característica do colóquio, ou no que diz respeito à abordagem utilizada pelos participantes.

---

44 A “modernização conservadora” no Brasil não pode ser compreendida como algo que teria se iniciado somente a partir de 1964, mas sim, como uma matriz interpretativa da realidade nacional que é anterior ao golpe civil-militar, que se torna proeminente desde o primeiro governo militar. Mais detalhes sobre a “modernização conservadora” e a matriz interpretativa da ESG podem ser lidos em Vizentini (2000, 2003).

De qualquer modo, já no texto da apresentação, notam-se dois argumentos: em primeiro lugar, que a sociedade brasileira é “lusa em seus fundamentos e sua formação básica” (COLÓQUIO..., 1966, p. 9); em segundo, que há a necessidade de afirmar que o Brasil é um “laboratório social”, que em diferentes momentos tem recebido a contribuição de diversos povos (COLÓQUIO..., 1966, p. 9). É possível perceber que alguns conceitos da abordagem positivista das ciências sociais são empregados como base teórica para compreender o processo de formação nacional. A idéia da sociedade como um *laboratório* torna-se muito útil para afirmar que, no caso brasileiro, todas as diferentes experiências teriam um caráter secundário na constituição da unidade nacional, de base lusitana. Ademais, deixa-se bem clara a noção de que não está sendo posta em dúvida, em nenhum momento, a filiação portuguesa da cultura brasileira, de modo a não entrar em conflito com as consagradas interpretações do Brasil, de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Por isso, o autor de *Casa Grande & Senzala*, no texto de seu discurso inaugural, procura demarcar seu posicionamento intelectual acerca da importância do colóquio. Primeiramente, faz o elogio a Jean Roche e a Carlos Henrique Oberacker Júnior, pelos seus dois trabalhos acerca do tema e, principalmente, aponta para o fato que o livro de Oberacker – prefaciado por Sérgio Buarque – ainda não possui tradução para o português (FREYRE, 1966, p. 17), o que viria a se tornar realidade somente em 1968, com o prefácio de Freyre a esta primeira edição em vernáculo.

O sociólogo de Apipucos, ao continuar seu texto, remete-se a uma linha de raciocínio que delimitará suas considerações a respeito da contribuição alemã para o Brasil. Afirma, destarte, que:

A presença alemã no Brasil viria trazer um aspecto novo à formação brasileira; mas sem fazer violência radical às formas já características dessa formação. Dando novo conteúdo étnico e cultural a essas formas, é certo; mas integrando-se no que nelas

era já transregionalmente brasileiro no sentido de serem formas de organização predominantemente familiar e até patriarcal[...] (FREYRE, 1966, p. 19).

Freyre emprega o conceito de “transregionalização das formas” como uma maneira de demarcar claramente as fronteiras entre a contribuição “teuta” e a unidade-identidade brasileiras, tanto que chega a caracterizar o Brasil como, ao mesmo tempo, “uno e plural” (FREYRE, 1966, p. 19), cuja característica “transregional” encontrar-se-ia na língua portuguesa como idioma comum no país (FREYRE, 1966, p. 19-20).

O autor de *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* finalmente expõe em um discurso, após um longo período de silêncio no que diz respeito à “cultura teuto-brasileira”, sua opinião quanto ao que acredita ser a identidade nacional brasileira, mantendo sua tese da filiação lusa da cultura nacional. Ao contrário do que possa parecer, ele não muda seu discurso em relação ao que escreve em 1940. O que muda, neste interstício, é a abordagem intelectual acerca do conceito de “teuto-brasileiro”, que passa por mudanças e abrandamentos, por territorializações culturais, econômicas, geográficas, psicológicas, sociológicas e históricas, de modo que ser “teuto-brasileiro” durante a época do I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros significa algo bastante diferente do que era afirmado até antes do fim da Segunda Guerra Mundial. Mesmo que Gilberto Freyre não tenha comparecido pessoalmente ao I Colóquio, seu discurso inaugural marca a última convergência necessária, no seio da *intelligentsia* brasileira, para que se possa celebrar o abandono da idéia do perigo “teuto-brasileiro” para a unidade/identidade nacionais.

É claro que não é somente do discurso de Freyre que se define a relevância acadêmica do I Colóquio. A conferência do Prof. José Fernando Carneiro, estudioso da história da imigração e

colonização estrangeiras no Brasil, traz mais elementos para sedimentar saberes acerca do significado da “cultura teuto-brasileira”.

Inicialmente, Carneiro externa sua homenagem a Gilberto Freyre, como “o sociólogo do bom convívio das diferentes etnias que compõem o Brasil” (CARNEIRO, 1966, p. 21). Do mesmo modo em que teria lutado contra os preconceitos em relação aos negros, Carneiro supõe que Freyre seria a pessoa-chave para fazer calar os discursos preconceituosos do passado quanto às populações “teuto-brasileiras”.

Após delinear um histórico da imigração alemã no Brasil, onde afirma que a primeira colônia com tais características no país seria Nova Friburgo (RJ), e não São Leopoldo (RS) (CARNEIRO, 1966, p. 22), faz uma ressalva a respeito da Lei Delbrück de 1913 – que dava a possibilidade de dupla cidadania a alemães e descendentes radicados em outros países – como um “incitamento à insinceridade e à deslealdade” (CARNEIRO, 1966, p. 26), devido ao fato de se tratar de um estopim que serviu, na época, para fomentar movimentos de apologia à cidadania alemã em coexistência com a brasileira.

Por outro lado, pondera esta última afirmação, ao dizer que uma grande parcela de culpa para o “marginalismo” das populações de imigrantes e descendentes coube à política da República Velha, que teria impedido os colonos de participarem ativamente da vida política brasileira (CARNEIRO, 1966, p. 26). Assim, Carneiro faz um *mea culpa* que será infinitamente repetido em momentos posteriores como a grande “causa” da marginalização que os “teuto-brasileiros” sofreram no passado, relegando novamente ao esquecimento o fato de uma grande parte dos “teuto-brasileiros” ter ingressado fileiras a favor do nazismo alemão. O autor não entra neste ponto, obviamente, afirmando de maneira sensata que:

Não sendo de origem teuta, não irei eu, agora, nesta festa de congraçamento, neste conclave destinado a uma esforço objetivo, diria até, científico, de mútua compreensão, citar culpas dos teutos, prefiro citar dos lusos. Caberá aos teuto-brasileiros citarem as culpas germânicas (CARNEIRO, 1966, p. 26).

Além de Carneiro ter repetido enfaticamente a coincidência conceitual entre teuto-brasileiros pequenos proprietários de terra e a formação da classe média – especificamente no Rio Grande do Sul – trabalha na promoção historiográfica de outro “herói” teuto-brasileiro: Karl von Koseritz. Devido ao fato de Koseritz ter tido atividade jornalística no Rio Grande do Sul, e ainda, de ter participado, juntamente com outros imigrantes alemães e descendentes, de conselhos municipais e da Assembléia Legislativa daquela província durante o século XIX, o conferencista trata deste escritor como um exemplo de participação ativa teuto-brasileira na política rio-grandense. Todavia, destaca que:

[...] os republicanos não lutavam contra o alemão, mas unicamente contra a influência política do pequeno proprietário. Não era o problema das raças que dividia em campos opostos a política rio-grandense. A linha de divisão política era marcada pelo regime da propriedade rural (CARNEIRO, 1966, p. 31).

A partir desta afirmação, procura territorializar as disputas políticas entre “teuto-brasileiros” e “luso-brasileiros”, como lutas de “regimes econômicos e de classes sociais, e não hostilidade entre etnias diferentes” (CARNEIRO, 1966, p. 31). Preocupa-lhe, sobremaneira, evitar qualquer interpretação de possível tendência racista contra os “teuto-brasileiros”, mas situa-os, entretanto, como economicamente superiores à maioria da população “luso-brasileira”, devido ao fato de serem pequenos proprietários de terra. Em outras palavras, Carneiro enuncia aquilo que será repetido insistentemente em estudos posteriores relativos ao teuto-brasileiro: a

discriminação política será substituída pela superioridade econômica. De ameaça à unidade nacional, o “teuto” será promovido a exemplo de sucesso econômico no Brasil, devido à pequena propriedade fundiária, indo ao encontro da padronização econômica promovida pelas instituições desenvolvimentistas internacionais. Pode-se inferir que é também na disjunção conceitual entre política e economia que se insere o teuto-brasileiro na historiografia nacional.

Por outro lado, o conferencista faz a ressalva de que, no caso da colonização alemã no Brasil, há “resultados contraditórios” de prosperidade e de decadência (CARNEIRO, 1966, p. 33), o que não permite afirmar que Carneiro seja defensor unilateral do sucesso da experiência “teuta” no Brasil. Mas, de qualquer maneira, mantém a assertiva do êxito da colonização baseada na pequena propriedade no Rio Grande do Sul, chegando a ponto de comparar tal iniciativa, ocorrida durante o Império, às demandas de *reforma agrária* (CARNEIRO, 1966, p. 33), presentes na pauta governamental do início da década de 1960, às vésperas do golpe civil-militar de 1964. Cabe destacar que, em 1963 – ano do I Colóquio – as reformas de base do período de João Goulart enfatizam a necessidade de uma ampla reforma agrária, ocasionando revolta dos setores conservadores da sociedade brasileira. Segundo os argumentos de Carneiro, não seria necessária a reforma agrária no Sul, uma vez que os teuto-brasileiros, pequenos proprietários de terra, teriam realizado este processo anteriormente. Assim, Carneiro põe novamente o teuto-brasileiro como o precursor da ordem social, desfazendo qualquer vínculo possível entre a colonização alemã e a participação ativa na política brasileira.

Continuando, o autor da conferência, ao abordar o problema atual que chama de “crise da pequena propriedade”, aponta que a pequena propriedade pode representar tanto progresso como retrocesso, quando vinculado a um “campesinato muito arraigado à idéia de propriedade e que



não deseja outra coisa senão o imobilismo social” (CARNEIRO, 1966, p. 35). Parece que este enunciado do autor, totalmente relegado ao esquecimento, pode ser repensado como uma das principais implicações da exaltação da experiência “teuto-brasileira”. O imobilismo social, aliado ao extremo apego à propriedade privada, é o corolário da apologia do êxito teuto-brasileiro.

Voltando ao texto da conferência, Carneiro conclui, de modo apaziguador, que:

Estamos certos, ainda, de que neste Colóquio, no qual, sem intenções de ditirambo, mas também livres de ressentimentos e de preconceitos, procuraremos estudar a contribuição alemã à formação do Brasil, representará um progresso nas relações entre brasileiros de diferentes origens, e ainda um progresso nas relações entre o Brasil e a Alemanha (CARNEIRO, 1966, p. 37).

Apesar da conferência de José Fernandes Carneiro ter destacado pontos polêmicos e importantes a respeito do assunto, seu papel dentro do I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros foi protocolar. Não se tornou referência recorrente entre os estudiosos da imigração e colonização alemã no Brasil, o que não significa que suas afirmações não possam ser levadas em consideração, tanto no montante de contribuições do próprio colóquio quanto na relevância dos argumentos que pontua.

Seguindo a mesma linha de Carneiro, o artigo de Egon Schaden, intitulado *Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira*, não se tornou estudo referencial acerca da singularidade da experiência educacional “teuto-brasileira”, sobretudo pelas objeções que faz a este sistema escolar.

Apesar de apontar o modelo de escola comunal rural como característica da “cultura teuto-brasileira” – considerando que o autor afirme ser o teuto-brasileiro um sistema cultural próprio, resultado da interação dos imigrantes alemães com o novo meio e com a população luso-

brasileira – faz um conjunto de ponderações menos tendenciosas e apologéticas em relação ao sistema escolar criado pelos imigrantes alemães e descendentes no Brasil.

Uma afirmação que merece destaque em seu texto é, em primeiro lugar, a descrição que faz da falta de interesse que os colonos tinham quanto à manutenção das escolas e em relação à importância do papel do professor. Schaden exemplifica:

Tema constante dos que em tempos passados escreveram sobre o problema escolar nas zonas de colonização alemã era a 'avareza' dos colonos em face de seus estabelecimentos de ensino. Ao passo que muitos dentre eles abandonavam, por exemplo, os seus tradicionais hábitos de poupança por ocasião de festas e outras diversões, recusavam-se obstinadamente a contribuir para o melhoramento das instalações escolares, para a compra de material didático e para o pagamento de salário mais condigno ao professor (SCHADEN, 1966, p. 67).

Tal afirmação do autor, relegada ao esquecimento, parece destoar de constatações posteriores, as quais defendem a existência de um modelo exemplar de sistema educacional, em favor da supervalorização do “sistema educacional teuto-brasileiro”, colocado como exemplo a ser seguido pelo restante do Brasil “luso”. Nota-se como a seleção do que pode ou não ser dito faz parte do processo de elaboração do conceito de teuto-brasileiro.

Ademais, o antropólogo sustenta duas afirmações que se aliam à anterior:

[...] a arte de ler e escrever tinha importância secundária para os colonos das áreas estritamente rurais. [...] Embora se ouvisse dizer com freqüência que era necessário cuidar das escolas, 'para que os nossos filhos não cresçam como caboclos', na realidade o saber ler e escrever não tinha em geral para os colonos interesse muito maior do que para a população luso-brasileira (SCHADEN, 1966, p. 68).

Embora estivesse ainda centralizado na análise conceitual estabelecida por Emílio Willems nas décadas de 1930 e 1940 – onde se colocam como principais aspectos da questão a

marginalidade cultural teuto-brasileira, seus problemas para a aculturação em um ambiente luso e a situação de ambigüidade destas populações – Schaden procura não fazer afirmações extremadas em relação a um possível descaso por parte do governo brasileiro em auxiliar as escolas rurais teuto-brasileiras, como no trecho que segue:

O que interessa ressaltar é o erro dos que afirmam que os poderes públicos brasileiros somente nos últimos decênios prestaram assistência educacional aos imigrantes alemães e seus descendentes e que até aí nem sequer haviam tomado conhecimento da existência dos institutos criados pelos próprios colonos. De um lado, há exagero na afirmação, do outro é preciso convir em que, no caso, a atitude em face do elemento alienígena não diferia, em essência, da que se tomava diante da população rural de todo o país (SCHADEN, 1966, p. 73).

O autor do artigo faz ponderações relevantes ao sistema escolar criado por estas populações. Não obstante, muitos argumentos foram ignorados em pesquisas futuras, em favor de uma postura de constante ataque às instituições governamentais brasileiras, registrando uma recorrente cobrança moral pela falta de um auxílio condizente para com os teuto-brasileiros.<sup>45</sup> Por outro lado, esquece-se que, se há o problema da falta de infraestrutura educacional no país, ela atinge todos os grupos situados em zonas rurais – como bem aponta Egon Schaden – e não pode ser utilizado como argumento para defender a existência de atitudes de discriminação racial ou cultural em relação aos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.

Apesar do autor sustentar a idéia, colocada na conclusão de seu artigo, de que a escola teuto-brasileira devesse servir para a “acomodação dos conflitos culturais”(SCHADEN, 1966, p. 77), em favor de um bilingüismo complacente – o que implica em compreender que está preocupado essencialmente com a aculturação e a inclusão pacíficas dos teuto-brasileiros ao seio

---

45 A respeito destas abordagens atuais acerca do sistema educacional teuto-brasileiro, ver Klug (1997, 2003).

da identidade nacional – serão apenas lembrados e citados, em pesquisas futuras, os trechos de seu texto que apontam para os projetos de nacionalização do ensino, que teriam interrompido a experiência educacional teuto-brasileira. Mesmo não sendo este o foco argumentativo de Egon Schaden, serão selecionados os enunciados de seu discurso que exacerbam a violência da nacionalização do ensino na era varguista.<sup>46</sup> Deste modo, estudos como o do antropólogo catarinense acabarão por se tornar, incrivelmente, referências acadêmicas a respeito da nacionalização das “escolas alemãs” no Brasil, dando as condições de possibilidade para a produção historiográfica do teuto-brasileiro como a principal vítima da perseguição lusa.

A seguir, Artur Hehl Neiva, que escreveu estudos pormenorizados na década de 1940 a respeito da imigração e seus perigos para a integridade nacional, aparece neste Colóquio com um estudo de cunho genealógico e de economia doméstica de sua família materna, de sobrenome Hehl, oriunda de Kassel, Alemanha. Com o título sugestivo de *Uma família teuto-brasileira*, Neiva publica o caderno das despesas da família entre 1901 e 1907, de modo a “oferecer modesto subsídio à nossa história econômica” (NEIVA, 1966, p. 85). Apesar da modéstia do autor, este artigo constitui – em um momento crucial, no qual se demonstra a necessidade de integração do teuto-brasileiro ao cenário nacional – uma declaração de um alto funcionário do Estado brasileiro, antes um denunciador dos “quistos étnicos”, agora um autodenominado “teuto-brasileiro”. Este

---

46 Há uma produção acadêmica muito ampla nas últimas décadas sobre a nacionalização do ensino na era Vargas, sobretudo nos três Estados da Região Sul. Ter a pretensão de citar todos os trabalhos produzidos acerca do assunto seria uma tarefa desnecessária. No entanto, pode-se citar, à guisa de exemplo, o trabalho organizado por Neide Almeida Fiori em 2003, intitulado *Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*, publicado em Florianópolis. Este livro conta com a participação de autores de vários Estados brasileiros que pesquisam a respeito do tema da imigração alemã no Brasil, a formação de seu sistema educacional e, mormente, o processo de nacionalização do ensino nas colônias (FIORI, 2003). Há, neste livro, apenas uma única citação a este artigo de Egon Schaden publicado no I Colóquio (FIORI, 2003, p. 205). Além disso, a citação indireta que Walter Koch faz do antropólogo catarinense não está em nenhum ponto onde o autor faz objeções ao sistema escolar “teuto-brasileiro”, reforçando, pelo contrário, a idéia de que as chamadas “escolas alemãs” foram um exemplo a ser seguido pelo Brasil, ao mesmo tempo em que teriam sido injustiçadas pela nacionalização.

artigo de Artur Hehl Neiva leva a questionar se o autor pretende fazer um *mea culpa* sobre as conclusões do passado ou se procura reafirmar que ser teuto-brasileiro assimilado é o caminho do futuro.

Um outro estudo que merece destaque é o artigo de Arpad Szilvassy, residente em São Paulo, cuja profissão não é mencionada nos anais do colóquio. O seu estudo, *Participação dos alemães e seus descendentes na vida política brasileira*, é uma declaração que formaliza e reúne vários enunciados em torno do que se convencionou ser a participação política do teuto-brasileiro no país.

Em primeiro lugar, Szilvassy enfatiza o papel de Karl von Koseritz dentro de um modelo de teuto-brasilidade na participação política nacional, da mesma forma que outros autores o fizeram em momentos anteriores.<sup>47</sup>

Em seguida, afirma que os imigrantes alemães, desde a sua chegada no Brasil, “mostraram pouco interesse pelas atividades políticas do seu novo país” (SZILVASSY, 1966, p. 248-249). Esta afirmação, recorrentemente utilizada para deslocar o “problema teuto-brasileiro” da política para o reconhecimento cultural, é o ícone intelectual de todo um conjunto de autores que procura defender a “cultura teuto-brasileira”, estabelecendo-a em oposição à “concepção então reinante” que, nas palavras do autor, “só admitia uma brasilidade lusitana e católica” (SZILVASSY, 1966, p. 249). Szilvassy chega a afirmar que havia “menosprezo étnico-cultural dos nacionais”, culminando com a proibição das escolas particulares de língua alemã (SZILVASSY, 1966, p. 249), reforçando a nacionalização do ensino como o fato histórico da vitimização teuto-brasileira, que só a história poderia justicá-la.

---

47 Ver, por exemplo, o artigo de José Fernando Carneiro, constante no I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, comentado neste mesmo capítulo.

Ao escrever novamente sobre a relevância de Koseritz na política brasileira, expõe duas afirmações aparentemente inconciliáveis; primeiro, cita o escritor na frase que publicou no Koseritz' Kalender de 1879: “O elemento alemão deve conquistar o lugar que lhe compete, e isso somente será conseguido por uma participação mais ativa na vida política da nação.” (SZILVASSY, 1966, p. 249); logo após, afirma um enunciado-chave, repetido à exaustão pelos autores que se dedicam ao assunto: “Ele [Koseritz] conseguiu separar o elemento político-estatal do cultural” (SZILVASSY, 1966, p. 249). Szilvassy sustenta esta afirmação como se, na época do jornalista – no século XIX, o século das nacionalidades fundamentadas no conceito de *Kultur* – fosse possível haver clareza da separação destas esferas do mesmo modo que em meados do século XX. De acordo com a citação que faz de Koseritz, é questionável atribuir a ele a idéia de ter realizado uma separação abrupta entre as esferas da política e da cultura em pleno século XIX, mas sim, que tenha conclamado as populações de imigrantes alemães e descendentes no Brasil a participarem ativamente da vida política brasileira, sem que o reconhecimento ou não de sua identidade cultural se tornasse um óbice para a sua participação ativa. A afirmação de Koseritz destoa da concepção do autor do artigo, que nos parágrafos seguintes insiste em dizer que os colonos alemães e seus descendentes

viviam não só fora da sociedade local, como os luso-brasileiros os tratavam com desprezo e, às vezes, até mesmo com hostilidade. [...] os descendentes dos alemães encontravam-se num grupo social profissional e etnicamente rejeitado (SZILVASSY, 1966, p. 250).

Nota-se, mais uma vez, que a insistente necessidade de afirmar a rejeição do teuto-brasileiro no quadro nacional não se concilia com o que Koseritz pleiteava em seus escritos do

século XIX. Szilvassy, no afã de reafirmar a construção de heróis teuto-brasileiros, acaba por trazer incongruências interpretativas, as quais acabam por estratificar saberes em favor da vitimização teuta, e não para incentivar a saída de seu imobilismo político. A fabricação da vítima é a territorialização da sua incapacidade como ser pensante e politicamente ativo.

Entretanto, o autor faz uma ressalva na seguinte afirmação:

Mas, tudo isso não conseguiu estabelecer uma ruptura entre os dois grupos de brasileiros; ao contrário, provou de novo a profunda lealdade e solidariedade econômica e política para com a pátria brasileira e revelou que, apesar de usarem a língua alemã como língua convencional, eles aceitavam, sem hesitação, todas as obrigações decorrentes da cidadania brasileira, inclusive a do serviço militar contra as forças do Eixo (SZILVASSY, 1966, p. 251).

As ressalvas que procuram desqualificar a existência do conflito, em favor de uma paz conclusiva entre “teutos” e “lusos”, é recurso muito oportuno para argumentar que, apesar das oposições e os agravos que, de acordo com Szilvassy, vitimaram os imigrantes alemães e descendentes, todos se integram em um mosaico cultural de aparente estabilidade, onde a identidade e unidade nacionais são resguardadas. O teuto-brasileiro, conforme o que se pode deduzir da concepção do autor, só existe como vítima que reivindica sua identidade cultural ao Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que se submete pacificamente à nação. Não parece que a manutenção pacífica da unidade nacional estava acima das rivalidades entre os movimentos políticos “teutos” e “lusos” à época da Segunda Guerra Mundial.<sup>48</sup>

---

48 Não se pode negar a existência de movimentos políticos segregacionistas no sul do Brasil na década de 1930, inspirados no nacional-socialismo alemão, e os movimentos em defesa da manutenção da cidadania alemã em coexistência com a brasileira, sob o argumento que o Brasil é um Estado sem Nação, por ser um país em que ocorre a miscigenação entre portugueses, indígenas e negros, desprovidos de sentimento nacional Cf. Gertz (1991).

Adiante, ao enumerar algumas das contribuições políticas dos teutos à História brasileira, destaca os argumentos em defesa da superioridade moral do trabalho livre, conforme segue:

Algumas contribuições mais recentes no campo das idéias e instituições políticas poderiam ser mencionadas. [...] A valorização moral do trabalho livre, a condenação da escravidão como moral e socialmente nociva à sociedade foram as idéias com que o Dr. Blumenau e von Koseritz tentaram mudar a mentalidade nacional. [...] Eles mostraram, com resultados práticos, que o trabalho livre dignifica, louva e eleva moralmente a pessoa humana. Com essa mentalidade os colonos alemães têm contribuído para o engrandecimento e elevação moral, cultural e material da terra brasileira. Outro resultado significativo da colonização alemã foi o início da formação duma classe média que emergia da democracia rural das colônias (SZILVASSY, 1966, p. 252-253).

Há, nesta observação de Szilvassy, três pontos principais a serem levantados. Primeiro, o autor insiste em reafirmar que a contribuição teuta ao Brasil reside tão-somente na valorização moral do trabalho, o que leva a concluir que os imigrantes seriam os principais responsáveis pela instauração de uma mentalidade capitalista liberal em um país considerado arcaico pelo escravismo. Esta assertiva não se coaduna com o fato de que o maior contingente de imigração alemã no Brasil se deu no século XIX, principalmente de pequenos trabalhadores rurais, naqueles estados onde ainda não havia se instaurado um processo crescente de industrialização (HOBSBAWM, 1996). Segundo, atribuir ao teuto-brasileiro a formação da classe média é argumento frágil, sabendo que, em plena década de 1960, uma grande parcela dos descendentes de alemães estabelecidos no Brasil ainda se dedicava a atividades rurais como agricultores e a atividades industriais como operários em fábricas, ocupações mais próximas de pequenos trabalhadores rurais e do proletariado, respectivamente, do que da categoria de classe média.<sup>49</sup>

Terceiro, afirmar que as colônias alemãs eram verdadeiras “democracias rurais” é forçar uma

---

49 O debate a respeito da aproximação conceitual entre o teuto-brasileiro e o conceito de classe média é abordado de modo mais detalhado no capítulo I do presente trabalho.



realidade não condizente com a situação da própria administração das colônias, muito centralizada na pessoa do diretor e longe de ser organizada de modo democrático.<sup>50</sup>

Em outro ponto de seu estudo, o autor sustenta que a situação criada com a eliminação das escolas particulares alemãs iniciou um processo de “regressão cultural” da comunidade teuto-brasileira. Esta regressão só poderia ser contida se houvesse, de acordo com as palavras que cita de lideranças teuto-brasileiras, consciência da “necessidade da conservação dos valores tradicionais do grupo” (SZILVASSY, 1966, p. 253). Esta situação de “isolamento cultural” em que se encontravam poderia implicar em caboclicização, proletarização e êxodo. Em outras palavras, o teuto-brasileiro correria o perigo de se tornar o estereótipo do brasileiro “caboclo”, o que frustraria as esperanças das políticas de branqueamento populacional desde o século XIX. Por isso, Szilvassy pleiteia a

[...] preservação dos valores culturais da comunidade teuto-brasileira, em oposição à teoria de mudança cultural provocada, favorita de muitos sociólogos, cuja aplicação à comunidade teuto-brasileira não aprovou como instrumento de progresso (SZILVASSY, 1966, p. 256).

O autor conclui, sem margem a interpretações dúbias, que o progresso das comunidades compostas por imigrantes alemães e descendentes estaria unicamente na preservação dos valores culturais. Surge, a partir desta afirmação do autor, uma questão de difícil resposta: *se um dos princípios do progresso é o de que inclusive a cultura deve evoluir, como pode haver progresso em*

---

<sup>50</sup> Cf. Galvão (1871). Neste relatório, o funcionário do Ministério da Agricultura aponta a existência de vários problemas na administração das colônias, principalmente no que tange ao uso indevido dos recursos públicos destinados a estes estabelecimentos. Galvão relata, por exemplo, que nem todo o dinheiro público foi devidamente aplicado e anotado nos livros-caixa da administração das colônias. Um exemplo deste caso foi a colônia de Blumenau, administrada pelo fundador, Hermann Blumenau.

*comunidades que conservam, de maneira resistente a mudanças, os valores culturais de seus antepassados?*

Mais uma vez, no final do artigo, deixa escapar uma afirmação que se coaduna perfeitamente com a anterior: “O colono é de modo geral conservador, respeita a lei e a autoridade estabelecida; é assim, um contribuinte para a estabilidade política e social” (SZILVASSY, 1966, p. 257). Afirmações como esta levam a pensar que, se houvesse tal fixidez de padrão comportamental entre alemães e descendentes, países como a Alemanha possuiriam índices nulos de violência e de criminalidade, funcionando como sociedades perfeitas.

Apesar das argumentações curiosas de seu artigo, Arpad Szilvassy é o porta-voz de um grande grupo de intelectuais que, à época do I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, enfatiza a existência de uma dívida moral para com os teuto-brasileiros, carentes de justiça, e que só a preservação dos valores culturais seria a saída para o futuro destes grupos. Parece que aqui, neste momento singular do colóquio, observa-se pela primeira vez a reivindicação de uma “independência cultural” nos focos de colonização alemã no Brasil, como a única forma de reparar os eventuais erros da nacionalização, levando-se em conta que o autor sustenta não haver o perigo de desintegração nacional. Há, portanto, em sua argumentação, o claro deslocamento do conceito do que é ser teuto-brasileiro para uma abrangência meramente *cultural*, a ser resolvida somente em uma esfera *localizada*, para que a nação não se desintegre. Tais argumentos servem de base a idéias que valorizam a *identidade regional* como fundamento último do desenvolvimento daquelas localidades.<sup>51</sup>

51 Há uma linha de pesquisa na área das ciências humanas que, nos últimos anos, que destaca a identidade cultural das regiões de colonização alemã do Sul como base para o desenvolvimento regional. Destacam-se, inclusive, cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, coincidentemente instalados em áreas de colonização alemã na Região Sul, a saber: Blumenau (SC), e Santa Cruz do Sul (RS). Ver o capítulo 3 do presente trabalho.

O último artigo publicado no I Colóquio é do Prof. Martin Fischer, da Faculdade de Filosofia de Ijuí, Rio Grande do Sul. Em seu trabalho, intitulado *O problema da conservação da cultura alemã*, faz uma rara análise, que destoa dos discursos da maioria do colóquio. Talvez tenha sido este o principal motivo de seu artigo ser solenemente ignorado em todos os estudos futuros a respeito do teuto-brasileiro.<sup>52</sup>

O Prof. Fischer inicia seu estudo perguntando se há no Brasil realmente um “problema” da conservação da cultura alemã, uma vez que em cinquenta anos não foi possível encontrar uma solução satisfatória (FISCHER, 1966, p. 339). Logo a seguir, responde que este seria um “problema artificialmente criado”, porque, de um problema apenas cultural, tornou-se um problema político, em virtude do isolamento social dos imigrantes alemães e descendentes. Chega a dizer, então, que “Não existe um autêntico problema cultural, mas sim um problema político artificialmente criado” (FISCHER, 1966, p. 340). Embora seja possível estabelecer um contra-argumento ao autor, de que analisar este caso a partir da separação das esferas do político e do cultural é partir de um falso problema – pois as esferas do cultural e do político estão intimamente imbricadas – é curioso que alguém tenha realizado um questionamento à existência do problema da conservação da cultura alemã no Brasil, enquanto que a maioria dos expositores tratam-no como um problema de relevância inquestionável.

Adiante, o autor procura enumerar os pontos de vista do problema, que dividiu em ponto de vista “brasileiro” – representado pelo Governo nacional – e ponto de vista “alemão”, dividido entre os alemães de “minoría” – que defendem a necessidade da conservação da cultura alemã – e

---

52 Não há sequer uma menção digna de nota, em estudos acerca do teuto-brasileiro nas décadas posteriores, do nome de Martin Fischer. Não se tornou referência sobre o assunto, tampouco é lembrado, o que leva a pensar na possibilidade de ter sido ignorado por seus colegas durante o próprio colóquio.

os de “oposição” – que procuram refutar os argumentos da “minoria”. Esta divisão foi feita por Fischer, levando em consideração que este ponto de vista “alemão” é constituído de uma minoria dos alemães residentes no Brasil, e que, para uma boa parcela dos imigrantes e descendentes, a conservação da cultura “não constitui problema algum”, uma vez que se adaptaram ao meio ambiente brasileiro (FISCHER, 1966, p. 343). Cabe ressaltar que o autor se preocupa em deixar claro que se trata de uma minoria que defende a conservação da cultura alemã no Brasil, e não de todo um grupo social que defende a mesma idéia. Por outro lado, é importante lembrar que esta “minoria” que defende a conservação cultural é constituída, geralmente, por pessoas que representam lideranças políticas nas localidades de colonização alemã no país, as quais acabam por fomentar um consenso em todo um grupo social, que aceita pacificamente os argumentos destas lideranças.

Ao abordar o ponto de vista “brasileiro”, sustenta que este não condena a conservação da cultura em si, mas o isolamento social dos alemães por aquela provocado (FISCHER, 1966, p. 343). Quando, todavia, escreve a respeito do ponto de vista “alemão”, expõe todas as ambigüidades e discordâncias entre os próprios grupos de descendentes, divididos entre a “minoria” e a “oposição”. Como exemplo de discordância, Fischer aponta o argumento da “minoria”, a qual defende a idéia de que, com a conservação da língua alemã, conservar-se-iam também as virtudes alemãs. O autor contrapõe esta frase com o seguinte raciocínio da dita “oposição”:

Quando se pergunta: quais são, afinal, as virtudes dos alemães [...] ?, receber-se-á resposta um tanto sinuosa: por exemplo, a grande disciplina, a lealdade, a pontualidade e a perseverança. [...] Mas a disciplina não é uma qualidade do caráter, e sim o resultado da educação. [...] E não se esqueça de que foi exatamente

a famosa disciplina levada ao extremo, que impeliu o povo alemão para os braços de Hitler, e conseqüentemente para a guerra e para a ruína (FISCHER, 1966, p. 352).

Afirmções como estas, que poderiam fazer parte de acalorados debates ocorridos na época, são visíveis atualmente apenas em trabalhos como o de Fischer, que se tornaram exceção dentro dos chamados “estudos teuto-brasileiros”. É possível notar, destarte, como a estratificação de saberes acerca do teuto-brasileiro é conseqüência de um processo de seleção minuciosa de enunciados, que procuram manter um perfil estereotipado do teuto, excluindo todo e qualquer argumento desviante do estereótipo da vítima pacífica e disciplinada, injustiçada pelo Governo nacional.

De qualquer maneira, o autor destaca, ao final de sua análise a respeito do ponto de vista “alemão”, que este é “um ponto de vista sumamente problemático para os próprios alemães” (FISCHER, 1966, p. 354), uma vez que não há sequer um pensamento consensual, advindo de um conjunto mais amplo de representantes deste grupo social.

Na última parte de seu artigo, analisa os três pontos de vista, ponderando que o “brasileiro” possui lógica fundamentada, que o da “oposição” alemã é baseado em um raciocínio frio e que carece de lógica, ao passo que o da “minoría” alemã tem um “caráter indubitavelmente romântico” (FISCHER, 1966, p. 354) e, portanto, pouco aplicável na vida moderna. Quanto à relevância da preservação da cultura alemã no Brasil, questiona o nível cultural transmitido pelos imigrantes alemães a seus descendentes no país:

[...] sendo aquelas camadas alemãs na sua maioria formadas e compostas por elementos de aspirações culturais bem modestas, as manifestações da cultura alemã por eles 'conservada' e cultivada, não passaram e não passam de ínfima mediocridade (FISCHER, 1966, p. 355).

Esta constatação do Prof. Fischer se coaduna com a afirmação de Egon Schaden, proferida neste mesmo colóquio, de que a leitura e a escrita são, quando muito, atividades secundárias entre os teuto-brasileiros, e que não havia um interesse especial deles quanto à instrução dos filhos. Desta forma, pode-se inferir que os valores da “cultura alemã” que a “minoría” teuta pretende conservar não estão ligados a um maior grau de instrução ou à participação consciente na sociedade, mas sim, àqueles princípios que procuram manter um padrão pacífico, laborioso e facilmente governável entre os descendentes de alemães no Brasil.

Por último, coloca que a tarefa não consiste em “conservar” a cultura alemã, mas de transmitir os valores da cultura alemã ao Brasil, pela via do intercâmbio cultural entre os dois países, mediante os Institutos Culturais Brasileiro-Alemães como instituições profissionais mais adequadas para este processo (FISCHER, 1966, p. 356).

Martin Fischer é, como se pode analisar de seu trabalho, uma exceção dentro do quadro de apologia e de conservação da cultura teuto-brasileira, insistentemente repetida por um grande número de pesquisadores que apresentam seus artigos no I Colóquio. Apesar de não ser um antagonista da “cultura teuto-brasileira” – porque defende a atividade de intercâmbio cultural Brasil -Alemanha – não se pode afirmar, da mesma forma, que seja um apologista. Revisar publicações de trabalhos como a do Prof. Fischer podem trazer, indubitavelmente, elementos para se questionar a existência de um consenso entre os estudiosos do grupo teuto-brasileiro na década de 1960.

Em um pequeno texto, anexo ao dos anais do I Colóquio, foi publicada uma deliberação, assinada por Egon Schaden, Artur Hehl Neiva e Emílio Willems, cujo título é Critérios para a

conceituação das colônias sob o ponto de vista do seu êxito ou insucesso. Esta comissão, notoriamente formada por renomados estudiosos da área de ciências humanas no Brasil, todos reunidos neste evento, deliberam acerca de alguns conceitos para serem incorporados à legislação relativa à colonização. A comissão aceita, como critério de êxito ou insucesso de uma colonização, o disposto no art. 46 do decreto-lei n. 7967, de 18 de setembro de 1945, que afirma: “Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais” (COLÓQUIO..., 1966, p. 357). Acrescem, a esta conceituação, que tais critérios devem se aplicar exclusivamente a uma colonização agrícola, cuja comunidade sobreviva através das gerações sucessivas, que haja assistência governamental ao colono, e que os investimentos realizados na colonização sejam recuperados, com os respectivos juros (COLÓQUIO..., 1966, p. 358). A comissão delimita, portanto, de modo bastante restrito, o que deve ser uma colônia bem-sucedida no país. A necessidade de se manterem os núcleos coloniais essencialmente agrícolas, bem como a obrigatoriedade da assistência ao colono, marcam uma preocupação do grupo deliberador em garantir que as colônias não se tornarão núcleos urbanos, da mesma maneira em que os colonos jamais saiam da agricultura e do imobilismo social, visando ainda a necessidade de lucro para o Governo. Ações políticas como a da comissão do I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros acrescentam elementos para se territorializar a identidade “teuto-brasileira” em torno de características politicamente inofensivas, que não ofereçam ameaças ao bom governo das populações emudecidas e que ainda tragam uma boa margem de lucro para os cofres públicos. Momentos singulares como este marcam a construção conceitual do “teuto-brasileiro” como o excluído exemplar, aquele que tem muito a contribuir ao Brasil com seu trabalho e sua lealdade,

desde que não haja críticas e questionamentos ao sistema vigente.

Além disso, uma das resoluções do I Colóquio é a de que se acentuem as comemorações das efemérides que marcam a chegada dos primeiros colonos alemães em cada localidade, recordando “o esforço e o trabalho dos pioneiros germânicos no Brasil” (COLÓQUIO..., 1966, p. 359). A construção de uma memória local e regional da colonização alemã no Brasil é um modo de inculcar na população a necessidade de se comemorar e memorizar a influência e a relevância da imigração alemã na constituição de diversas localidades da nação brasileira.

É possível notar, após esta exposição dos temas e abordagens do I Colóquio, que este é um evento no qual, pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, comenta-se de modo positivo sobre os imigrantes alemães e descendentes no Brasil. O esquecimento do nazismo e dos movimentos políticos mais radicais de cunho racista na região Sul, assim como a ênfase exacerbada na ética do trabalho, na lealdade e no conservadorismo entre os descendentes de alemães no país, marcam um momento singular na constituição do conceito de teuto-brasileiro como uma realidade cultural comprovável e politicamente aceitável, devidamente incorporada ao pacífico “mosaico cultural” da nação brasileira. Em outras palavras, o I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros é um momento em que se institucionaliza um discurso relativo ao teuto-brasileiro, onde se selecionam diversos enunciados e se lhes atribuem um novo significado, politicamente abrandado e que possibilita uma fácil administração populacional. Mesmo havendo constatações polêmicas em alguns estudos, estas foram colocadas em um plano inofensivo, diante da característica e dos objetivos do próprio evento.



## 2.2. Entre o I e o II Colóquios: a ênfase na contribuição teuta ao desenvolvimento econômico regional e o elogio de Gilberto Freyre à pequena propriedade

Após o I Colóquio, período coincidente com o início da ditadura militar no Brasil, inicia-se um novo deslocamento do problema “teuto-brasileiro”, da ênfase na contribuição cultural para a relevância no *desenvolvimento industrial*, sobretudo nas regiões de colonização alemã do Sul. Estudos ligados à área da Geografia Humana e Econômica procuram explicitar a formação *sui generis* deste quadro, não encontrado no resto do país.

Um primeiro exemplo desta abordagem está na pesquisa de Armen Mamigonian, então professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada *Estudo geográfico das indústrias de Blumenau*. Mamigonian, que compareceu ao I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, publica este trabalho – resultado de uma tese de doutorado em Estrasburgo – em 1965 na Revista Brasileira de Geografia, o que leva a concluir que teve visibilidade de alcance nacional.

O autor inicia seu trabalho com uma afirmação que chamava a atenção das autoridades governamentais catarinenses na década de 1960: “Santa Catarina não possui atualmente uma metrópole regional e suas regiões são muito independentes e muito distintas umas das outras, em razão dos diferentes tipos e épocas de povoamento” (MAMIGONIAN, 1966, p. 389). Em uma época marcada por um conceito de desenvolvimento diretamente relacionado à indústria, a capital, Florianópolis, não possuía um parque industrial que pudesse atrair trabalhadores de outras regiões do Estado. Ademais, mesmo que o autor estivesse centrado em uma pesquisa de Geografia Humana e Econômica, a comparação que estabelece, implicitamente, entre a colonização alemã de Blumenau e o povoamento luso-brasileiro da capital, é o emprego de um

enunciado útil para diagnosticar o que seria o principal motivo da estagnação da capital catarinense. Cabe ressaltar que uma das leituras de base deste estudo é o artigo de Leo Waibel (1979), um dos primeiros trabalhos redigidos acerca do assunto sob o ponto de vista da Geografia. Destarte, Mamigonian repete a comparação que Waibel faz entre colonização alemã e povoamento luso. A depreciação do “luso”, fundamentada geograficamente pelo povoamento desregrado, é a condição *sine qua non* para dar visibilidade ao “teuto” como exemplo a ser seguido pelo Brasil subdesenvolvido.

Por isso, ressalta a existência de três zonas industriais em Santa Catarina, fora da região da Grande Florianópolis: as “zonas de colonização alemã”, a “zona do carvão” e a “zona pioneira do oeste”. Sua preferência em analisar as zonas de colonização alemã, mormente Blumenau, está na constatação que estas regiões “constituem as zonas mais industrializadas e as mais ricas de Santa Catarina” (MAMIGONIAN, 1966, p. 390), sendo que Blumenau ocupa a posição de décimo centro têxtil no Brasil em 1956 (MAMIGONIAN, 1966, p. 393).

No entanto, faz uma ressalva em relação às possíveis origens artesanais da industrialização das regiões de colonização européia no Brasil meridional. De acordo com uma citação que faz do trabalho de Jean Roche (1969), onde conclui que “todos os artesanatos não deram seqüência à indústria e todas as indústrias não conheceram, no início, uma etapa artesanal” (MAMIGONIAN, 1966, p. 394), contrapõe, deste modo, os argumentos expostos por autores como Willems (1980) e Oberacker (1968), que insinuam haver uma relação direta e linear entre artesanato e industrialização nas regiões de colonização alemã no Brasil. Por outro lado, sustenta que, de qualquer forma, há uma “riqueza” artesanal das regiões de colonização européia, em

oposição à “pobreza” no povoamento escravocrata predominante no Brasil (MAMIGONIAN, 1966, p. 394), onde estabelece novamente uma clara comparação entre os dois modelos.

Quando narra um histórico da colonização alemã de Blumenau, enfatiza a *integração social* entre seus habitantes, afirmando que: “Assim, de uma maneira original, o povoamento de Blumenau conduz a pensar numa grande família por seu alto grau de coesão étnica” (MAMIGONIAN, 1966, p. 395). Os argumentos que caracterizam a integração social e familiar como uma das bases do sucesso da industrialização das regiões de colonização alemã no Sul estão presentes em vários estudos posteriores, que frisam na identidade cultural a causa do sucesso econômico.<sup>53</sup>

A ênfase na “grande família” é tão acentuada que chega a ponto de afirmar:

[...] podemos concluir que o tipo de colonização favoreceu numa medida importante a industrialização de Blumenau. [...] este tipo de colonização criou um mercado de consumo relativamente amplo, graças à divisão social do trabalho e ao nível de vida, bem superior à média brasileira e repartido mais ou menos uniformemente entre dados os habitantes: a estrutura social e econômica era bastante democrática (MAMIGONIAN, 1966, p. 398).

A existência de um verdadeiro oásis desenvolvido e igualitário em Blumenau, assim como em outras regiões de colonização alemã no Sul, onde reinaria uma perfeita integração social, um alto nível de vida e uma notável distribuição de renda entre seus habitantes, contrasta com a observação que Egon Schaden faz da formação de classes intra-étnicas no interior das colônias.<sup>54</sup> A

53 Cf. Hering (1987). Os estudos que ressaltam a integração social entre os descendentes de imigrantes, através de uma cadeia histórica linear que retoma as origens da imigração para o Brasil, é estudo recorrente entre vários autores, os quais reforçam ainda mais esta característica da “grande família”, embora não tenham utilizado esta expressão de Mamigonian, um tanto exaltada para um trabalho acadêmico.

54 Ver capítulo I, ou Schaden (1956).

comparação que estabelece com os abismos sociais do Brasil escravista não pode servir de critério para concluir que naquelas regiões haveria uma espécie de idílio social.

De qualquer forma, Mamigonian continua seu trabalho, abordando desta vez o perfil dos capitalistas que se estabeleceram na indústria em Blumenau e, após fazer um registro individual dos principais empresários, conclui que eles eram “capitalistas sem capital” – nas palavras de Ernesto Stodieck Jr. – e que tinham espírito de iniciativa como compensação de seus poucos recursos financeiros (MAMIGONIAN, 1966, p. 404). Os enunciados que realçam o *empreendedorismo* dos imigrantes alemães no Sul brasileiro, já presentes em Oberacker (1968), continuam a ser afirmados e repetidos, de modo que a inclusão do teuto-brasileiro se faça praticamente através da ética do trabalho.

Após fazer toda uma análise pormenorizada da dinâmica industrial de Blumenau, o autor repete três vezes em suas conclusões a relação entre colonização alemã e desenvolvimento:

Evidentemente, o povoamento alemão é o responsável direto ou indireto, porém se bem que a paisagem blumenauense esteja longe de se parecer às da Dinamarca, Suíça e regiões do Reno, pode-se dizer que pertence sobretudo ao tipo europeu. [...] De origem alemã, Blumenau beneficiou-se de uma estrutura social e de uma experiência industrial que ajudou muito a gênese e o desenvolvimento de suas indústrias. [...] Blumenau pertence à série de centros industriais nascidos da colonização alemã no Brasil Sul, vitoriou-se graças ao fator trabalho, guarda sua autonomia financeira e seus grandes estabelecimentos aí coexistem com os médios e os pequenos, dominando a produção (MAMIGONIAN, 1966, p. 477).

Armen Mamigonian, profissional da área da Geografia, reitera o que Leo Waibel, seu predecessor, afirmou em 1949 sobre a uniformidade e coesão étnicas como causas do sucesso da colonização alemã no Sul. Entretanto, relaciona desta vez a manutenção da identidade étnica ao

*desenvolvimento industrial*, sem dar margem a possíveis insucessos na agricultura, apontados por Waibel.<sup>55</sup>

A repetição exaustiva de um grupo muito restrito de enunciados faz com que o trabalho de Mamigonian ainda seja referência acadêmica na atualidade – apesar de pouco comentado – formalizando um conhecimento acerca da história do sucesso de Blumenau, cuja cidade é ainda hoje lembrada como pertencente ao “Vale Europeu” e “pérola do desenvolvimento catarinense”.<sup>56</sup>

Outra questão tratada no interstício entre o I e o II Colóquios remete-se à apresentação que Gilberto Freyre faz da 2ª edição do livro *A Contribuição teuta à formação da nação brasileira*, de Oberacker, em sua 1ª edição no idioma português. Freyre escreve este pequeno texto em agosto de 1966, sendo publicado apenas em meados de 1968 no Brasil.

O que torna esta apresentação importante entre os estudos acerca do teuto-brasileiro está – além dos elogios que o sociólogo de Apipucos faz ao livro de Oberacker, após as discordâncias do início da década de 1940 – na reiteração que faz dos argumentos afirmados no discurso inaugural do I Colóquio, marcando um período de definitiva conciliação entre os dois intelectuais quanto à contribuição do teuto à nação brasileira.

---

55 Ver capítulo 1 do presente trabalho, ou Waibel (1979). O perigo da “caboclicização”, que Waibel denuncia em seu artigo, estaria no fato de não haver uma manutenção de identidade étnica entre os colonos agricultores, que teriam a “regressão” como principal consequência.

56 A tese de doutorado de Maria Luiza Renaux Hering, publicada em Blumenau no ano de 1987 sob o título de *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, é um estudo feito sob os mesmos moldes conceituais de Mamigonian, assim como de outros autores que se debruçaram acerca do assunto. O trabalho de Renaux Hering é referência nos estudos atuais a respeito do desenvolvimento industrial do Vale do Itajaí, fundamentado unicamente no pensamento empreendedor do empresariado de origem alemã e na coesão étnica de seus habitantes em um “isolamento regional”, formando um modelo próprio de desenvolvimento. Ver capítulo 3, ou Hering (1987).

No início de sua apresentação, Gilberto Freyre explicita a característica de seu apoio ao teuto na cultura nacional:

Partindo de um brasileiro que descende de gente quase toda ibérica, fixada há longo tempo no país, á idéia da sistemática desses estudos não se pode associar nenhum germanismo sectário que pretendesse opor-se, sob o aspecto de “teuto-brasileiro”, à estrutura ibérica ou lusitana em que se fundam, no Brasil, cultura e sociedade pan-brasileiras, nacionais, gerais, tendo a língua portuguesa como sua língua transregional [...] Trata-se de objetivo diferente: o da valorização do elemento germânico ou alemão ou teuto na cultura e na sociedade brasileiras como elemento com que se vem as duas enriquecendo, dentro daquela estrutura (OBERACKER, 1968, p. 13).

Para o autor do prefácio, o conceito de “teuto-brasileiro” ainda possuía a conotação dos movimentos sectários da década de 1930, apesar de haver tido, neste meio tempo, um deslocamento radical de seu significado.

Todavia, Freyre faz algumas observações ao trabalho de Oberacker que lembram o passado de discordâncias. Em primeiro lugar, escreve que: “Num ou noutro ponto, talvez resvale o autor – e ele próprio parece concluir sua obra resguardando-se dessa possível parcialidade – num ou noutro exagero apologético” (OBERACKER, 1968, p. 15). Em segundo lugar, atenta para o cuidado de

não desdenhar-se de tal modo do esforço de portugueses e de brasileiros, [...] que se chegue até a negação ou à omissão de arrojos pioneiros [...] Omissão de que não seria justo acusar-se o Dr. Oberacker que conclui seu livro, observando não lhe ter sido possível 'reconhecer, como seria mister, as realizações fundamentais dos portugueses' (OBERACKER, 1968, p. 16).

É importante lembrar que a ressalva feita por Oberacker na conclusão de seu livro, a qual destoa de todo o conjunto de sua pesquisa, é o argumento-chave para que seja reconhecido no seio da intelectualidade nacional.<sup>57</sup>

No entanto, estes “exageros apologéticos” que Freyre levanta no livro de Oberacker são colocados em segundo plano, pois a concordância entre ambos é objetivo prioritário.

Em outra parte do texto, o sociólogo pernambucano concorda com um dos enunciados mais repetidos a partir da geração de Oberacker: a valorização da pequena propriedade entre os imigrantes alemães no país.

Aspecto importante da influência alemã sobre a vida brasileira é o que o Dr. Oberacker com acerto salienta a propósito das relações entre escravidão e imigração: o de ter o sistema de colonização baseado na pequena propriedade – o alemão, tão lucidamente estudado, em seu aspecto rio-grandense-do-sul pelo Professor Jean Roche – ter criado no Brasil nova camada social 'absolutamente independente dos engenhos e pecuaristas, podendo assim atuar revolucionariamente em sentido social, sem que houvesse tal intenção' (OBERACKER, 1968, p. 16).

Nota-se, assim, como a concordância de Freyre com um dos principais argumentos de Oberacker é momento singular dentro do campo enunciativo das ciências humanas brasileiras, territorializando a contribuição do teuto na *valorização da pequena propriedade* e na ética do trabalho.

Desta maneira, a apresentação de Gilberto Freyre marca, portanto, o início das organizações do II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, a ser realizado na cidade de Recife, cidade do sociólogo, onde o estreitamento dos laços entre “lusos” e “teutos” se fortalece ainda mais.

---

57 Ver o capítulo I do presente trabalho, ou Oberacker (1968, p. 520).

### 2.3. O II Colóquio: a ida a Recife, terra de Gilberto Freyre

O II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros realiza-se entre 5 e 10 de abril de 1968, em Recife, sob os auspícios da Universidade Federal de Pernambuco. A presença de várias autoridades brasileiras e alemãs, e de intelectuais, como Egon Schaden, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, marcam a importância do evento. A ausência de Willems, a partir do segundo colóquio, não possui um motivo que seja possível afirmar. Destes autores, o único cuja participação não foi publicada nos anais do colóquio foi Buarque de Holanda, cabendo apenas uma nota de Freyre confirmando sua presença no evento (COLÓQUIO..., 1974, p. 11).

A característica deste segundo colóquio é a de apresentações de trabalhos com temas mais relacionados a biografias de alemães e teuto-brasileiros célebres, educação primária, relações diplomáticas e de intercâmbio cultural entre Brasil e Alemanha, figurando poucos artigos com estudos mais ligados ao papel do teuto na sociedade brasileira.

Portanto, serão destacados os trabalhos deste evento que mantêm a mesma linha de debate dos estudos anteriores, de modo a perceber se há a manutenção e conservação de uma unidade discursiva nestas pesquisas sobre o teuto-brasileiro em relação ao I Colóquio.

Egon Schaden, conhecido como o continuador de Emílio Willems em sua abordagem antropológica do teuto-brasileiro, escreve desta vez um artigo, com o título de *O estudo sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil*, onde continua o debate acerca do assunto.

Apesar do objetivo de seu artigo ser, conforme suas palavras, o de “destacar alguns pontos a título de sugestões para pesquisas” (SCHADEN, 1974, p. 168), Schaden põe alguns argumentos



contundentes em seu escrito. Em primeiro lugar, relembra e reafirma o pioneirismo de Willems em ter estudado os imigrantes alemães no Brasil (SCHADEN, 1974, p. 154), onde delimita a importância do trabalho do antropólogo – sua área de atuação intelectual – nos estudos que estabelecem um saber sobre o teuto-brasileiro.

Em seguida, afirma ser

necessário ir mais longe do que o faz Emílio Willems na conceituação e na análise estrutural e funcional da 'cultura teuto-brasileira'. Deve-se investigar até que ponto é válida a concepção de uma cultura teuto-brasileira, suficientemente integrada e configurada para, por assim dizer, levar o teuto-brasileiro a superar a situação de homem marginal (SCHADEN, 1974, p. 156).

Se, em um primeiro momento, a assertiva de Schaden parece questionar a existência de uma “cultura teuto-brasileira”, por outro lado, faz com que seja este o motivo para se intensificarem os estudos acerca do tema, a partir dos problemas da gênese, natureza e dissolução da dita cultura (SCHADEN, 1974, p. 156-158). Pode-se notar que o principal problema de Egon Schaden é, ainda, analisar a superação da “marginalidade” deste grupo, bem como sua integração sem conflitos à sociedade brasileira, e não pôr em dúvida os trabalhos acadêmicos realizados desde seu antecessor, Emílio Willems.

Em terceiro lugar, aponta que têm sido pouco estudadas as atitudes e reações da população majoritária luso-brasileira diante da heterogeneidade cultural do país (SCHADEN, 1974, p. 158). É possível perceber, novamente, como o antropólogo catarinense realiza uma clara oposição entre “teutos” e “lusos”, colocando estes últimos no papel de população “majoritária”, com uma conotação opressora. Ainda neste assunto, cita Gilberto Freyre como “um dos portavoices mais representativos da posição luso-brasileira” (SCHADEN, 1974, p. 159), de modo a

exemplificar os estudos realizados a partir da ótica dita “majoritária”. Não parece que a cooptação do sociólogo pernambucano para a causa teuto-brasileira tenha sido totalmente pacífica e sem trocas de afirmações um pouco mais exaltadas de outros autores.

É curioso como Schaden realiza a vinculação discursiva entre o teuto-brasileiro como minoria, ao mesmo tempo em que sustenta a idéia de que “a grande maioria dos imigrantes não trouxera da pátria de origem nenhuma tradição política” (SCHADEN, 1974, p. 160). Mais uma vez, a antropologia cultural delimita claramente os territórios da cultura e da política, como se não existisse nenhuma ligação entre ambas. Para realçar sua colocação, acrescenta que

As condições de vida nas colônias não lhes proporcionavam nenhum estímulo para qualquer participação na vida pública, de âmbito nacional ou estadual [...] A vinculação com a vida política do país conseguiu-a o teuto-brasileiro através da organização administrativa das colônias pela criação de distritos e municípios (SCHADEN, 1974, p. 161).

O fato de existir um isolamento social das colônias alemãs no Brasil não se pode atribuir unicamente à cultura dos imigrantes, mas sim ao próprio Governo brasileiro, que sempre incentivou a formação de colônias agrícolas isoladas das grandes cidades desde o século XIX. Portanto, a inexistência de uma “tradição política” entre os teutos não pode ser a causa do isolamento, mas apenas a sua conseqüência. Além disso, a regionalização do alcance político do teuto-brasileiro é a inscrição discursiva de um enunciado, o qual fomenta uma prática de recolhimento da capacidade política entre imigrantes e descendentes. Estes grupos que, por um lado, precisam esquecer o nazismo como incentivador dos separatismos racistas de outrora, devem, por outro lado, preservar sua “cultura” para alavancar o progresso de suas localidades e municípios, ainda que a experiência nazista não tenha sido erradicada de seus costumes e modos

de pensar. Isto leva a refletir que o processo de desnazificação das populações de imigrantes alemães e descendentes, estabelecidas sobretudo nos Estados do sul do Brasil, tenha sido *incompleto e seletivamente canalizado* para um alcance político invisível aos olhos dos organismos internacionais de paz, pela via da *regionalização* de sua participação política. Cabe acrescentar que as instituições internacionais de desenvolvimento, formadas no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, têm como base promover o esquecimento dos fascismos da política ocidental.

Continuando a exposição dos argumentos de Egon Schaden, ele defende o início de um “despertar político” entre os teuto-brasileiros, como decorrência do desenvolvimento econômico da região Sul do país, uma vez que, conforme o autor, “não podia ter sentido uma política teuto-brasileira que atuasse à margem do sistema político geral do país” (SCHADEN, 1974, p. 163). A relação que o autor estabelece entre participação política e desenvolvimento econômico entre teuto-brasileiros é um recurso discursivo muito útil para afastar a continuidade do papel do nazismo na constituição das diversas localidades de colonização alemã no país, uma vez que se destaca a pujança econômica em detrimento do racismo político. Curiosamente, Schaden (1974, p. 164, grifo nosso) complementa:

[...] não se pode falar da existência de uma política teuto-brasileira como de algo que se distinga da política nacional como um todo. Nesta, o elemento teuto se integrou nos últimos vinte ou vinte e cinco anos, isto é, no período decorrido desde a última guerra, por meio de um processo espontâneo, **quase sem conflitos**, e que está à espera de um sociólogo que o queira estudar.

A extrema preocupação em frisar a ausência de conflitos e a integração pacífica do teuto à sociedade brasileira está, mais uma vez, no interstício aberto entre a cultura e a política, ao mesmo

tempo em que o autor defende a posição do Movimento 25 de Julho – ao qual pertenceram pessoas filiadas ao NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães) na década de 1930 – como essencialmente *apolítico* (SCHADEN, 1974, p. 164, grifo nosso).

Assim, Egon Schaden termina sua participação no II Colóquio, com outras sugestões de temas para estudos futuros e com a reafirmação de seus argumentos em defesa da “cultura teuto-brasileira”, a qual considera apolítica e pacificamente integrada à nação.

Jean Roche aparece novamente no cenário dos estudos teuto-brasileiros, desta vez, desenvolvendo um tema já enfocado em seu livro de 1959. Seu artigo *Qual foi a causa fundamental do êxito da colonização alemã e várias regiões do Brasil?* é um estudo que procura responder uma questão crucial para inscrever o teuto-brasileiro no cenário nacional como o continuador do processo civilizador branco da nação brasileira.

Apesar da contribuição econômica ser sempre lembrada como causa do sucesso da colonização alemã no Brasil, pela via da pequena propriedade fundiária, Roche sustenta que a causa do êxito da colonização não foi a sua vocação agrícola em pequenas propriedades, mas sim foi a de ter “originado quase que instantaneamente uma densidade populacional elevada, ou pelo menos, relativamente forte. [...] E suficientemente forte para contribuir a uma imediata organização do espaço regional” (ROCHE, 1974, p. 189). Ao lado desta afirmação, o professor francês acrescenta que, por isso, deve-se “revisar a idéia geralmente admitida do isolamento das colônias como causa das dificuldades econômicas ou do seu enquistamento étnico” (ROCHE, 1974, p. 194). A apologia da imigração alemã no Brasil, para Roche, dá-se em duas frentes: por um lado, a contribuição alemã estaria na densidade populacional originada das colônias – o que teria propiciado o aumento da população branca nacional, em contraponto às populações

indígenas e negras – e não na pequena propriedade; por outro lado, se a manutenção de um relativo isolamento nas colônias fomentou o aumento da densidade populacional, as teorias do “enquistamento étnico” cairiam por terra. Parece que esta conclusão de Roche pretende enterrar o passado de escaramuças entre “teutos” e “lusos”, quando estes acusavam o enquistamento étnico como uma ameaça à integridade nacional. O isolamento social dos teutos teria sido, pelo contrário, a *causa de seu êxito* colonizador.

Roche reforça, portanto, seus argumentos publicados em seu livro de 1959 – A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – em meados da década de 1960, apontando a problemática da colonização estrangeira no Brasil como um fenômeno populacional e não meramente de ocupação territorial.<sup>58</sup> Desta maneira, o professor Roche acaba por absolver novamente os teuto-brasileiros do crime de enquistamento no tribunal da História, deixando espaço livre para o reconhecimento nacional do exemplo teuto.

Como a tão esperada participação de Gilberto Freyre no II Colóquio se restringe a dois estudos tangenciais – um acerca das relações de intercâmbio cultural entre Brasil e Alemanha, outro em que faz uma exposição de um arrazoadado de teuto-brasileiros célebres (FREYRE, 1974, p. 455-492; p. 493-506) – não se detendo, portanto, ao assunto da integração do teuto-brasileiro ao cenário nacional, o último artigo que discute significativamente o teuto é o de Manfredo Berger, *Afunção da Igreja no processo de aculturação dos teuto-brasileiros*.

Berger inicia seu estudo discutindo a marginalização do teuto-brasileiro, através de um artigo de Egon Schaden (1954), o qual retoma o conceito de cultura marginal, utilizado por Emílio Willems na década de 1940. Assim introduz seu trabalho, que pretende “inquirir as razões

---

58 Esta abordagem já se encontra nos estudos de Artur Hehl Neiva, realizados em 1944, embora o assunto tenha sido aprofundado por Roche a partir de 1959. Ver capítulo 1, ou Neiva (1944) e Roche (1969).

da marginalização e o porquê da resistência à aculturação, principalmente sob o ponto de vista das instituições religiosas” (BERGER, 1974, p. 520).

Como o estudo do autor está centralizado no papel da Igreja, mormente a evangélica luterana, os enunciados que relacionam religião, cultura alemã e espírito coletivo tomam lugar no II Colóquio, inaugurando ao público nacional mais uma linha de pesquisa entre os “estudos teuto-brasileiros”, a qual será retomada por vários autores nas décadas seguintes.<sup>59</sup>

Por isso, Berger enfatiza que

Para os adeptos de igrejas evangélicas luteranas a religião não só foi o elemento mais importante na conservação da cultura, mas, como pretendemos mostrar, representou até certo ponto uma barreira ao processo de aculturação (BERGER, 1974, p. 521).

Religião e conservação da cultura são elementos muito atraentes para a formalização de um saber acerca do teuto-brasileiro, de modo a separar qualquer eventual relação com a experiência nacional-socialista na Alemanha, fazendo com que a identidade teuto-brasileira esteja territorializada na comunidade religiosa, e não em movimentos políticos de fundamento racista. Tal argumento é tão pertinente ao autor que este chega a afirmar a existência de um natural espírito comunitário entre os teutos:

Quando surgiu a oportunidade, ou melhor dito, a necessidade de contatos mais intensos com a sociedade brasileira, já havia entre os teuto-brasileiros uma consciência coletiva, um estado de espírito generalizado, que refletia as condições objetivas do grupo, influenciado principalmente pela religião, em cuja bagagem se infiltrara o germanismo (BERGER, 1974, p. 522).

---

59 Ver capítulo 3, ou Dreher (1984) e Klug (1994, 1997).

Para colaborar com tal afirmação, utiliza o conceito de *comunidade*, de Max Weber, para caracterizar a “solidariedade subjetiva” dos imigrantes e descendentes (BERGER, 1974, p.524). É possível notar como o estudo do teuto-brasileiro nas ciências humanas caminha lado a lado com a introdução dos conceitos weberianos no Brasil.<sup>60</sup>

Todavia, Berger não expõe apenas as vantagens da religião evangélica luterana para a conservação da cultura, mas também aponta um problema essencial advindo desta organização religiosa: a extrema dependência institucional da Alemanha.

Com a institucionalização da relação de dependência criaram-se grandes dificuldades para que o evangélico luterano, vindo da Alemanha para o Brasil, se tornasse um evangélico luterano brasileiro. [...] Posteriormente o processo de alienação foi aumentando paralelamente às mudanças políticas na Alemanha, chegando até ao ponto de confundir protestantismo com germanismo (BERGER, 1974, p. 527).

Qualquer evidência de aproximação política com a Alemanha é, neste momento, ainda constrangedora para ser abordada, uma vez que estava se procurando esquecer a influência do nazismo entre os imigrantes alemães e descendentes no Brasil. A confusão de protestantismo com germanismo parece ser, ainda na década de 1960, algo muito delicado.

Por outro lado, Berger procura ressaltar os esforços entre os teuto-brasileiros em se organizar de modo independente da Alemanha, fazendo uma citação do artigo de Rudolf Becker sobre a formação do Sínodo luterano Rio-grandense, em cujo trabalho está uma conceituação bem clara do estereótipo esperado do teuto-brasileiro:

---

<sup>60</sup> Emílio Willems foi o primeiro pesquisador da área das ciências humanas a introduzir conceitos weberianos para o estudo e caracterização das populações teuto-brasileiras, o qual será imitado por gerações posteriores como exemplo de referencial teórico. Ver capítulo 1 ou Willems (1940, 1980).

Os membros das comunidades sinodais eram, na sua grande maioria, cidadãos brasileiros, por terem nascido no Brasil. Conservam, em grande escala, língua e costumes dos antepassados, mas eram bons cidadãos, porque trabalhavam criando imensos patrimônios econômicos por meio da agricultura, da criação de gado, do artesanato, do comércio e da indústria. [...] Eram trabalhadores pacíficos e nunca organizavam revoluções contra o governo estadual ou federal e deixaram o campo da política aos concidadãos de origem lusa (BECKER, 1957, p. 170-171 apud BERGER, 1974, p. 527).

Continuando, o problema que o autor do artigo aponta para o processo de integração dos teuto-brasileiros evangélico-luteranos é, por conseguinte, a separação entre Igreja e *Volkstum* – termo que julga ser intraduzível, talvez, por achar que este conceito seria impossível entre brasileiros miscigenados, mas que pode ser entendido como um sentimento de pertença a um povo, uma identidade – de sorte que a relação direta entre ambos seria, segundo Berger, a principal causa da “alienação” da igreja evangélica no país (BERGER, 1974, p. 530). Claro que esta constatação é decorrência lógica de sua preocupação em separar a religiosidade teuta da identificação política com a Alemanha nazista.

Mesmo assim, Berger tira deste quadro curiosas conclusões. Como observa que a igreja, com o passar do tempo, está perdendo o controle social sobre os seus membros, conclui que não pode manter a igreja fechada ao povo brasileiro.

Se, há algumas décadas, a igreja tinha como missão reunir os teuto-brasileiros dispersos para agrupá-los em comunidades, hoje só poderá sobreviver abrindo as portas para todos os brasileiros e adaptar-se completamente ao momento histórico em que se encontra o desenvolvimento brasileiro (BERGER, 1974, p. 533).

A isto, acrescenta uma pergunta que fundamenta o argumento da abertura: “Por que a assimilação de seus membros precisa representar uma perda, um fim? Se a igreja é a igreja no mundo, o que interessa que os seus membros falem este ou aquele idioma, pertençam a esta ou



àquela cultura?” (BERGER, 1974, p. 533). Percebe-se que o autor, mesmo defendendo a identidade teuto-brasileira, parece estar mais preocupado com o futuro da igreja evangélica luterana no Brasil.

Manfredo Berger, do Rio Grande do Sul, é o último dos participantes do II Colóquio que publica considerações a respeito do teuto-brasileiro e de seu papel na nação. Então, pode-se inferir que este segundo evento não obteve uma participação substancial de outras autoridades científicas do assunto, como Emílio Willems e Artur Hehl Neiva – talvez devido ao fato do evento ter sido em Recife – mas, de qualquer forma, mantém-se a continuidade dos colóquios como uma maneira de seguir a divulgação dos estudos teuto-brasileiros em nível nacional. As presenças físicas de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda no evento teriam sido os troféus dos demais organizadores do colóquio.

#### **2.4. O III Colóquio: o retorno ao Rio Grande do Sul e a comemoração do sesquicentenário da imigração alemã no Brasil**

O último colóquio de estudos teuto-brasileiros acontece novamente em Porto Alegre – cidade do primeiro colóquio – entre 14 e 18 de outubro de 1974, com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como o Estado sulino foi o epicentro de todos os movimentos políticos e culturais em defesa de uma “cultura teuto-brasileira” desde a década de 1930, o retorno ao Rio Grande do Sul é estratégico para fixar a data-símbolo destes manifestos: o 25 de Julho de 1824 como marco comemorativo da imigração alemã, em memória ao início da colônia São Leopoldo.

E é com este intuito que o primeiro palestrante, Prof. Jean Roche, inicia seu artigo, *Sesquicentenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul – 1824/1974*. Além de celebrar esta efeméride, o autor faz questão de sempre lembrar as principais características desta população, a qual afirma possuir uma fisionomia própria. À guisa de exemplo, arrola três principais características: a coesão familiar, a inteira igualdade inicial entre os imigrantes e auto-constituição de suas elites (ROCHE, 1980, p. 14-16). Quanto à coesão da família, acredita que a célula familiar era a única possibilidade de sobrevivência nas colônias, cujo “trabalho dedicado de todos os seus membros, mulheres e crianças inclusive” foi seu diferencial em relação à sociedade gaúcha (ROCHE, 1980, p. 14). Roche sustenta ainda a formação de uma “democracia rural”, fundamentada na pequena propriedade, na qual a família praticava a livre empresa (ROCHE, 1980, p. 15). Nota-se que o conceito de livre empresa é relacionado diretamente ao de pequena propriedade rural, como se ambos fossem sinônimos. Esta relação conceitual parece interessante para que, mais uma vez, seja possível dizer que o empreendedorismo é característica étnica do teuto-brasileiro, sendo inexistente entre outros grupos no país.<sup>61</sup> No que tange à segunda característica, o autor francês frisa que “todos receberam a mesma superfície de terra e as mesmas vantagens”, gerando uma sociedade com a qual sonharam muitos utopistas (ROCHE, 1980, p. 15-16). A ênfase extremada na igualdade de oportunidades é o fundamento da igualdade liberal, como se não houvesse imigrantes que vieram ao Brasil com estudo mais especializado ou com um pequeno capital inicial.<sup>62</sup> Quanto à auto-constituição de suas elites, afirma que, da “massa originalmente homogênea dos colonos”, surgem diferenciações segundo um critério material, como a entre agricultores e comerciantes, bem como um critério espiritual, através da liderança

---

<sup>61</sup> Este argumento foi defendido timidamente por Oberacker em seu livro *A contribuição teuta...* (OBERACKER, 1968, p.228), mas não foi esquecido por seus continuadores.

do pastor ou do padre nas comunidades (ROCHE, 1980, p. 16-17). A construção de tal narrativa pretende naturalizar as diferenciações entre os imigrantes, como se houvesse o delineamento natural entre aqueles que devem mandar e os que devem obedecer, a partir da total igualdade de oportunidades. Além disso, a auto-constituição de suas elites é um fenômeno questionável, uma vez que a relação com o governo brasileiro e, por conseguinte, o domínio do idioma português, eram condições *sine qua non* para a constituição de um grupo mais favorecido, apesar dos discursos que procuram insistir na idéia que as regiões de colonização alemã tivessem se construído sem nenhum contato ou auxílio do governo brasileiro.

Ao falar em religião, Roche aponta que uma marcante característica dos colonos católicos e protestantes “é sua piedade, a freqüência aos ofícios, suas contribuições a obras filantrópicas, seu respeito pelo ministro do culto, considerado como detentor da autoridade espiritual e moral, como o conselheiro das famílias” (ROCHE, 1980, p. 17). Os enunciados que exacerbam a religiosidade e o respeito à hierarquia figuram novamente na constituição étnica do teuto-brasileiro, conforme a argumentação de Roche.

Na metade de seu artigo, coloca uma pergunta curiosa: “Paradoxalmente, não é por causa de seus sucessos no povoamento e no cultivo das zonas a ela oferecidas, que a colonização alemã provocou problemas para o país de acolhida?” (ROCHE, 1980, p.18). O tom usado neste questionamento leva a concluir que o autor acredita em uma perseguição aos teutos no Brasil por

---

62 Três exemplos podem ser citados, no caso da colônia Blumenau, em Santa Catarina: o fundador, Hermann Blumenau, veio ao Brasil com um montante significativo de capital, além do título de doutor, caso raro entre os imigrantes; Emil Odebrecht, o primeiro engenheiro da região, teve condições de estudar engenharia nos Estados Alemães e retornar ao Brasil, enquanto que a maioria dos imigrantes jamais pôde estudar ou sequer voltar ao país de origem; o empresário têxtil Hermann Hering, apesar de ter constituído sua empresa no Brasil, já possuía conhecimentos específicos na área e obteve capital para iniciar seu negócio, enquanto que o restante dos imigrantes não conseguia sequer pagar, com seu trabalho árduo na agricultura, o preço do terreno que lhes foi arrendado quando da sua chegada à colônia. Cf. Hering (1987).

motivos de provável inveja em relação ao seu sucesso, o que é confirmado na resposta que tece a seguir. No passado, segundo Roche, o problema que os teutos causaram foi de alcance político, uma vez que os colonos se “cansaram de solicitar a igualdade política que tinham desejado [...] mesmo que eles não falassem ainda português e permanecessem ligados ao *Deutschum*” e teriam sido levados pela “sedução do pangermanismo”, enquanto se submetiam à representação política de origem lusitana (ROCHE, 1980, p. 18). O fato de terem ingressado fileiras junto ao pangermanismo e, por conseguinte, ao separatismo e ao nazismo, não pode ser unicamente atribuído ao fato de haver uma ausência do poder público em dar toda a assistência aos teuto-brasileiros, uma vez que houve apoio governamental em muitos aspectos relacionados à imigração e à colonização alemãs no país e, se houve ausência do poder público, ela aconteceu para várias parcelas da população brasileira. Ademais, Roche insinua que foi o caráter aparentemente heróico dos teutos em solicitar a igualdade política que lhes trouxe problemas na época. Maria Rita Kehl, em seu livro *Ressentimento*, afirma que “a busca de reconhecimento reproduz a submissão diante do mais forte” (KEHL, 2004, p. 238), o que aponta para o fato que o teuto-brasileiro, ao solicitar reconhecimento de igualdade política, está apenas reproduzindo e reforçando sua submissão, e não se emancipando dela, ao contrário do que o autor queria insinuar.

Mais adiante, destaca que, com o passar dos anos, o problema político da integração dá lugar a problemas de ordem econômica, uma vez que é constatada nas colônias uma baixa de rendimentos, alta do custo de vida, êxodo rural, etc., pela incompatibilidade de se levar por um longo tempo três fatores que entraram em contradição: a estrutura agrária da pequena propriedade, a alta fecundidade das famílias e a técnica agrícola predominante, de queimadas periódicas (ROCHE, 1980, p. 19-20). O que antes era a receita do sucesso teuto, tornou-se, em

poucas gerações, a causa de sua decadência. Mas, de qualquer forma, Roche não desanima diante desta constatação, por crer que “estruturas agrárias e procedimentos culturais podem ser modificados e aperfeiçoados” e, apesar de tudo, a colonização alemã foi, segundo o autor, um “sucesso total” durante mais de cem anos, pela alta densidade populacional que esta colonização proporcionou ao Rio Grande do Sul (ROCHE, 1980, p. 22). Novamente, o argumento populacional é lembrado por Jean Roche, como em seus estudos anteriores. Cabe refletir ainda que, se a grande contribuição teuta está no aumento da densidade populacional nas regiões de colonização, permanece o argumento racista do embranquecimento para justificar o sucesso da imigração alemã no Sul, e não nos questionáveis argumentos em torno da pequena propriedade ou do trabalho assalariado.

Além da participação de Jean Roche, há neste colóquio a primeira publicação traduzida para o português a partir da tese de doutorado de Gerd Kohlhepp, realizada em Heidelberg em 1968. *Contribuição da população teuto-brasileira ao processo de colonização e ao desenvolvimento econômico do Brasil meridional* é um artigo que resume alguns aspectos essenciais de seu trabalho. Como profissional da área da Geografia Humana, repete alguns enunciados tratados anteriormente por outros pesquisadores da mesma área de atuação, de modo a justificar o sucesso teuto-brasileiro.

Primeiramente, ao abordar os primórdios da colonização alemã no Brasil, sustenta que as iniciativas de colonização provocaram resistência por parte dos fazendeiros, pela iminência do surgimento de uma classe média (KOHLHEPP, 1980, p. 64). Novamente, repete-se o enunciado que iguala colonização alemã à formação da classe média.

Além disso, o autor, inspirado pelos estudos de Leo Waibel, enumera três fatores determinantes da “paisagem cultural do sul do Brasil”: o *tamanho das propriedades*, menores que as dos colonizadores luso-açorianos; o *tipo da divisão dos lotes*, realizado à semelhança do sistema de *Waldhufen*, mas não representando uma mera transferência do sistema alemão; as *formas das povoações*, divididas entre as que realizavam um alinhamento de casas isoladas, ao longo de picadas, ou as que formaram núcleos urbanos planejados na zona rural, chamadas de *Stadtplätze* (KOHLHEPP, 1980, p. 65-67). É possível perceber que o autor, assim como Waibel, tece maiores elogios aos núcleos coloniais que se formaram a partir dos *Stadtplätze*, uma vez que estes se desenvolveram em núcleos urbanos com o passar do tempo.

A seguir, Kohlhepp arrola alguns fatores que impediram a evolução agrícola nestas localidades de colonização alemã, como as terras imprestáveis, a localização isolada, o tamanho muito pequeno das propriedades, etc. (KOHLHEPP, 1980, p. 67) e, por isso, afirma que as migrações internas, ocorridas a partir das colônias, teriam trazido “importantes progressos pela transferência de uma força de trabalho não quebrada” (KOHLHEPP, 1980, p. 68-69), proporcionando o que o autor classifica de *desenvolvimento econômico regional*, termo insistentemente repetido para nomear o processo geral que sucedeu à colonização alemã em várias regiões no sul do Brasil.<sup>63</sup> O termo *regional*, neste caso, é oportunamente utilizado para delimitar o alcance da influência alemã no Brasil, sepultando qualquer possibilidade de aumentar as pretensões da apologia ao teuto-brasileiro para uma escala nacional, lembrando os movimentos

---

63 Alguns pesquisadores que trabalham atualmente a temática do desenvolvimento regional em instituições coincidentemente situadas em cidades oriundas da imigração alemã – como Blumenau (SC) – foram leitores ou alunos de Kohlhepp. (HERING, 1987); (THEIS, 2000); (THEIS; MATTEDI; TOMIO, 2000). Ver capítulo 3 da presente pesquisa.

políticos mais exaltados em defesa de uma cultura teuto-brasileira da década de 1930 e os incidentes ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial.

Na última parte de seu artigo, o geógrafo aborda as particularidades do processo de industrialização no Brasil meridional, situando a influência alemã em traços como o conhecimento industrial, de base artesanal-local, que teria determinado a evolução industrial no sul do Brasil, ou em características pouco mensuráveis, como “espírito pioneiro e perseverança, junto com uma alta concepção do trabalho”, que teriam impulsionado o desenvolvimento de tais regiões (KOHLHEPP, 1980, p. 73). A repetição constante das características ético-morais dos imigrantes alemães e descendentes é a porta de entrada para o reconhecimento nacional de sua contribuição, reforçando que a preservação da sua cultura, em escala regional, é o princípio de seu desenvolvimento.

Kohlhepp marca, assim, sua participação no III Colóquio, entrando em contato com o meio acadêmico brasileiro e deixando influências posteriores no país.

A participação de pesquisadores alemães no colóquio não se resume a Kohlhepp, encontrando, entre outros, os professores Jürgen Schneider – da Universidade de Erlangen-Nürnberg, que realiza um estudo pormenorizado da história da emigração alemã para o Brasil, entre 1815 e 1870 (SCHNEIDER, 1980, p. 77-106) – e Achim Schrader, sociólogo da Universidade de Duisburg, o qual publica o artigo *Da migração de pessoas á transferência de tecnologias: mudanças nas relações entre Alemanha e Brasil*. Schrader faz um arrazoado histórico da colonização alemã no Brasil para reforçar que somente após a Segunda Guerra Mundial teria surgido uma “economia nacional-brasileira”, e que os efeitos da maioria de ascendência alemã devem ser formulados em uma perspectiva regional (SCHRADER, 1980, p. 211). Repete, assim,

os argumentos de Kohlhepp, ao mesmo tempo em que defende que os descendentes de alemães no sul do Brasil podem ser auxiliares no processo de transferência de tecnologias entre a Alemanha e o Brasil (SCHRADER, 1980, p. 211-212), criando novamente uma relação de proximidade e de dependência com a Alemanha, desta vez, alicerçada pela tecnologia. É interessante acrescentar que Schrader, ao definir sociologicamente as populações teuto-brasileiras como minorias, realiza um debate, no qual entram os argumentos defendidos pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth, conhecido como o formulador da teoria da etnicidade mais veiculada desde a década de 1970.<sup>64</sup>

Há também, neste colóquio, a curiosa participação do historiador Walter F. Piazza, conhecido como um dos principais estudiosos do povoamento luso-açórico-madeirense do Estado de Santa Catarina.<sup>65</sup> Em seu estudo, *Modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã*, Piazza rende-se à fórmula *colonização alemã/ modernização*, analisando alguns casos de elites emergentes no Estado de Santa Catarina, oriundas de imigrantes alemães que, “pelo seu trabalho, ascenderam social econômica e politicamente no contexto da vida brasileira” (PIAZZA, 1980, p. 260). Piazza faz um esboço biográfico de exemplos individuais que, conforme o autor, são os que “bem caracterizam o que de mais expressivo houve no processo de modernização, em Santa Catarina”(PIAZZA, 1980, p. 261). Entre os biografados, encontram-se principalmente imigrantes alemães e descendentes que se tornaram empresários bem-sucedidos – como Carl Hoepcke – ou que ingressaram na carreira político-partidária no Estado – como a família Konder. É relevante

64 A utilização dos referenciais teóricos de Fredrik Barth nos estudos relacionados à colonização alemã no sul do Brasil será abordada em um capítulo a parte deste trabalho, com ênfase nos estudos de Giralda Seyferth. Ver Capítulo 3, ou Seyferth (1982).

65 Walter F. Piazza publicou livros e artigos sobre o povoamento realizado a partir de Portugal, Açores e Madeira no litoral catarinense, bem como analisa sua relevância para a formação do Estado de Santa Catarina. Seu estudo mais emblemático sobre o assunto é *A epopéia açórico-madeirense* (PIAZZA, 1992).



frisar que o historiador une o sucesso individual de uns poucos imigrantes a um processo coletivo, como a colonização alemã, afirmando que um fator importante desta modernização está na maioria de imigrantes protestantes em relação ao número de católicos nas principais colônias alemãs de Santa Catarina (PIAZZA, 1980, p. 260). Desta forma, Piazza estabelece uma interpretação da história da colonização alemã no Estado sulino, curiosamente atrelada a inferências que realiza das leituras de Max Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo (PIAZZA, 1980, p. 260), tão caras aos estudos feitos por Emílio Willems desde 1940, e igualmente questionáveis em sua sustentabilidade teórica.<sup>66</sup>

Uma última participação notável no colóquio está no pequeno pronunciamento de Carlos Henrique Hunsche, colega de Carlos Henrique Oberacker Junior nos estudos de Teologia na Alemanha, durante a década de 1930. Em *Presença e integração construtiva do elemento germânico*, Hunsche faz praticamente um resumo do livro de Oberacker e, ao final de seu artigo, pontua algumas considerações a respeito da contribuição alemã no Brasil como grupo étnico. Assinala quatro aspectos já insistentemente estudados e repetidos por outros autores, a saber: a fixação de fronteiras no sul do Brasil; a formação da “democracia rural” através da pequena propriedade; a mudança substancial do conceito de trabalho, trazido pelos imigrantes em oposição ao escravagismo colonial; a conservação dos usos e costumes, mas sentindo-se brasileiros (HUNSCHE, 1980, p. 506-507). Ao falar do problema da integração dos imigrantes e descendentes, o autor afirma que a integração deve ser construtiva, não coletiva (HUNSCHE, 1980, p. 507), lembrando a assertiva de Gilberto Freyre quando do I Colóquio, em 1963, onde este sustenta que o brasileiro ideal de origem não-lusitana seria o bilíngüe, de modo a contribuir

---

66 Ver Capítulo 1.

para o enriquecimento da língua portuguesa (HUNSCHE, 1980, p.508). A relevância da participação de Hunsche neste colóquio está mais em sua presença e pronunciamento, o qual não tinha feito publicamente desde a década de 1930, quando formou o Grupo de Trabalho Teuto-Brasileiro com Oberacker, o que teria suscitado a desconfiança de Freyre em 1940. Fecha-se, assim, o ciclo que teria se iniciado com a discussão entre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Carlos Henrique Oberacker Junior sobre o teuto-brasileiro e sua cultura.

## **2.5. A institucionalização conceitual do teuto-brasileiro como exemplo a ser seguido no país**

Os três colóquios de estudos teuto-brasileiros marcam, entre as décadas de 1960 e 1970, uma nova estratificação de saberes em torno do conceito de teuto-brasileiro. Estes eventos, cuja visibilidade foi de âmbito nacional e até internacional, são de extrema relevância para sedimentar um saber definitivo acerca do teuto, após as polêmicas da Segunda Guerra Mundial. Se, na década de 1940, estudos como o de Emílio Willems não foram amplamente discutidos e reconhecidos à época de sua publicação, já na década de 1960 o teuto-brasileiro ganha visibilidade e dizibilidade suficientes, de modo que haja o reconhecimento coletivo da sua existência como uma realidade cultural no Brasil, devidamente integrada ao “mosaico cultural” nacional, relegando ao esquecimento qualquer eventual ligação destas populações com os movimentos políticos nacionalistas alemães da primeira metade do século XX, mesmo que situada no campo das idéias. As vitrines acadêmicas da cultura teuto-brasileira são, portanto, o ponto de convergência intelectual nacional em torno desta nova espécie de brasileiro. É possível notar, a esta altura, a ênfase extremada dos diversos autores dos três colóquios em um pequeno grupo de enunciados,

como: a “vitimização” teuta diante da “opressão” da população “majoritária” lusa; a necessidade da preservação dos usos e costumes como garantia de desenvolvimento, não permitindo a “caboclicização” dos imigrantes e descendentes; o empreendedorismo, a religiosidade, a ética do trabalho, o respeito à ordem e à hierarquia como características étnicas dos teutos no Brasil; a tendência natural à igualdade, através da “democracia rural” da pequena propriedade fundiária; o aumento da densidade demográfica como causa do sucesso teuto no Brasil.

A unidade discursiva dada a este feixe enunciativo torna possível *essencializar* a identidade teuto-brasileira em um conjunto de características que devem ser tomadas de modo inseparável para o seu reconhecimento como identidade pertencente ao “mosaico cultural” brasileiro – embora sejam dados habilmente escolhidos por um grupo de estudiosos do tema para caracterizar o teuto-brasileiro como cultura própria – tornando-o um exemplo a ser seguido pelo restante do Brasil, marcado pela “herança colonial” e pela condição de país subdesenvolvido. Assim, a integração do teuto-brasileiro não se faz através da *segregação*, mas sim, mediante seu *reconhecimento*, reproduzindo, entretanto, a mesma relação de hierarquia política entre os que devem mandar e os que devem obedecer – isto é, mantendo o teuto em uma posição de obediência patriótica – em um país que passa simultaneamente pela experiência de uma ditadura militar.

Por último, o fato de terem cessado os colóquios de estudos teuto-brasileiros não significa que tenham sido concluídos os estudos acerca do teuto-brasileiro. O conceito passará por novos deslocamentos e análises, fomentando novas abordagens em torno de uma antiga noção.

### Capítulo 3. Após os colóquios: a caracterização de uma permanência identitária teuto-brasileira

Os colóquios de estudos teuto-brasileiros marcam o início de uma produção intelectual mais ampla e, ao mesmo tempo, pormenorizada, sobre os aspectos da imigração e colonização alemães no Brasil. O conceito de *teuto-brasileiro* far-se-á presente, a partir de então, no conjunto de noções e categorias analíticas aplicadas pelos estudiosos que pesquisam o tema.

Durante o último colóquio – ocorrido em 1974 – o Brasil já se encontra em sérias tensões políticas, em torno das práticas defendidas pela ditadura militar. Simultaneamente, vários estudiosos das áreas de ciências humanas – sobretudo da área de Antropologia – trazem ao Brasil concepções debatidas na Europa e Estados Unidos a respeito da relação entre o respeito às minorias étnicas e a prática da democracia.<sup>67</sup>

Ao mesmo tempo, as linhas de pesquisa relacionadas à imigração alemã no sul do Brasil, as quais se formalizam gradativamente em vários programas de pós-graduação no país após os colóquios de estudos teuto-brasileiros – mormente a partir da década de 1980 – instauram, sobretudo, a caracterização de uma *permanência* do teuto-brasileiro como identidade cultural, como realidade mensurável e de grande relevância na definição conceitual das regiões influenciadas pela presença alemã.<sup>68</sup>

Assim, se for dirigido um olhar às várias nuances argumentativas presentes nos usos mais recentes do conceito de teuto-brasileiro, será possível perceber um *deslocamento* de interesses nos

---

<sup>67</sup> Ver, a título de exemplo, a pesquisa de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), pertinente à identidade étnica dos Terena, em seu trabalho intitulado *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. A referência aos trabalhos do antropólogo norueguês Fredrik Barth como base teórica de sua pesquisa é apenas um pequeno exemplo de toda uma geração de intelectuais que produziu seus trabalhos no exterior durante os anos de maior repressão da ditadura militar.

estudos a respeito do assunto. No entanto, o *sul do Brasil*, conceito formalizado por Leo Waibel para medir o alcance geográfico da presença européia – sobretudo a alemã – no país, permanecerá também como principal *locus* da identidade teuto-brasileira no território nacional.

Portanto, os fundamentos conceituais da *permanência da identidade teuto-brasileira*, após as campanhas de nacionalização do Estado Novo, serão o *leitmotiv* de vários estudos atuais acerca da imigração alemã no sul do Brasil.

### 3.1. A identidade teuto-brasileira como expressão da etnicidade: Giralda Seyferth

Giralda Seyferth, atualmente professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lotada no Museu Nacional, pesquisa há mais de trinta anos os aspectos antropológicos da construção e persistência da identidade teuto-brasileira nas regiões de colonização alemã, mormente no sul do Brasil. A partir de sua tese de doutorado, intitulada *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*, defendida em 1976 na Universidade de São Paulo (USP) sob a orientação da antropóloga Ruth Cardoso, expõe os principais pontos de sua interpretação acerca do tema.

A argumentação da autora se insere, inicialmente, em duas questões: em primeiro lugar, na crítica às conclusões de Emílio Willems, fundamentadas no uso dos conceitos de *assimilação* e

---

68 É relevante salientar que os trabalhos produzidos por esta geração de pesquisadores, que se estabelece a partir da década de 1980, tornaram-se referências obrigatórias para os estudos atuais acerca do tema da imigração e colonização alemãs no sul do Brasil. A maioria das pesquisas atuais repete os mesmos modelos interpretativos de pelo menos um destes autores trabalhados no presente capítulo – ainda que seja por deslocamentos e variações dos mesmos conceitos – na medida em que suas conclusões convergem igualmente para o elogio da conservação dos aspectos culturais trazidos pela imigração alemã no Brasil, mesmo reconhecendo a eventual mobilidade das fronteiras étnicas de seus grupos.

de *aculturação* para a análise sociológica das populações imigrantes alemães e seus descendentes estabelecidos no Brasil; segundo, na introdução de categorias provenientes das teorias antropológicas de Fredrik Barth<sup>69</sup> – como, por exemplo, o conceito de *etnicidade* – que servirão como fundamentos teóricos para a análise da persistência da identidade teuto-brasileira, mesmo após as práticas nacionalizadoras do Estado Novo. Mesmo que a autora tenha utilizado conceitos marxistas para sua análise da identidade étnica – como a noção de *ideologia* – sua ênfase teórica está situada diretamente na leitura de um conjunto de sociólogos e antropólogos contemporâneos, como Barth, cujos parâmetros teórico-metodológicos foram muito mais relevantes para a estruturação de seu trabalho que os referenciais marxistas.

Seyferth, na introdução de sua tese, já esclarece este ponto de vista, quando delimita o escopo de seu trabalho:

A análise do material obedecerá a um procedimento que pode ser considerado inverso ao que normalmente é usado nos estudos de aculturação e assimilação. Enquanto estes procuram mostrar as mudanças provocadas pelos contatos interétnicos, meu propósito é indicar porque e como certos critérios de identificação do grupo teuto-brasileiro persistiram na região dos municípios de Brusque e Guabiruba [...]. O principal objetivo do trabalho é, mostrar como se formou, no grupo em questão, a consciência de uma identidade étnica moldada a partir de elementos característicos do nacionalismo alemão do século XIX, porque se manteve como grupo étnico distinto e, evidentemente, como foi se transformando após as várias crises resultantes da intensificação dos contatos com a população luso-brasileira (SEYFERTH, 1982, p. 12).

---

69 As teorias do antropólogo Fredrik Barth foram consagradas por seu artigo de introdução ao livro *Ethnic Groups and Boundaries*, publicado em 1969, no qual o autor procura estabelecer argumentos sobre a manutenção de fronteiras entre grupos étnicos. Os textos de Barth foram divulgados no idioma português somente a partir da década de 1990. Dois livros foram publicados, em português, acerca do tema: *Teorias da etnicidade*, de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998); *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, coletânea de textos de Barth, organizada por Tomke Lask (BARTH, 2000).

A pesquisa da autora, deste modo, insere-se na tradição dos estudos teuto-brasileiros, na medida em que estabelece uma proposta de superação dos argumentos de Willems e a introdução de outras categorias de análise que, conforme seu ponto de vista, seriam as mais apropriadas para medir o alcance da identidade teuto-brasileira na constituição cultural do sul do Brasil. O emprego das teorias de Fredrik Barth – antropólogo norueguês que é um dos introdutores do conceito de *etnicidade* como categoria antropológica, fundamentada na análise *relacional* entre grupos étnicos – permitirá a Seyferth mensurar a atualidade e a permanência da identidade teuto-brasileira no Sul brasileiro. No entanto, esta preocupação só é possível de emergir no debate acadêmico nacional a partir do momento em que a experiência nazi-fascista é mantida completamente distante das populações teuto-brasileiras, algo que não seria possível à época de Willems, marcada pelo “perigo alemão” da desintegração nacional brasileira e pela memória recente da atuação dos regimes totalitários na Europa e em algumas localidades do sul do Brasil.

O distanciamento das questões sobre as quais o antropólogo alemão se dedicou durante a década de 1940 também permite à autora realizar uma aproximação conceitual entre *etnia* e *nacionalidade* no povo alemão, de acordo com a seguinte assertiva:

Nessa perspectiva, *Deutschtum* [germanidade] será aqui analisado como um conceito que abarca uma ideologia étnica teuto-brasileira definida a partir de critérios apropriados do nacionalismo alemão – portanto, é uma ideologia nacionalista transformada ou modificada em ideologia étnica. Nesse ponto não estou de acordo com Emílio Willems quando afirma que o conceito referido separa o que é nacional do que é cultural, e que implica somente na idéia de conservação das tradições alemãs que são familiares, sociais e culturais. [...] *Deutschtum* envolve tudo isto, mas pretendo mostrar que predominou, antes de tudo, o critério nacionalista, na medida em que o grupo étnico teuto-brasileiro se representa a partir daquilo que os ideólogos do nacionalismo alemão chamaram de *Deutschtum*, embora tal representação tenha sido modificada na 'nova pátria'. [...] No caso em questão, fica muito difícil separar etnia de nacionalidade, ou grupo étnico de grupo nacional, já que tais conceitos são tomados como sinônimos no próprio modo de representação do grupo teuto-brasileiro (SEYFERTH, 1982, p. 3-4).

A partir da argumentação de Seyferth, atribui-se a Willems o fato de ter ignorado a correspondência conceitual entre etnia e nacionalidade, uma vez que, no nacionalismo alemão do século XIX, não há separação entre a esfera cultural e a política para delimitar os critérios de nacionalidade e de identidade étnica. No entanto, não havia dispositivos epistêmicos, à época de Willems, que permitissem ao antropólogo a afirmação de tal aproximação entre ambas noções. Mais uma vez, as marcas da Segunda Guerra Mundial, ao lado da experiência nazi-fascista na Europa e sua atuação em algumas localidades no sul do Brasil, não dariam as condições de possibilidade para a aceitação pública da igualdade entre etnia e nacionalidade alemãs no Brasil dos anos quarenta.

Se, na época de Willems, a convergência entre os estudos acadêmicos e a aplicação política dos mesmos se fez em um ambiente de iminente “perigo alemão” de desintegração da unidade nacional brasileira, os estudos fomentados pelas instituições governamentais do país procurariam estabelecer *diferenças* conceituais entre o nacionalismo alemão e a identidade cultural teuto-brasileira, e não encontrar semelhanças ou aproximações entre os discursos nacionalistas alemão e brasileiro.<sup>70</sup> Não parece haver, por parte de Seyferth, a observância das relações de poder que estão na constituição dos discursos acadêmicos da década de 1940 no país.

Para contribuir com elementos que auxiliem na comprovação da correspondência entre etnia e nacionalidade alemãs, utiliza o conceito weberiano de *Gemeinsamkeitsgefühl* – que pode ser traduzido como “sentimento nacional” – para afirmar que toda discussão sobre a definição de grupo étnico tem um *fundamento básico*:

---

<sup>70</sup> Este assunto é abordado mais detalhadamente no capítulo 1 do presente trabalho.



O fundamento básico parece ser exatamente o sentimento de ter algo em comum, de ser diferente, de pertencer a um grupo (ou uma comunidade, na colocação de Weber e Dumont), de interagir – tudo isso expresso empiricamente po idéias de 'origem comum', 'cultura comum', etc. (SEYFERTH, 1982, p. 11).

Portanto, a autora demarca, em um conceito weberiano, os critérios para a definição de um grupo étnico, separando os argumentos exclusivamente *racistas*, tão caros ao nazi-fascismo, daqueles fundamentados em um *sentimento comunal e étnico*, sobretudo no que tange ao uso do idioma. Segundo Seyferth, o uso da língua alemã como critério principal de pertença étnica “supera a questão racial” (SEYFERTH, 1982, p. 215).

Simultaneamente, a necessidade de manter o distanciamento entre a identidade teuto-brasileira e a experiência nazi-fascista continua a ser uma questão importante na argumentação da autora. No segundo capítulo de sua tese, a respeito do papel da imprensa teuto-brasileira como co-partícipe na construção de uma identidade teuto-brasileira no Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, afirma peremptoriamente a existência de tal distanciamento:

Ao mesmo tempo em que a ação de Hitler e do partido nazista na Alemanha é elogiada e admirada, atuação dos nazistas no Brasil é objeto de crítica por parte da imprensa teuto-brasileira não diretamente engajada ao nacional-socialismo [...] A separação entre nacionalidade e cidadania se tornou muito mais evidente a partir da propaganda nazista: os teuto-brasileiros estão integrados ao Estado brasileiro e à etnia alemã, mas não ao Estado alemão representado pelo nacional-socialismo (SEYFERTH, 1982, p. 99).

Em outro momento, Seyferth procura naturalizar a conservação das tradições alemãs no Sul, ao defender a idéia que o nazismo não trouxe nada de novo àquelas localidades:

As colônias alemãs no sul do Brasil, com seus próprios recursos, mantiveram suas escolas, igrejas, orfanatos, abrigos de velhos e outras sociedades. E nessas mesmas colônias, foi conservado e elevado o nacionalismo alemão e a consciência nacional

alemã, as quais não precisam ser 'despertadas' pelo nacional socialismo, pois existem na prática. Se ser nazista implica na conservação do germanismo e numa atitude comunitária, ele não trouxe nada de novo. E se o nazismo quiser contribuir para o trabalho social nas colônias alemãs, e para a perpetuação das tradições e da cultura alemã, e do sentimento comunitário alemão no Brasil, essa contribuição será bem recebida (SEYFERTH, 1982, p. 98).

Nota-se como a redução da importância do nacional-socialismo na constituição da identidade teuto-brasileira, fundamentada em uma *naturalidade* da conservação das tradições alemãs no Sul, faz com que *todos* os argumentos em favor da conservação da cultura alemã no Brasil – inclusive aqueles baseados em uma pretensa *superioridade racial* germânica – sejam mantidos como algo *a priori* e totalmente independentes da atuação dos regimes totalitários da Europa nas populações de imigrantes e descendentes de alemães no país.

Este aspecto da pesquisa de Seyferth é visível quando trata, no quarto capítulo, dos critérios de pertença étnica ao grupo teuto-brasileiro. Os enunciados que naturalizam a existência de uma *superioridade cultural* alemã, baseada na eficiência do *trabalho*, são considerados pela autora como alguns dos principais critérios de pertença *cultural*, desvinculando-os de qualquer possibilidade de racismo:

O elemento mais importante de comparação é sempre o trabalho: à escala étnica corresponde uma escala de eficiência no trabalho. Essa afirmação do grupo étnico, portanto, gira sempre em torno da 'eficiência alemã', só possível por causa da 'superioridade cultural dos alemães' mantida através da educação, da família e do uso cotidiano da língua alemã. Esse aspecto foi bastante explorado na imprensa, como já mostrei: trata-se da superioridade do trabalho alemão, que teria produzido uma verdadeira civilização no sul do Brasil (SEYFERTH, 1982, p. 159).

Seguindo a mesma linha argumentativa, os enunciados que naturalizam a intensa *integração comunitária* entre os teuto-brasileiros fazem-se presentes no trabalho da antropóloga, ao

caracterizar a importância da categoria weberiana de *comunidade* na constituição do grupo étnico teuto-brasileiro:

A categoria 'comunidade' (*Gemeinschaft*) aparece sempre que os teuto-brasileiros falam do seu grupo étnico, num sentido de integração e participação. **O indivíduo é suplantado pela comunidade;** e cada indivíduo de origem alemã cujo comportamento se coaduna com os princípios do grupo é identificado como membro e pertence à comunidade (SEYFERTH, 1982, p. 126, grifo nosso).

A prevalência da comunidade sobre o indivíduo *não* é expressa nesta afirmação como um princípio ético de estímulo à *participação* de todos no convívio social, mas sim, como um princípio nacionalista que foi oportunamente apropriado pelo nazi-fascismo, cujo significado está muito mais relacionado à *obediência* incondicional de todo um grupo à autoridade estatal do povo.<sup>71</sup> A obediência aos princípios da comunidade étnica seria, conforme Seyferth, apenas um traço *cultural* dos alemães e descendentes estabelecidos no Brasil, o qual deveria ser desvinculado de qualquer possibilidade de dominação ou conflito no seio do grupo e respeitado como característica da fronteira étnica teuto-brasileira.

Novamente, no segundo capítulo, há outro ponto em que autora explicita a continuidade da separação entre as esferas *cultural* e *política*, no que tange à comparação com o nazi-fascismo:

Como procurei mostrar nas páginas anteriores, existe uma grande diferença entre ser membro do partido nazista e aceitar suas idéias relativas ao nacionalismo alemão. A *Volksgemeinschaft* [comunidade étnico-nacional] não é uma entidade política (SEYFERTH, 1982, p. 104).

<sup>71</sup> Francisco C. Teixeira da Silva, em artigo escrito a respeito dos fascismos durante o século XX, trata do princípio do *Führerstaat* alemão, em citação de Otto Koellreuter: “Enraizado na autoridade estatal do povo, quer dizer, **na comunidade étnica**, o Estado fascista busca na unidade do povo seu poder político”, baseando o princípio da liderança de modo diverso ao das elites liberais, como momento em que “se estabelecia a autoridade de cada líder, de cima para baixo, e a correspondente **obediência**, de baixo para cima” (SILVA, 2000, p. 134, grifos nossos).

A caracterização do nacional-socialismo como apenas um fato *histórico* da história da Alemanha, o qual deve ser isolado de qualquer eventual relação com a *cultura* alemã, é a *conditio sine qua non* para a inscrição enunciativa dos argumentos de Seyferth no debate acadêmico acerca do teuto-brasileiro, apesar da autora sustentar que a ideologia étnica teuto-brasileira foi definida a partir de “critérios apropriados do nacionalismo alemão” (SEYFERTH, 1982, p. 3-4). A separação entre *nacionalismo alemão* e *nacional-socialismo* parece ser a brecha encontrada pela antropóloga para unir novamente os conceitos de etnia e nacionalidade no povo alemão e no grupo teuto-brasileiro.

De qualquer maneira, quais seriam os responsáveis pela apropriação destes critérios nacionalistas alemães, transformando-os em uma identidade teuto-brasileira? Seyferth traz duas respostas, a princípio complementares, para esta questão. Por um lado, defende que “a população de origem alemã do vale do Itajaí-mirim manteve sua identidade étnica utilizando critérios para determinar os membros do grupo”, enfatizando o emprego de “categorias usadas pelos teuto-brasileiros para se identificarem como membros de um grupo étnico” (SEYFERTH, 1982, p. 16). Por outro, ressalta a presença ativa dos *empreendedores étnicos* na realização deste processo.<sup>72</sup> A antropóloga catarinense, nas conclusões de sua tese, salienta “a atividade de uma pequena elite de intelectuais que, em síntese, estabeleceu os princípios ideológicos que norteiam o comportamento dos membros do grupo”(SEYFERTH, 1982, p. 216), chegando à seguinte conclusão:

Foi esta elite que criou o *Deutschbrasilianertum* [a teuto-brasilidade]. Mesmo que as atividades da maior parte desta elite tenham sido encerradas em 1941, parte dos

---

<sup>72</sup> Seyferth emprega o conceito de *empreendedor étnico* de modo mais enfático em artigos posteriores, como, por exemplo, em *Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil*. A autora define o termo como uma apropriação de um conceito utilizado por D. R. Aronson em 1976 para “designar os membros dos grupos étnicos que formulam e manipulam ideologias étnicas”(SEYFERTH, 2000, p. 96).

princípios nacionalistas que pregou continuaram a ser transmitidos às novas gerações: o sentimento de algo em comum – a ascendência alemã – persiste, juntamente com a língua alemã, como símbolo da identidade étnica (SEYFERTH, 1982, p. 216).

Seyferth afasta, portanto, a questão da “classe média teuto-brasileira” abordada por outros autores. Pode-se inferir que não há, na interpretação da autora, o ingresso de todos os teuto-brasileiros em uma idílica classe média, como Schaden e Oberacker quiseram sustentar,<sup>73</sup> mas sim, uma clara separação classista no seio do próprio grupo de imigrantes e descendentes, cabendo apenas à elite a capacidade política de formular os critérios de pertença ao grupo étnico. Embora esta interpretação possa ser enquadrada como uma conclusão retirada de parâmetros *marxistas* de análise – uma vez que utiliza o critério de *classe* para designar quais são os responsáveis pela elaboração ideológica teuto-brasileira – suas interpretações mais contundentes estão na aplicação de recursos teórico-metodológicos retirados da leitura dos textos de Fredrik Barth, os quais merecem uma análise mais apropriada a partir de algumas afirmações do próprio autor.

Fredrik Barth instaura uma complementaridade entre dois processos distintos na definição das fronteiras de um grupo étnico: de um lado, a importância atribuída ao critério fundamental de que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas **pelos próprios atores** e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas” (BARTH, 1998, p. 189, grifo nosso); de outro, a relevância da presença de “agentes de mudança” ou “inovadores culturais”, os quais seriam, nas palavras do autor, “indivíduos aos quais nos referimos, de modo um pouco etnocêntrico, como as novas elites” (BARTH, 1998, p. 220). Estes agentes ou

---

73 Ver capítulo 1, item 1.3.

inovadores seriam os responsáveis pelas mudanças e adaptações nos critérios de pertença ao grupo étnico, de modo a produzir uma mudança cultural em todo o grupo.

Percebe-se, aqui, uma incongruência: por um lado, naturaliza-se a apropriação discursiva de todo um grupo étnico por parte de uma restrita elite, a qual responderá pelos anseios de todos e que dirá aos demais o que é preciso ser feito para ser aceito como elemento do grupo, obedecendo aos critérios de uma “minoría pensante”; por outro lado, esta apropriação discursiva naturalizada entra, por sua vez, em choque com a tese do *ator racional* e da *free choice* [livre escolha], proposta pelo mesmo autor, que afirma ser a *autodenominação* do próprio ator social, baseada em *critérios racionais*, o fundamento de sua identidade étnica.<sup>74</sup>

O quadro interpretativo criado por Barth, além de ser bastante impreciso quanto ao modo pelo qual se formulam e se mantêm as fronteiras étnicas de um grupo, não leva em conta, em nenhum momento, a possibilidade de haver conceituações *externas* ao próprio grupo étnico, cujos critérios formulados por outrem são passivamente *aceitos* pelo grupo social, não importando a posição socioeconômica de seus integrantes.

Assim, Seyferth repete os mesmos problemas da argumentação de Fredrik Barth, no que tange à dicotomia indivíduo/grupo na formulação de critérios de pertença a um grupo étnico. Torna-se forçoso, portanto, atribuir a todo um conjunto de indivíduos – imigrantes alemães e descendentes no Brasil – a formulação de uma identidade étnica teuto-brasileira, fundamentada

---

74 Diego Villar, em seu artigo *Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth*, aponta para os perigos em afirmar a existência de uma escolha racional dos critérios de pertença étnica por parte dos próprios atores sociais. Baseado em uma aplicação dos conceitos de Weber – na característica das ações racionais voltadas para os fins (*Zweckrational*) – e de Parsons – em apostar na capacidade do próprio ator social em atribuir valores para dirigir suas condutas – Barth recoloca o *indivíduo* no centro das questões étnicas, reduzindo as relações de dominação no seio de um grupo étnico ao aspecto *voluntário* do ator em aceitar racionalmente tal relação (VILLAR, 2004, p. 173-181). Villar, ao criticar esta concepção voluntarista dos argumentos de Barth, responde, em nota explicativa, que: “A complementaridade entre um líder e seus seguidores não implica simetria e, havendo dominação de qualquer tipo, falar de *free choice* parece-me uma quimera.” (VILLAR, 2004, p. 188).

tão-somente na autodenominação individual, do mesmo modo que é reducionista a tese de que seriam as elites de um determinado grupo social as únicas responsáveis pela formulação de sua identidade étnica. Nas duas vias argumentativas, coloca-se em um plano invisível as possíveis relações de *conflito* no seio do próprio grupo, ao mesmo tempo em que se ignoram as elaborações intelectuais que foram feitas desde o fim da Segunda Guerra Mundial a respeito da delimitação dos traços característicos das populações de imigrantes alemães e descendentes no Brasil. No entanto, Seyferth continua a insistir tanto na autodenominação do grupo quanto na elite formuladora do *Deutschbrasilianertum*, como se ambos fossem complementares entre si, seguindo a lógica barthiana.

Ainda acerca do aspecto da autodenominação do teuto-brasileiro, a autora defende que:

As categorias *lusu-brasileiro*, *italo-brasileiro*, *polaco*, etc., foram estabelecidas pelos teuto-brasileiros para identificar as pessoas que não pertencem ao seu grupo étnico, usando o critério 'origem' (SEYFERTH, 1982, p. 217).

Seyferth aposta, curiosamente, na capacidade dos teuto-brasileiros de formularem não só sua identidade étnica, mas também de construir a identidade discursivamente “oposta” dos luso-brasileiros. Nota-se, mais uma vez, os problemas argumentativos inerentes ao papel da autodenominação na constituição de identidades étnicas. A autora não considera, por exemplo, duas possibilidades: a primeira, de existir por parte dos próprios luso-brasileiros a construção de sua identidade étnica, seguindo a lógica de Barth; a segunda, de haver estratificações conceituais *externas* na caracterização do luso-brasileiro – como as campanhas intelectuais de reabilitação do português no Brasil do início do século XX<sup>75</sup> – que sejam alheias à interação entre os grupos

---

75 Ver capítulo 1, item 1.2., ou Ramos (2001).

étnicos. Os quadros interpretativos oferecidos por algumas vertentes das ciências sociais procuram reduzir o *real* ao que é *social*, o que a aplicação das teorias barthianas por Seyferth só pretende confirmar.

A antropóloga, em suas conclusões, ressalta um problema decorrente da interação do grupo teuto-brasileiro com outros grupos étnicos no país:

[...] deve ser lembrado que o grupo teuto-brasileiro do vale do Itajaí-mirim é uma minoria nacional que durante muito tempo permaneceu quase isolada numa região rotulada como 'de colonização estrangeira'. Nas duas situações de crise mais séria que atravessou – a primeira guerra mundial e a campanha de nacionalização – foi forçado a assumir sua condição de minoria (SEYFERTH, 1982, p. 218).

Este enunciado, que depõe a favor da caracterização do teuto-brasileiro como *minoría* no país, é reinscrito pela autora, reforçando o caráter de *vitimização* do teuto diante da “maioria” luso-brasileira e, simultaneamente, restabelecendo a dicotomia dominante/ dominado na análise antropológica do grupo teuto-brasileiro, realizada por Egon Schaden na década de 1950.<sup>76</sup> No entanto, Seyferth emprega, desta vez, um conceito antropológico de *minoría* – trabalhado por Louis Wirth em 1946, acerca das questões presentes nos Estados Unidos daquela época – para requerer um caráter científico em sua conclusão.<sup>77</sup>

Finalmente, a última consideração da autora em sua tese está na constatação de que:

[...] nem a industrialização, a urbanização ou mesmo a campanha de nacionalização, conseguiram descaracterizar o grupo étnico. [...] O que muda, de um indivíduo para o outro ou de uma classe para outra, é a manipulação de cada um desses critérios. [...] o teuto-brasileiro será um cidadão brasileiro de origem alemã, uma

<sup>76</sup> Ver capítulo I item 1.2., ou Schaden (1954, 1956).

<sup>77</sup> A autora repete o conceito de *minoría* em L. Wirth: “uma minoria corresponde a 'um grupo de pessoas que, em virtude das suas características físicas ou culturais, são afastadas de outras na sociedade em que vivem por um tratamento diferencial e desigual e que, portanto, se vêem como objeto de discriminação coletiva... O status de minoria carrega consigo a exclusão da participação completa na vida da maioria.'” (WIRTH, 1946, p. 347 apud SEYFERTH, 1982, p. 218).



pessoa que se diferencia pelo uso cotidiano da língua alemã, ou empregará ambos os critérios, que podem ser acrescidos pelo conhecimento da cultura alemã e por um modo de vida alemão. Em qualquer desses casos, a identidade étnica persiste como marca diferenciadora do teuto-brasileiro e influencia seu comportamento dentro da sociedade (SEYFERTH, 1982, p. 219).

Apesar de todas as questões apontadas em seu trabalho, Seyferth continua a investir na *persistência* da identidade teuto-brasileira, a partir do modo pelo qual *cada indivíduo manipula sua identidade* diante do grupo, repetindo o aspecto fundamental da teoria barthiana referente à manutenção dos grupos étnicos e suas fronteiras na atualidade. O primado do indivíduo, do ator racional e da *free choice* de Barth continuam a figurar – a despeito das diferenças existentes no seio do próprio grupo teuto-brasileiro e da dificuldade de se atribuir aos próprios atores sociais a formulação de sua identidade étnica – como aspectos centrais no núcleo argumentativo da tese da antropóloga catarinense, o qual se repete, com poucas variações, na maioria dos seus estudos posteriores.<sup>78</sup>

A partir dos argumentos da autora, a identidade teuto-brasileira é entendida como a simples e natural expressão da *etnicidade* de seus atores sociais, em relação historicamente linear aos princípios do nacionalismo alemão do século XIX. Seyferth dá unidade a um conjunto restrito de enunciados, afirmados em momentos anteriores, como: o estabelecimento de uma sinonímia entre etnia e nacionalidade alemãs, mesmo sendo aplicada aos imigrantes e descendentes no Brasil; a ênfase na mobilidade das fronteiras étnicas, centradas no papel dos próprios indivíduos na construção e manutenção dos critérios de pertença ao grupo; a vitimização do grupo teuto-brasileiro, mediante sua conceituação como minoria; a naturalização de uma pretensa

---

78 Cf. Seyferth (1986, 1994, 1997, 2000, 2002, 2003, 2004).

superioridade dos teuto-brasileiros relativa a seus padrões ético-morais, sobretudo em relação ao “trabalho alemão”; o distanciamento em relação ao ideário nacional-socialista.

Além de reforçar a coesão enunciativa de argumentos anteriores, a autora insere um dispositivo discursivo principal em sua análise revisitada: a *permanência* da identidade teuto-brasileira, a qual nenhum processo nacionalizador ou assimilacionista teria extinguido da constituição cultural deste grupo étnico.

O trabalho de Giralda Seyferth marca os traços característicos de uma linha de pesquisa no Brasil, a qual pretende avaliar as expressões da etnicidade nos grupos de imigrantes europeus e seus descendentes, com ênfase direta nas regiões de colonização alemã no sul do país. Da mesma forma, os estudos culturais, estruturados na leitura de vários autores europeus e norte-americanos acerca da identidade cultural na pós-modernidade, utilizam os enunciados expostos por Barth – através de outras referências intelectuais – para enfatizar a persistência ou o retorno das identidades étnicas e culturais, em pleno período de globalização e de mundialização dos costumes.<sup>79</sup>

Portanto, a naturalização da permanência histórica da identidade teuto-brasileira, a qual é enunciável para Giralda Seyferth mediante a estratificação de noções e conceitos diversos – como o de *etnicidade* – é uma formação discursiva que novamente estabelece a necessidade de se atentar para a persistência das identidades culturais, autorizando sua aplicação em projetos culturais, ações políticas, pesquisas em várias áreas do conhecimento, as quais reforçam a preservação da

---

79 Não caberia aqui, neste trabalho, discutir a respeito da tendência atual dos estudos culturais nas pesquisas relativas às identidades étnicas contemporâneas no Brasil. No entanto, isto não impede que se possam fazer as devidas menções à existência de tal abordagem. Ver, a título de exemplo, o livro de Stuart Hall (2005), a respeito do tema das identidades culturais na pós-modernidade, e o livro de Jeffrey Lesser (2001), acerca das minorias imigrantes e a etnicidade no Brasil, mediante a hifenização das identidades.

cultura como requisito para a manutenção da ordem social e da supressão da política em um Estado consensual. Neste caso, nota-se que a *cultura* é usada como modo de fazer *política*, suprimindo-a em um inofensivo mosaico cultural, no qual se reconhecem todas as identidades, mas que não possui espaço para o reconhecimento de suas capacidades políticas.

### **3.2. A identidade teuto-brasileira como expressão da religiosidade: Martin Dreher e Lúcio Kreutz**

Embora haja, desde os estudos de Emílio Willems, uma aproximação conceitual entre a religiosidade e a manutenção da germanidade nos núcleos coloniais alemães do Sul brasileiro (WILLEMS, 1940), a formação de uma linha de pesquisa que aborda esta temática se dá somente a partir da década de 1980, quando estudiosos acerca do assunto integram-se ao quadro de professores universitários nas áreas de História e Teologia no sul do Brasil. Um exemplo está em Martin Dreher, que defende sua tese em Teologia na Alemanha e inicia seus trabalhos no Rio Grande do Sul, formando posteriormente o Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), na cidade de São Leopoldo.

Em sua tese, intitulada *Igreja e Germanidade*, Dreher pretende fazer um “resgate histórico” da formação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) a partir do século XIX, momento da instalação das primeiras comunidades de imigrantes germânicos de religião evangélico-luterana no sul do Brasil. A preocupação com o “resgate” da história é presente em todas as páginas de seu texto, como enfatiza na introdução:

A musa da história [...] está, desde há muito, cabisbaixa no círculo de suas irmãs.[...] Procuramos estabelecer aqui um diálogo com um passado que, muitas vezes, foi envolto por um manto de silêncio, mas que tem que ser superado (DREHER, 1984, p. 13).

Do mesmo modo, faz parte do núcleo da sua tese a análise da relação histórica que a Igreja Luterana no Brasil tem com a manutenção da germanidade, mormente nas comunidades do Sul do país.

Para tal intento, faz uma leitura muito própria da história do Brasil, descrita nos três primeiros capítulos de sua pesquisa. Destaca algumas interpretações já consagradas por gerações anteriores de pesquisadores da história nacional. Enfatiza a existência de um Brasil colonial luso, marcado pela exclusividade do catolicismo romano – desprezando, portanto, a validade das religiões indígenas e afro-brasileiras no país – e pela exploração da metrópole portuguesa, quando afirma que o Brasil “fora mero objeto de depredações por parte de Portugal” (DREHER, 1984, p. 21). Ao mesmo tempo, sustenta a idéia que o processo de formação da nação brasileira não tinha chegado, nos dias atuais, ao seu final (DREHER, 1984, p. 23), como se o Brasil fosse um Estado sem Nação, pela ausência de um povo racialmente homogêneo e de um “sentimento nacional” unificado. Além disso, Dreher expõe mais duas afirmações, utilizadas como pressupostos históricos de seu trabalho: a primeira, que a imigração européia – sobretudo a alemã – teria formado as bases da classe média brasileira (DREHER, 1984, p. 26), repetindo o argumento de vários outros pesquisadores do tema; a segunda, que defende a existência da marginalização dos imigrantes alemães e descendentes no Brasil, principalmente no que tange à participação dos não-católicos na vida nacional. Algumas vezes, no texto de sua tese, repete o termo “pessoas de segunda categoria” (DREHER, 1984, p. 39) para enfatizar a existência de uma discriminação relativa aos imigrantes alemães e descendentes por parte dos “mais antigos habitantes do país”. A ênfase na *discriminação* é o argumento mais utilizado e re-significado nos estudos “teuto-brasileiros”, o qual não foi esquecido, mesmo várias décadas após a Segunda Guerra Mundial.

Em um capítulo dedicado à formação das comunidades alemãs evangélico-luteranas no sul do Brasil, afirma que, embora “os teutos retiravam-se completamente da vida política” (DREHER, 1984, p. 42), uma característica de sua cultura compensaria esta ausência: o “independentismo das comunidades”, baseado numa perspectiva de participação ativa na vida comunitária (DREHER, 1984, p. 55). Entretanto, o reforço enunciativo que Dreher propõe quanto à íntima relação entre a religiosidade e a germanidade, ambos atrelados a uma naturalização da vida comunitária e associativa, não depõe a favor da participação política ativa entre os teuto-brasileiros, como se poderia acreditar. Pelo contrário, tal conexão enunciativa ressalta a *restrição* de sua participação política, reduzindo-a ao *isolamento* da vida comunitária. Por outro lado, é neste elogio ao associativismo comunitário que a Igreja se insere como principal instituição que dirige a vida dos imigrantes alemães e descendentes de religião evangélico-luterana, indo em conformidade com a linha argumentativa do autor.

Nas palavras de Dreher,

Os membros da comunidade construíram sua igreja, sua casa pastoral e pagavam sua contribuição, com a qual deveria ser pago seu pastor. Essa forma de participação na vida da comunidade teve, certamente, um fator positivo: cada um participava engajadamente na vida de sua própria comunidade. Por outro lado, porém, nessas comunidades autônomas, a Igreja terminava nas fronteiras da própria comunidade (DREHER, 1984, p. 55).

Os argumentos do autor expõem claramente que o “independentismo” comunitário está diretamente ligado a uma concepção essencialmente *privatista* de participação política, fundamentada em uma crítica à ausência do governo brasileiro e na crença que a contribuição particular – tutelada pela Igreja – é a única alternativa para o progresso.

Nos capítulos seguintes, o autor encarrega-se do assunto principal de sua tese: a relação da Igreja Luterana no Brasil com a preservação da germanidade no país. Dreher destaca que esta relação se deu em dois aspectos: no papel de liderança dos pastores e no apoio das instituições alemãs e suíças para as comunidades evangélico-luteranas no Brasil.

A atuação individual de pastores para a preservação da germanidade no sul do Brasil é descrita pelo autor através de um conjunto de biografias de pastores que atuaram no país a partir do século XIX. Embora descreva a atuação pastoral desde 1825 no Rio Grande do Sul, Dreher salienta que somente após a criação do Império Alemão, em 1871, “começa a haver uma consciência nacional germânica entre comunidades e pastores” (DREHER, 1984, p. 75). Assim, seus estudos biográficos de pastores iniciam-se com Wilhelm Rotermund – que foi um dos principais incentivadores da criação do Sínodo Luterano Riograndense em 1886 – passando por Hermann Gottlieb Dohms – pastor que teria fundado o Instituto Pré-Teológico (ou Proseminário Evangélico) em 1921, instituição de ensino teológico pela qual passaram Carlos Henrique Oberacker Junior e Carlos Henrique Hunsche até o início da década de 1930 – chegando até a biografia de Ernesto Schlieper – que teria sido um dos responsáveis pela reorientação eclesiástica da Igreja Luterana após a Segunda Guerra.

Ao tratar do pensamento teológico de Dohms, ressalta a íntima relação entre a Igreja e a manutenção da germanidade, quando afirma que: “A Igreja Evangélica quer cultivar a etnia. Cultivo da etnia é política” (DREHER, 1984, p. 124-125). Novamente, percebe-se como, no interstício aberto entre a cultura e a política, a primeira suprime a segunda no enraizamento identitário.

Quanto ao apoio de instituições alemãs e suíças para as comunidades evangélico-luteranas no Brasil, destaca, por várias vezes, como houve a presença destas instituições, desde o século XIX, no envio de recursos financeiros e de pastores para assumir as comunidades e lecionar nas escolas particulares comunitárias, bem como a existência de um caloroso debate teológico entre as várias associações luteranas no que tange ao apoio ao Brasil (DREHER, 1984, p. 76-87; 219-237). Além disso, afirma que, em 1933, o Sínodo Luterano torna-se uma igreja alemã no exterior, mudando seu nome para Igreja Luterana Alemã no Brasil (DREHER, 1984, p. 204), enfatizando a estreita relação entre luteranismo e identidade nacional alemã nos anos que antecedem a Segunda Guerra Mundial.

Em outro ponto de seu trabalho, trata das discussões no Sínodo Luterano Riograndense durante a Segunda Guerra, marcada pela relação da germanidade com o nacional-socialismo. Dreher reconhece, a partir da leitura de documentos da época, que há registros, desde 1933, “a respeito da existência de um grupo de pastores nacional-socialistas no seio do Sínodo” (DREHER, 1984, p. 131). Chega a afirmar que, no ano seguinte, “o Pastorado Nacional-Socialista já abrangia cerca de dois terços dos pastores” no Rio Grande do Sul (DREHER, 1984, p. 135). No entanto, Hermann Dohms, eleito presidente do Sínodo em 1935, teria direcionado os interesses para a autonomia da Igreja, “não tolerando ingerência da parte da Alemanha” (DREHER, 1984, p. 139). Desta forma, o autor relata que:

Em princípios de maio de 1936, o Pastorado Nacional-Socialista deixou de se apresentar como grupo. [...] em 1937, Dohms solicitou ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica na Alemanha que[...] 'investidas de fé teutônica e semelhantes fossem rechaçadas aqui e na Alemanha pelas autoridades competentes. Elas não encontram eco em nossas comunidades e somente aumentam o abismo que infelizmente está se abrindo aqui no país entre alemães do Reino e teuto-brasileiros' (DREHER, 1984, p. 139).

Assim, o silenciamento dos adeptos do nacional-socialismo entre os pastores da Igreja Luterana no Brasil seria o ponto crucial da atuação de Dohms – que não poderia destituir dois terços do pastorado riograndense – mantendo, porém, a ênfase no cultivo da etnia alemã como centro da atuação política da Igreja Luterana no Brasil. Nesta passagem do texto de Martin Dreher, percebe-se como se dá a dupla relação entre *cultura* e *política* para a inserção do teuto-brasileiro como realidade cultural no Brasil: por um lado, há a separação da identidade cultural alemã da experiência política do nacional-socialismo na Alemanha; por outro, mantém-se a necessidade de preservar a germanidade entre imigrantes e descendentes, fazendo com que a cultura se torne um meio de fazer política, reduzindo-a ao reconhecimento inofensivo da identidade cultural teuto-brasileira como grande contributo à formação nacional.

Talvez a parte mais contundente de sua pesquisa esteja no último capítulo, no qual aborda o processo de reorientação eclesial da Igreja Luterana no Brasil, ocorrido após 1945, no qual o autor afirma que “seriam superados os últimos resquícios de uma 'Igreja alemã no exterior'” (DREHER, 1984, p. 246).

Relata que, no Concílio Sinodal de 1947, “Dohms confessou que no passado muitas coisas não teriam sido corretas na vida do Sínodo. Ao mesmo tempo, porém, enfatizou a necessidade de perdão mútuo”(DREHER, 1984, p. 247). Após o pedido público de perdão, a Igreja Luterana reorienta-se no sentido de não mais se compreender como um “esteio da cultura germânica”, mas sim, como “uma Igreja no Brasil” (DREHER, 1984, p. 249-250). Vê-se, contudo, que a Igreja Luterana, ao se denominar em 1962 como Igreja Evangélica de Confissão



Luterana no Brasil, continua a se compreender como uma igreja estrangeira *no* Brasil, e não uma igreja brasileira.

Ademais, o autor expõe que esta reorientação terá como base a “preservação da língua materna”, de modo a realizar as pregações na língua entendida pelas pessoas (DREHER, 1984, p. 250), ao mesmo tempo em que inicia o processo de abertura para a ecúmena, dialogando com as outras igrejas evangélicas no país e com a igreja católica (DREHER, 1984, p. 253-254). Estes dois preceitos, ao contrário do que se pode concluir em um primeiro momento, marcam uma preocupação com a manutenção institucional da Igreja – aumentando o número de fiéis de outras religiões que porventura quiserem nela ingressar – ao lado da preservação da identidade cultural, pela via da conservação do idioma alemão – traço cultuado até os dias atuais nesta Igreja.

Deste modo, é possível perceber, ao longo do trabalho de Martin Dreher, como a relação da Igreja Luterana no Brasil com a preservação da germanidade se estende até os dias atuais, mesmo que o autor enfatize a existência de uma reorientação eclesiástica na instituição. Cabem aqui fazer, igualmente, duas considerações acerca de algumas afirmativas de Dreher.

Em primeiro lugar, não pode ser caracterizado como um episódio irrelevante o fato de que a maioria dos pastores, outrora defensores públicos do nacional-socialismo, tenham continuado a atuar no país após a Segunda Guerra. O silenciamento em relação ao nazismo *não* significa sua extinção nas práticas de muitos pastores da Igreja Luterana da época, bem como nas crenças e práticas sociais das populações residentes nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil daquele período.

Em segundo lugar, a preservação dos cultos em idioma alemão – embora sejam prestigiados por um número cada vez menor de ouvintes – é uma maneira de incentivar as

gerações mais jovens a se interessarem pelo aprendizado da língua e pela conservação da cultura de seus antepassados, atitudes pouco condizentes com a abertura ecumenista pregada pela mesma instituição. *O não-esquecimento do idioma é também o não-esquecimento da cultura e do passado*, embora pareça um traço inofensivo para a manutenção da unidade brasileira. Novamente, a cultura aparece como modo de fazer política, suprimindo-a.

Portanto, o autor de *Igreja e Germanidade*, ao escrever a história da Igreja Luterana no Brasil, não está falando de um passado esquecido, mas sim, do que jamais deve ser esquecido: a importância da Igreja na conservação da germanidade, a qual deve ser mantida no presente e preservada no futuro.

Os estudos de Dreher deram continuidade a outras pesquisas relacionadas à atuação da Igreja Luterana no Brasil. João Klug, por exemplo, trata da formação da comunidade evangélico-luterana na cidade de Desterro [Florianópolis] a partir do século XIX em sua dissertação de mestrado (KLUG, 1994) e, em sua tese de doutorado, do papel das escolas na atuação da Igreja Luterana para o processo de modernização em Santa Catarina, no período compreendido entre 1871 e 1938 (KLUG, 1997). Do mesmo modo, a tese de doutorado de Dagmar Estermann Meyer aborda a produção da identidade teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul, a partir do entrecruzamento de diversas categorias de análise, como: gênero, nação, raça, classe social e religião, com preponderância da primeira na articulação com as demais (MEYER, 1999, 2000).

No tocante à relação entre a identidade teuto-brasileira e a religiosidade, há trabalhos que também abordam a atuação da Igreja Católica. A pesquisa de doutorado de Lúcio Kreutz –

atualmente professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS) – publicada em livro no ano de 1991, sob o título de *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*, trata desta temática.

O núcleo de sua tese está na centralidade da figura social do professor paroquial nas comunidades rurais católicas teuto-brasileiras. Segundo Kreutz: “Ele foi um elemento de unificação, um agente de síntese e promoção das percepções do grupo humano no qual se inseria ativamente, seja no campo social, político, religioso e cultural” (KREUTZ, 1991, p. 7).

O autor insere o papel atuante do professor paroquial no contexto da Europa do século XIX, a qual passou pela Restauração Católica e pelo Conservadorismo Romântico, considerados como reação aos movimentos de *Aufklärung* – traduzido pelo autor como Ilustração – do século XVIII. Afirma que o Conservadorismo Romântico “considera a história se realizando mais através de **comunidades concretas**, de **povos singulares**. Daí o realce que se dá no Romantismo a elementos como **comunidade-povo-história**” (KREUTZ, 1991, p. 20, grifos do autor). Kreutz situa, portanto, a imigração alemã de católicos para o Brasil dentro da lógica conservadora e reacionária do século XIX, a qual estava centrada na preservação dos costumes e no elogio à comunidade. Já é possível notar o direcionamento que o autor toma para abordar o assunto de seu trabalho.

Além disso, defende que esta “bagagem cultural” tem reflexos diretos na tradição escolar alemã, fazendo com que o ensino religioso continuasse a ocupar lugar de destaque nas escolas de comunidades rurais na Alemanha, apesar das discussões pedagógicas do período (KREUTZ, 1991, p. 35-43).

Dado o contexto alemão pelo autor, no Brasil realizar-se-ia tão-somente o transplante desta ordem existente na Alemanha, uma vez que, em dois capítulos dedicados às especificidades

da imigração alemã no Rio Grande do Sul, afirma que houve “algumas modificações, com o passar dos anos, na estrutura de organização e distribuição dos núcleos coloniais, no sentido de facilitar a vida comunitária de seus ocupantes” (KREUTZ, 1991, p. 56). De acordo com o autor, estas ações só viriam a consolidar as atividades comunitárias entre os teuto-brasileiros:

Na colonização alemã, também houve uma íntima conexão entre Igreja e escola. A vida em comum destes núcleos populacionais, a partir de uma base comum de produção, girava fundamentalmente em torno da Igreja e da escola (KREUTZ, 1991, p. 58).

A ênfase enunciativa que o autor coloca na naturalização da vida comunitária entre os teuto-brasileiros católicos é tanta que dedica uma parte exclusiva à definição do “associativismo entre os teuto-brasileiros católicos” no Rio Grande do Sul (KREUTZ, 1991, p. 67-77). Kreutz define este associativismo como a instauração de uma “ampla rede de organizações econômico-sociais, recreativas e culturais, postas sob a 'primazia do espiritual', e que envolviam as comunidades rurais naquele ambiente de quase sacralidade” (KREUTZ, 1991, p. 67). O autor destaca que o associativismo teria trazido, conseqüentemente, a “quase inexistência de analfabetismo na zona de colonização alemã, seja de católicos ou evangélicos; inexistência de desempregos; inexistência, praticamente, do sistema judicial e penitenciário” (KREUTZ, 1991, p. 68), delineando o quadro de um verdadeiro idílio social, fundamentado na integração comunitária teuto-brasileira.

Entretanto, este associativismo seria amplamente dirigido pela ação social dos jesuítas nas comunidades teuto-brasileiras católicas do Rio Grande do Sul. Conforme Kreutz:

No Rio Grande do Sul, a ação social dos jesuítas visava a coordenação das atividades econômicas, culturais, recreativas e profissionais, promovendo tanto o setor ativo da

sociedade com a fundação de novas colonizações, de Caixas Econômicas Rurais, cooperativismo, melhoria da produção e introdução de novas técnicas agrícolas, quanto zelando pelos velhos e doentes com a fundação de asilos e hospitais (KREUTZ, 1991, p. 71).

Portanto, faz questão de ressaltar que o associativismo teuto-brasileiro só obteve êxito a partir da tutela da Igreja e mediante os jesuítas alemães, apesar de considerar que as populações de imigrantes alemães e descendentes tivessem uma natural tendência associativa.

Ao enumerar as associações fundadas pelos jesuítas no Rio Grande do Sul, a ênfase no cooperativismo é dada por Kreutz, a ponto de repetir o argumento de outros autores que se deve ao Padre Theodoro Amstad, SJ, o “pioneirismo cooperativista no Brasil”, através da formação da *Volksverein* ou Sociedade União Popular, a qual fornecia crédito barato e acessível aos colonos (KREUTZ, 1991, p. 75). Curiosamente, o cooperativismo é, nos dias atuais, alvo de ações sociais coordenadas a partir de estudos realizados nas universidades, as quais se situam em regiões de colonização alemã no Sul, que têm projetos na área de Desenvolvimento Regional.<sup>80</sup>

Continuando a argumentação de Kreutz, é neste contexto associativista que a “Igreja Católica fez da escola e do professor paroquial um dos principais instrumentos de articulação com a colonização alemã” (KREUTZ, 1991, p. 77).

O autor faz, nas partes seguintes de sua tese, uma minuciosa análise da formação do professor paroquial, ressaltando a sua missão religiosa e seu papel de liderança comunitária, bem como os detalhes de sua prática pedagógica (KREUTZ, 1991, p. 84-107; 108-132; 133-147). Apenas, no último capítulo de sua pesquisa, descreve o declínio da associação dos professores

---

<sup>80</sup> Na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e na Universidade Regional de Blumenau (FURB), por exemplo, há linhas de pesquisa na área de Desenvolvimento Regional que se fundamentam em uma leitura da história da colonização alemã naquelas regiões.

paroquiais, através da nacionalização do ensino na era Vargas (KREUTZ, 1991, p. 148-161), colocando-a como episódio histórico que marca o fim de uma era que não pode ser esquecida no sul do Brasil: a ordem social proporcionada pela atuação da Igreja junto às áreas de colonização alemã, principalmente as católicas.

A pesquisa de Lúcio Kreutz, tomada como referência para a pesquisa sobre as características da colonização teuto-brasileira católica no Sul, reflete a preocupação do autor em colocar em pé de igualdade a organização social entre teuto-brasileiros luteranos e católicos, diferenciando ambos em relação ao padrão luso de catolicismo e de organização social. O teuto-brasileiro católico seria, portanto, um exemplo de educação, religiosidade e ordem social tão relevante quanto o teuto-brasileiro de religião evangélico-luterana. Desta forma, o “resgate histórico” do papel do professor paroquial nas comunidades rurais teuto-brasileiras católicas do Rio Grande do Sul torna possível formalizar esta identidade, de modo que seja possível visualizar os benefícios trazidos pela conservação das tradições entre os imigrantes, até o processo de nacionalização varguista.

Com efeito, nas duas linhas de pesquisa, tanto nos estudos “luteranos” quanto nos “católicos”, há uma necessidade de formalizar a naturalização do teuto-brasileiro como um tipo social formatado a partir de sua religiosidade, tendendo naturalmente para o associativismo e para o “independentismo” comunitário. Assim, anular-se-ia qualquer possibilidade de afirmar a existência de conflitos intra ou inter-grupais nos núcleos teuto-brasileiros. A história é, também neste caso, a via que torna possível estabelecer os enunciados favoráveis à preservação da identidade teuto-brasileira, sobretudo no que diz respeito a sua religiosidade.

### 3.3. O “modelo catarinense de desenvolvimento”: Maria Luiza Renaux Hering e o Desenvolvimento Regional do Vale do Itajaí

Maria Luiza Renaux Hering, atualmente professora da Universidade Regional de Blumenau (FURB), redigiu, há mais de vinte anos, sua tese a respeito do desenvolvimento industrial da região do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, tese defendida em 1985 na Universidade de São Paulo (USP), é publicada em livro em 1987, na qual a autora reforça os enunciados acerca da persistência e sobrevivência da identidade alemã naquela região – novamente como fundamento da industrialização e do desenvolvimento regional – ocupando lugar de destaque no estado catarinense.

Sua tese principal consiste na afirmação de que o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí obedeceu a uma “dinâmica própria”, tendo como base o isolamento regional (HERING, 1987, p. 11), formando um “modelo original de desenvolvimento” (HERING, 1987, p. 319). A este isolamento, a autora acrescenta que

Santa Catarina, ao contrário de outras regiões brasileiras, não contou com meio-ambiente que favorecesse a antevisão das suas possibilidades econômicas. Daí que sua colonização se prende muito mais ao **transplante de uma cultura européia**, levada a efeito pela política do governo imperial, que à potencialidade representada pelos recursos naturais (HERING, 1987, p. 10, grifo nosso).

Nestas afirmações de Renaux Hering, há a aplicação de algumas noções distintas.

Em primeiro lugar, a historiadora insere-se no debate acerca do *locus* catarinense no desenvolvimento nacional, na medida em que emprega um critério afirmado como *diverso* daquele utilizado pelo pensamento cepalino, aplicado à análise da evolução histórico-econômica

de Santa Catarina em estudos de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) junto ao Centro de Assistência Gerencial do mesmo Estado (CEAG-SC). Enquanto que estes autores afirmam ser o estado sulino um exemplo de *periferia* em relação aos centros econômicos do país – como Rio de Janeiro e São Paulo, e na Região Sul, Curitiba e Porto Alegre (HERING, 1987, p. 11-12), Renaux Hering sustenta que a dicotomia centro/periferia não seria aplicável ao estado catarinense, uma vez que este possuiria características próprias em seu processo de industrialização.

Em segundo lugar, defende ser o *isolamento regional* das populações de imigrantes alemães e descendentes no sul do Brasil a causa primordial de sua originalidade e, por conseguinte, de seu sucesso desenvolvimentista, reiterando os enunciados defendidos por autores como Leo Waibel (1979, p. 272-275), Jean Roche (1974, p. 189; 194) e Armen Mamigonian (1966, p. 398) em momentos anteriores.

Terceiro, afirma que há, em Santa Catarina, o “transplante de uma cultura européia” como uma das principais causas de seu desenvolvimento – ao contrário da abundância de recursos naturais – centrando unicamente na competência do labor humano a possibilidade de seu progresso. Além disso, o uso da expressão “transplante de uma cultura européia” – cujo termo dá margem à idéia de que a imigração alemã no estado catarinense tivesse reproduzido, indistintamente, a cultura do país de origem dos ádvenas – pretende ressaltar que a preservação da cultura e das tradições de seus antepassados seria uma condição necessária para a manutenção de seu lugar de destaque econômico, tanto na Região Sul quanto no país como um todo.

Todos estes aspectos, levantados pela autora, formariam o que chama de “definição da identidade socioeconômica e cultural catarinense” (HERING, 1987, p. 16). Novamente,



encontra-se a necessidade de afirmar a *persistência* da identidade cultural alemã no Sul como núcleo enunciativo de seu trabalho, do mesmo modo que os autores anteriores.

Ademais, utiliza o conceito de *empreendedor*, presente nos estudos de Joseph Schumpeter, para delimitar teoricamente seu objeto de pesquisa. De acordo com Renaux Hering:

Schumpeter considera a função social do empreendedor como mola propulsora do processo econômico. [...] O empreendedor industrial deixa assim de ser caracterizado meramente por sua função econômica de fator de produção responsável pela organização dentro da empresa, para revestir-se de conteúdo psicológico e, sendo representante de um período econômico, é reconhecido como categoria histórico-social (HERING, 1987, p. 14).

Deste modo, a autora enfatiza a existência de elementos enunciativos agregados ao conceito de empreendedor, como “ímpeto de lutar”, “vontade de conquistar”, os quais territorializam uma caracterização *psicológica* do empreendedorismo. No sentido empregado por Renaux Hering, as pessoas dotadas destas qualidades seriam os responsáveis pelo desenvolvimento industrial do Vale do Itajaí, atribuindo um caráter essencialmente *privatista* a questões que são de ordem coletiva. Outro traço desta ênfase na esfera privada está na assertiva de que a canalização dos investimentos regionais para a indústria não contaram com o favorecimento do governo (HERING, 1987, p. 318). Nota-se, neste caso, como os enunciados que procuram afastar qualquer possibilidade de auxílio governamental na trajetória histórica da colonização alemã no sul do Brasil são escolhidos para construir, ao mesmo tempo, uma noção de auto-suficiência regional e um sentimento de repúdio em relação ao governo brasileiro.

Em outro ponto de seu trabalho, quando a historiadora catarinense procura estabelecer um vínculo histórico linear entre o desenvolvimento industrial da região estudada e o sistema de

colonização adotado a partir do século XIX, centraliza os interesses na descrição detalhada da estrutura social das colônias alemãs. Baseada na pequena propriedade, trabalhada pela família, os núcleos coloniais germânicos teriam desenvolvido, por sua vez, um forte “espírito comunitário”(HERING, 1987, p. 26), o qual teria estimulado o cooperativismo, na criação de cooperativas de crédito em meados do século XIX e início do século XX (HERING, 1987, p. 67-69). Nota-se, mais uma vez, que os estudos que estabelecem uma continuidade histórica nas iniciativas cooperativistas das regiões de colonização alemã no Sul são utilizados, nos dias atuais, para a operacionalização de projetos da área de Desenvolvimento Regional, liderados pelas universidades da região.<sup>81</sup>

Assim, caracteriza-se, na interpretação da autora, uma atividade econômica eivada de princípios éticos como “ECONOMIA, MODERAÇÃO e AUTO-CONTROLE”, os quais seriam o “pressuposto mais imperioso para a industrialização”, maior do que a própria posse de capital (HERING, 1987, p. 27, grifos da autora). Além disso, a estruturação profissional das colônias teria obrigado todos os imigrantes a se tornarem colonos, fazendo desaparecer todas as “diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem”, fundindo-se através do “trabalho”, “solidariedade” e “experiência comum” (HERING, 1987, p. 56). A afirmação da existência de um idílio social desenvolvimentista nas regiões de colonização alemã no Sul, em que são agregadas várias noções carregadas de conteúdo

81 Na Universidade Regional de Blumenau (FURB), por exemplo, as pesquisas em Desenvolvimento Regional têm grupos de trabalho que enfatizam os estudos de associativismo civil em Blumenau e operacionalizam projetos de cooperativas, fundamentadas em uma leitura muito particular da história da colonização alemã naquela região. Ver: BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Movimentos Sociais – NEPEMOS. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=02297025BBGMQQ>> Acesso em: 25 jul. 2007; UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Disponível em: <<http://www.furb.br/2005/ips.php?secao=2752>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

ético-moral, acentuam o discurso da persistência étnica teuto-brasileira como algo naturalmente constituído e necessário para o desenvolvimento regional futuro.

Outro recorte conceitual aplicado por Renaux Hering em sua pesquisa está na distinção que faz entre as “colônias mal-sucedidas” e as “bem-sucedidas” em Santa Catarina. Se, por um lado, sustenta que São Pedro de Alcântara, fundada em 1829, não teria sido bem-sucedida, devido a vários entraves administrativos desde o início daquele estabelecimento colonial (HERING, 1987, p. 28), Blumenau, Joinville e Brusque podem ser apontados como exemplos de colônias bem-sucedidas, devido a dois fatores principais: a sistemática da ocupação da terra; a transição da agricultura para a indústria (HERING, 1987, p. 34-59).

Quanto à ocupação da terra, a autora destaca o sistema de *Waldhufendorf*, que teria sido o principal modelo das colônias alemãs no vale do Itajaí, remetendo-se às considerações de Leo Waibel, Jean Roche, Armen Mamigonian e Gerd Kohlhepp<sup>82</sup> a respeito da evolução das colônias no sul do Brasil, apesar de utilizar, neste trecho, uma citação indireta da dissertação de mestrado de Giralda Seyferth – acerca do processo de colonização do Vale do Itajaí-mirim – na qual emprega o mesmo conceito a partir da visão destes autores.

No que tange ao processo histórico de evolução para a indústria, Renaux Hering ressalta a centralidade econômica das “vendas” na vida colonial. Os “vendeiros”, donos de estabelecimentos comerciais nas colônias, seriam os responsáveis pelo processo de acumulação de capital a partir da produção agrícola e que, por sua vez, teriam canalizado seus próprios recursos financeiros para a fundação de fábricas na região (HERING, 1987, p. 40-41; 59). Nota-se, mais uma vez, a ênfase na *iniciativa privada* como condição única para o desenvolvimento regional.

---

82 Ver capítulos 1 e 2 deste trabalho.

É possível perceber, mais adiante, que a autora territorializa outra distinção conceitual: por um lado, salienta que o sistema de colonização agrícola adotado na região, como finalidade em si, não teria sido bem-sucedido; por outro, afirma que a importância desta fase está em preparar a industrialização (HERING, 1987, p. 55), esta sim, bem-sucedida e característica do Vale do Itajaí. Nesta distinção que realiza, acaba por fomentar o esquecimento de qualquer entrave ocorrido nas fases iniciais de colonização, de modo a tornar sua evolução histórica uma trajetória linear e de associação direta entre colonização alemã e desenvolvimento.

Não obstante às generalizações que constam em sua tese, a maior parte do texto de seu trabalho ocupa-se da detalhada narrativa do desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Itajaí, dividido em duas fases: a primeira, entre 1880 e 1914, quando a produção fabril estava limitada ao mercado catarinense; a segunda, entre 1914 e 1945, quando se inicia uma expansão produtiva para o mercado nacional, sobretudo na época das duas guerras mundiais (HERING, 1987, p. 79-182; 185-317). Em toda esta narrativa, nota-se uma preocupação da autora em localizar nas iniciativas empresariais de *indivíduos* e nas suas relações de *interação* os caminhos da constituição histórica do Vale do Itajaí como potência desenvolvimentista, tendo como pano de fundo a colonização alemã. A coletividade só existe nos pontos de sua argumentação em que se frisam os valores ético-morais dos imigrantes alemães e seus descendentes, os quais seriam responsáveis pela manutenção dos principais traços de sua cultura, como o espírito comunitário e a boa relação entre empresários e trabalhadores.

Renaux Hering, em toda a sua argumentação, centraliza no conceito de *região* o encadeamento narrativo de sua história do desenvolvimento industrial do Vale do Itajaí. A *identidade regional* das localidades colonizadas por alemães desde o século XIX seria a base de seu

*desenvolvimento industrial*, unindo noções econômicas e culturais em uma história da industrialização, cujo exemplo do Vale do Itajaí estender-se-ia como válido para todo o estado catarinense. A ênfase no *regional*, já observada em trabalhos anteriores,<sup>83</sup> é a condição enunciativa para que seja possível pleitear a defesa da manutenção da identidade teuto-brasileira, uma vez que ela não entrará em choque com a identidade *nacional* brasileira, requerida pelos apologistas da filiação lusa da cultura brasileira. Simultaneamente, o discurso da persistência identitária teuto-brasileira poderá servir como elemento integrador de todo um grupo de descendentes de imigrantes alemães, nos Estados do Sul, para que se continue a investir na manutenção de sua identidade cultural como único modo de contribuir ao desenvolvimento do país.

Portanto, a importância do trabalho de Maria Luiza Renaux Hering não está na originalidade de seus argumentos, mas sim, na constante *reafirmação* da necessidade de se *preservar a cultura* trazida pelos imigrantes alemães ao sul do Brasil, observado o processo histórico que teria trazido desenvolvimento àquelas regiões por eles colonizadas. A palavra “cultura” pode ser tomada, na argumentação da autora, como um conjunto de valores ético-morais que serviriam como traços definidores de um perfil psicossocial homogêneo nestas populações. Em suma, Renaux Hering mantém elementos enunciativos que tornam possível defender que *a cultura alemã deva ser preservada, na medida em que ela mantém a ordem social historicamente constituída e propicia a continuidade do desenvolvimento*.

---

83 Ver capítulo 2, ou Mamigonian (1966), Kohlhepp (1980).

### 3.4. Epílogo: A história como identidade

Nas últimas décadas, os estudos que tratam do teuto-brasileiro – ou, em uma acepção mais ampla, da imigração e colonização alemãs no sul do Brasil – utilizam-se da narrativa histórica para estabelecer uma linearidade direta entre as iniciativas de colonização alemã no século XIX e a necessidade de preservar a cultura de seus antepassados no presente, uma vez que tal preservação seria, na visão de seus estudiosos, a condição *sine qua non* para que o teuto-brasileiro possa ser mantido na posição de exemplo a ser seguido pelo restante do Brasil, assolado pela “herança” lusitana.

Seja na análise de sua cultura, seja na sua relação com a religiosidade, seja no seu comportamento econômico, o teuto-brasileiro continuará a existir como categoria analítica válida na medida em que é necessária a conservação de sua identidade, mantendo-a naturalizada e inerte ao tempo da mudança.

Tal persistência só pode existir, no entanto, sob duas condições principais: desde que não ofenda a base lusa da formação cultural brasileira e não relembre o passado da experiência nacional-socialista, tanto na Alemanha quanto no Brasil. Concomitantemente, a preservação da cultura será o mecanismo político de acomodação destas populações em um consenso definitivo, igualando seu passado ao presente e ao futuro, fazendo da sua história a eterna confirmação de sua identidade.

Assim, a iminência de qualquer possibilidade de mudança será entendida como o anúncio de uma lamentável degeneração de sua identidade cultural, a qual poderá trazer ao fim uma época de glórias: a da superioridade teuta em um país de miscigenados.

## Considerações Finais

Esta pesquisa procurou tornar visível a não-naturalidade no uso do conceito de teuto-brasileiro, pois ele não está dado. Um conceito é apenas a prática de um modo de pensar que se estabeleceu como verdadeiro, mas que também é suscetível às relações de poder que estão em conjunto com a formalização dos saberes. Por isso o interesse em dar visibilidade às escolhas teóricas, às decisões tomadas, aos temas elencados, às aproximações e distinções conceituais realizadas, aos enunciados inscritos e reinscritos e, finalmente, ao modo como se operou a institucionalização do conceito de teuto-brasileiro na historiografia da imigração e colonização alemães no sul do Brasil. O caminho tomado neste trabalho pretendeu, através de uma *história* do conceito de teuto-brasileiro, problematizar esta noção, a qual é empregada indistintamente às populações de descendentes de alemães, mormente nas partes meridionais do país.

Do mesmo modo, a operacionalização deste conceito e os enunciados que lhe são atribuídos em pesquisas acadêmicas, projetos culturais e ações políticas, todos direcionados à preservação e à memória da identidade teuto-brasileira, apenas confirmam que há, ainda nos dias atuais, uma grande preocupação política em manter o Brasil como um Estado democrático consensual, no qual é reconhecida a identidade de cada grupo, mas não sua capacidade política.<sup>84</sup>

O caso do conceito de teuto-brasileiro é apenas uma pequena demonstração de como, no largo interstício aberto entre a política e a cultura, as várias etnicidades se inserem, formando a

---

84 Este debate que instaura uma crítica às identidades e sua conservação está no livro *O Desentendimento*, de Jaques Rancière (1996), bem como no artigo *Como dizer o indizível?* de Daniel Lins, no livro *Cultura e Subjetividade: saberes nômades* (LINS, 1997). Lins afirma que o “culto exacerbado da Diferença pode condenar o ator à sua história, levando-o a fazer de sua Diferença uma prisão, uma fatalidade, um destino” (LINS, 1997, p. 83).

simpática idéia do “mosaico cultural” plural,<sup>85</sup> no qual cabe ao elemento teuto radicado no Brasil as grandes “contribuições” da ética do trabalho, da assiduidade, da religiosidade, da obediência às leis e às hierarquias, do associativismo, do desenvolvimento, da salutar conservação de suas tradições, de seu idioma, enfim, de sua *cultura*.

Por outro lado, afirmar que a “contribuição” de imigrantes alemães e descendentes ao Brasil reside na conservação de todos os elementos de sua cultura pertence ao mesmo tipo de discursos que reduzem a contribuição indígena ao banho diário e a contribuição africana à cozinha. A começar pelo próprio termo “contribuição”. Há uma diferença sensível entre o ato de *contribuir* e o de *participar* ativamente. Se o teuto-brasileiro apenas contribui, nunca participará ativamente. Seguindo a mesma lógica, não se pode afirmar que, se o teuto-brasileiro não participa, é em virtude de discriminação, rejeição, ou qualquer outro argumento de denúncia. Pelo contrário, há segmentos entre as populações denominadas de teuto-brasileiras que preferem *aceitar* o cômodo papel de vítimas, que uma interpretação muito peculiar do seu passado lhes atribui incessantemente.

Ainda hoje, em muitas regiões de colonização alemã no Brasil, não se pode negar a existência de descendentes de imigrantes alemães que continuam a exigir do Governo brasileiro uma retratação pelas “injustiças” das políticas de nacionalização, fomentando a produção do *ressentimento*, termo utilizado aqui na acepção defendida por Maria Rita Kehl (2004)<sup>86</sup>.

Esta mesma autora afirma que:

---

85 Há uma ampla produção artística, literária e acadêmica que exacerba as características positivas do hibridismo cultural e da miscigenação no Brasil. Desde o *Movimento Antropofágico*, de Oswald de Andrade, passando pelo livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre e indo até as expressões do *Tropicalismo* da década de 1960 na música nacional, repete-se a idéia de que o Brasil não teria os problemas da segregação racial de outros países, como os Estados Unidos da América, porque teria se amalgamado de maneira pacífica, respeitando a diversidade de todas as culturas presentes em seu território.



Há eventos que não se consegue esquecer; outros não devem ser esquecidos. O problema é: que destino dar à memória? A memória do sofrimento e da injustiça alimenta o ressentimento quando sua evocação serve para manter as antigas vítimas na mesma posição que ocuparam no passado, colhendo os ganhos secundários da autopiedade e da má consciência (KEHL, 2004, p. 227).

A eterna lembrança do que não pode ser esquecido na historiografia sobre o teuto-brasileiro – como a experiência do nacional-socialismo, de um lado, e as campanhas de nacionalização da era Vargas, de outro – apenas reforçam as políticas de *vitimização*. Kehl aponta, ainda, que:

O êxito compensatório das políticas da vitimização é de tal ordem que elas passam a reproduzir a lógica do ressentimento, como condição de sua perpetuação. Passa a ser mais vantajoso permanecer no papel de vítima do que emancipar-se dessa condição ou receber reparação por um antigo prejuízo (KEHL, 2004, p. 224).

Desta forma, é relevante destacar que o assunto abordado nesta pesquisa é apenas um exemplo do que vem sendo operacionalizado nos tempos atuais a respeito de todas as políticas de *inclusão* e de *vitimização*, novas tecnologias de *supressão da política*, em menção a Jacques Rancière (1996). Estas estratégias são armas muito úteis para governar populações, esfaceladas em identidades culturais (teuto-brasileiro, afro-brasileiro, etc.), sexuais (mulheres, gays, lésbicas, transgêneros, etc.), etárias (criança, adolescente, idoso, etc.) socioeconômicas (ricos, pobres, miseráveis, classe média, etc.), todas distanciadas de suas capacidades políticas, levadas a crer que a

---

86 A autora, em seu livro intitulado *Ressentimento*, não dá uma definição do termo, mas tece algumas considerações a respeito desta noção, como no trecho que segue: “Ressentimento não é um conceito da psicanálise; é uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de se esquecer ou superar um agravo” (KEHL, 2004, p. 11). Em outro momento, afirma: “Uma das condições centrais do ressentimento é que o sujeito estabeleça uma relação de dependência infantil com um outro, supostamente poderoso, a quem caberia protegê-lo, premiar seus esforços, reconhecer seu valor” (KEHL, 2004, p. 14).

única alternativa restante é a concessão de privilégios, que as infantilizam e as distanciam ainda mais de uma participação ativa em todos os setores da sociedade.<sup>87</sup>

Diante deste quadro de apatia política trazido pelas novas tecnologias de vitimização, pode-se afirmar que a escrita da história tem aqui um papel fundamental na transformação social. Enquanto a musa da história for invocada apenas para a confirmação das identidades – e não para propiciar a visão de nossas *singularidades* como pessoas, como seres humanos independentes de identidades pré-estabelecidas – continuar-se-á a visão de que nada pode ser feito, que tudo deve continuar a ser igual.

Propiciar aquilo que Félix Guattari (2005) denomina de *processos de singularização* pode ser uma alternativa à busca por identidades, sejam elas culturais, sexuais, etárias, etc. Deve-se abrir caminho para outros modos de sentir, de viver, de compartilhar, de passar o tempo, os quais têm sido aprisionados em modelos de subjetividade – como, por exemplo, os padrões culturais – cabendo a todos tão-somente a sua conservação através das gerações.

Em suma, talvez não seja a procura por identidades algo realmente necessário para a vida em sociedade, sobretudo em uma época carente de política.

---

87 Os estatutos da Criança e do Adolescente, do Idoso, a Lei Maria da Penha, as políticas de cotas para afro-descendentes, indígenas e portadores de necessidades especiais fazem parte desta nova maquinaria do Estado, utilizada para o esfacelamento das populações mudas, dentro do antigo princípio romano *Divide et Impera* – ou seja, dividir para comandar.

## Referências Bibliográficas

### 1. FONTES

BERGER, Manfredo. A função da Igreja no processo de aculturação dos teuto-brasileiros. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais do...** Recife: Ed. UFPE, 1974. p. 519-536.

BLUMENAU, Hermann. **Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation.** Rudolstadt: G. Froebel, 1850.

CARNEIRO, José Fernandes. Conferência na seção de instalação. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966. p. 21- 38.

COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966.

COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais do...** Recife: Ed. UFPE, 1974.

COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980.

DREHER, Martin. **Igreja e Germanidade.** São Leopoldo: Sinodal, 1984.

FIORI, Neide Almeida (org.) **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Ed. da UNISUL, 2003.

FISCHER, Martin. O problema da conservação da cultura alemã. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966. p. 339-356.

FREYRE, Gilberto. Discurso inaugural. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966. p. 17-20.

FREYRE, Gilberto. Em torno das relações culturais do Brasil com a Alemanha. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais do...** Recife: Ed. UFPE, 1974. p. 493-506.

FREYRE, Gilberto. Em torno de alguns contactos pernambucanos com a Alemanha nos meados do século XIX. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais do...** Recife: Ed. UFPE, 1974. p. 455-492.

FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa germânica**. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Uma Cultura ameaçada a luso-brasileira**. Recife: Oficina do Diário da Manhã, 1940. 88p. Disponível em: <[http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/uma\\_cultura\\_ameacada.htm](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/uma_cultura_ameacada.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2005.

GUIMARÃES, Fábio de M. S. Divisão Regional do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 59, ano V, p. 1221-1241, fev. 1948.

HUNSCHÉ, Carlos H. Presença e integração construtiva do elemento germânico. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 503-508.

KOHLHEPP, Gerd. Contribuição da população teuto-brasileira ao processo de colonização e ao desenvolvimento econômico do Brasil Meridional. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 63-76.

KOHLHEPP, Gerd. Die Anfänge der Industrialisierung in den alten Deutschen Kolonisationszentren Santa Catarinas. **Staden-Jahrbuch**, São Paulo, Band 17, p. 23-34, 1969.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Caxias do Sul: Ed. da UCS, 1991.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Rio de Janeiro: IBGE; Conselho Nacional de Geografia, 1966. p. 389-481 (Separata da Revista Brasileira de Geografia, ano XXVII, n.3, jul./set. 1965, p. 63-155).

NEIVA, Artur Hehl. A imigração e a colonização no governo Vargas. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 217-240, nov. 1942.

NEIVA, Artur Hehl. O Problema Imigratório Brasileiro. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, ano V, n. 3, p. 468-584, 1944.

NEIVA, Artur Hehl. Uma família teuto-brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966. p. 85-149.

OBERACKER JR., Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio B. de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, vol. 3. São Paulo: DIFEL, 1969. p. 220-244.

OBERACKER JR., Carlos H. **A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. São Paulo: Presença, 1968.

PIAZZA, Walter F. Modernização e elites emergentes: a contribuição alemã. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 253-296.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

ROCHE, Jean. Qual foi a causa fundamental do êxito da colonização alemã em várias regiões do Brasil? In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais do...** Recife: Ed. UFPE, 1974. p. 171- 203.

ROCHE, Jean. Sesquicentenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul - 1824/1974. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 11-24.

SCHADEN, Egon. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol.4, n.1, 1956.

SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966. p. 65-77.

SCHADEN, Egon. Der Deutschbrasilianer – ein Problem. **Staden-Jahrbuch**, São Paulo, Band 2, p. 175-194, 1954.

SCHADEN, Egon. O estudo sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 2., 1968, Recife. **Anais do...** Recife: Ed. UFPE, 1974. p. 153-169.

SCHNEIDER, Jürgen. Emigração alemã para o Brasil – 1815/1870. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 77- 106.

SCHRADER, Achim. Da migração de pessoas à transferência de tecnologias: Mudanças nas relações entre a Alemanha e o Brasil. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3., 1974, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 199-214.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (org.) **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Ed. da UNISUL, 2003. p. 21-61.

SEYFERTH, Giralda. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, vol.10, n.22, p.149-197, dez. 2004.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: OS ALEMÃES no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 11-40.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. In: ZARUR, George de C. L.(org.). **Etnia e nação na América Latina**. Washington DC.: [s.n.], 1997. p. 17-36. Disponível em: <[http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45html/Zar45\\_Seyf.htm](http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45html/Zar45_Seyf.htm)> Acesso em: 10 jan. 2005.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. L. (org.) **Região e Nação na América Latina**. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 81-109.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 29, p. 57-71, 1986.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica** a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1982.

SZILVASSY, Arpad. Participação dos alemães e seus descendentes na vida política brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais do...** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1966. p. 247-261.

TRAMONTINI, Marcos J. Etnicidade e política. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. **História: Fronteiras. Anais...** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/ANPUH, 1999. p. 1159-1168.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

WILLEMS, Emilio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

## 2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E DE APOIO

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART; Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 187-227.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Org. Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico**. 2005 a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução das Unidades Político-Administrativas: Divisão Regional**. 2005 b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 dez. 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5982/2005**. Institui o Dia Nacional da Etnia Teuto-Brasileira. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/344283.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2007.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

CANGUILHEM, Georges. **Du développement à l'évolution au XIX. siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

CANGUILHEM, Georges. **Études d'histoire et de philosophie des sciences**. Paris: Vrin, 1994.

CANGUILHEM, Georges. Le vivant et son milieu. In: \_\_\_\_\_. **La connaissance de la vie**. Paris: Vrin, 1998. p.129-154.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial**. A intolerância como princípio. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade Federal Fluminense.

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do ensino: Aspectos políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FERREIRA, Aurélio B. H. (Ed.) **Dicionário Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Cristina. **Cidadania e Identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano**. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, 1991.

FLORES, Maria Bernardete R. **Oktoberfest - Turismo, Festa e Cultura**. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. (Coleção Ditos e Escritos, II).

FOUCAULT, Michel. **Microfísico do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002 a.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 b.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica? Crítica e Aufklärung**. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>> Acesso em: 10 nov. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutoramento em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento**. Rio de



Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALVÃO, Luiz M. de Albuquerque. **Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajaí, Príncipe D. Pedro e D. Francisca**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERING, Maria L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. FURB, 1987.

HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

HOBSBAWM, Eric. Homens a caminho. In: \_\_\_\_\_. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 271-289.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Cobra de Vidro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HOLANDA, Sérgio B. de. As colônias de parceria. In: HOLANDA, Sérgio B. de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, vol. 3. São Paulo: DIFEL, 1969. p. 245-260.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Octavio (org.). **Teorias de estratificação social: leituras de sociologia**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KLUG, João. **A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil**. 2003. Mimeo.

KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro - Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.

KLUG, João. **A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina** – a ação da Igreja Luterana através das escolas (1871-1938). São Paulo, 1997. Tese (Doutoramento em História Social) – Universidade de São Paulo.

KOTHE, Mercedes Gassen. Os alemães no Brasil: preservação da língua, dos usos e costumes. **Migraciones**, Münster, vol. 2, n.1, p. 2-18, fev. 1991.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

LINS, Daniel (org.) **Cultura e Subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997.

MACHADO, Roberto. Primeira Parte: A História Epistemológica de Georges Canguilhem. In: \_\_\_\_\_. **Ciência e Saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 15-54.

MARTINS, Luciana de Lima. **Friedrich Ratzel através de um prisma**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MATOS, Jacintho A. de. **Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: O Dia, 1917.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **Identidades Traduzidas**. Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre:UFRGS, 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Cultura Teuto-Brasileiro-Evangélica no Rio Grande do Sul: “Conteúdos” e “Movimentos” da Articulação de Gênero com Raça, Classe, Nação e Religião. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O DESAFIO DA DIFERENÇA, 1., Salvador, 9-12 abr. 2000. Grupo de Trabalho 4, Artigo 003. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt4.html>> Acesso em: 24 jul. 2007.

MORAES, Antônio Carlos (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática: 1990.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Visões do Brasil**. 2005. Disponível em:

<[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_gv/htm/6Cenario\\_socio\\_cultural/Visoes\\_do\\_Brasil.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/6Cenario_socio_cultural/Visoes_do_Brasil.asp)> Acesso em: 14 jun. 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PEREIRA, João Baptista B. Emílio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 249-253, set.-dez. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/29.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2006.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Epopéia Açórico-Madeirense (1748-1756)**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Editora Lunardelli, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART; Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAMOS, Maria Bernardete. A intimidade luso-brasileira: nacionalismo e racialismo. In: RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Élio; PAULO, Heloísa (orgs.). **O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no panlusitanismo**. Chapecó: Argos - Editora Universitária, 2001. p. 257-421.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RIBAS, Antônio de Lara. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. 2 ed. Florianópolis: Delegacia de Ordem Polícia e Social de Santa Catarina / Imprensa oficial, 1944.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 109-163.

THEIS, I. M. . **Entwicklung und Energie in Südbrasilien: Eine wirtschaftsgeographische Analyse des Energiesystems des Itajaítals in Santa Catarina**. Tübingen: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2000. 373 p.

THEIS, I. M. (Org.) ; MATTEDI, Marcos Antônio (Org.) ; TOMIO, F. R. L. (Org.) . **Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente**. Blumenau:

Edifurb & Cultura em Movimento, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-179.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.10, n.1, p. 165-192, abr. 2004.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Claudio. **A Marcha para o Oeste**. São Paulo: Globo, 1994.

VIZENTINI, Paulo G. F. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.3, p. 195-216.

VIZENTINI, Paulo G. F. O Brasil Contemporâneo: autoritarismo e desenvolvimento (1961-1990). **Ciências & Letras**, Porto Alegre, v. 28, p. 13-42, jul./dez. 2000.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1991. v. 1, p. 267-277.

WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da colônia Blumenau**. Cotidiano e trabalho (1850-1900). São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.